

# Avante!

Semanário  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 895  
14 de Fevereiro de 1991  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES: UNI-VOS!

ANO 1 - Número 1 Órgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.) 15 de Fevereiro de 1931 PORTUGAL

## AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

3.ª Semana de AGOSTO de 1937 Série-II N.º 47

CA Preço: 330

A per-  
verno, ap-  
tivo, a sat-  
menor con-  
o P. C. P. a  
do-o a luta



## PARALIZEMOS A OFENSIVA DO FASCISMO!

Multiplicam-se os ataques do fascismo contra o povo laborioso. Os trabalhadores de Saovém são barba-ramente espancados e assassinados. Plora a qualidade do pão, para que não falte a população.

VI SÉRIE N.º 46 1.ª QUINZENA DE JANEIRO DE 1944 PREÇO 650 Proletários de todos os Países: UNI-VOS!



## ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS CONSTITUIU-SE O CONSELHO NACIONAL DE UNIDADE ANTI-FASCISTA

Praticamente um ano depois do apelo do Comité Central do Partido Comunista para a Unidade Nacional, tendo sido dado um primeiro grande passo para a união de todas as forças que se opõem ao fascismo, o Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista.

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45 - Série VII - N.º 88  
30 de Novembro de 1975  
Preço 4500  
Angola e Moçambique 9550

Propriedade do Partido Comunista Português Red./Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 - 77 58 28 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - Distribuidora - O SECULO

# DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA

O «Avante!» completa amanhã 60 anos de vida. Um dos mais antigos jornais portugueses. O órgão central do PCP apresenta, no panorama da Imprensa nacional traços únicos.

É o único jornal português que jamais conheceu a censura: impresso e distribuído clandestinamente desde a sua fundação até ao 25 de Abril. O «Avante!» enfrentou e venceu na luta política as polícias fascistas, enfrentou e derrotou na luta da informação e das ideias a censura fascista.

O «Avante!» é um jornal que jamais conheceu e continua a desconhecer a imposição do poder económico.

O «Avante!» é um jornal que inequivocamente toma partido: pelos trabalhadores e os seus interesses e direitos, pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo.

Assim foi, assim é, assim será.

O 60.º aniversário do «Avante!» coincide com o 70.º aniversário do Partido de que é órgão oficial.

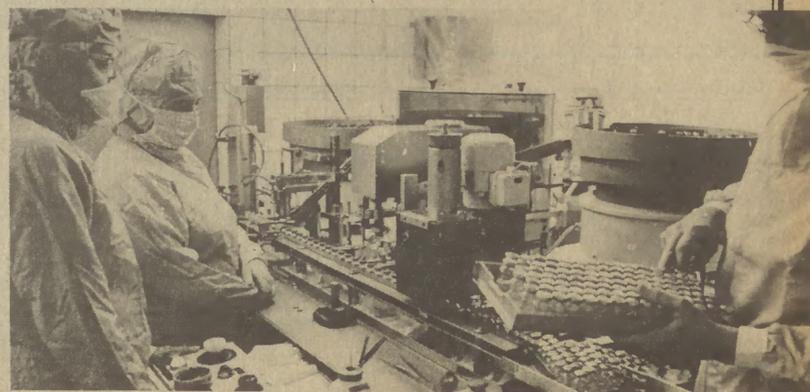
Uma remodelação do «Avante!» está a ser ultimada e será concentrada no quadro das iniciativas partidárias que comemoram os 70 anos de vida e luta do PCP.

# AGRICULTURA PORTUGUESA E A CEE A crise agrava-se

• A Comissão Política do CC analisa a crise da Política Agrícola Comum (PAC) e os seus resultados em Portugal e chama a atenção para a necessidade e possibilidade de uma reformulação que defenda os interesses do País

# Documento do CC do PCUS

• Em primeira mão em Portugal, o «Avante!» publica documentação da importante última reunião do PCUS. As traduções são da responsabilidade da redacção do «Avante!»



# PROGRAMA CIÊNCIA Um dossier completo

# Editorial

Avante!

Ano 61 - Série VII  
N.º 895

14 de Fevereiro de 1991

1.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Sessenta anos de luta

O dia de amanhã, 15 de Fevereiro, é uma data que tem para os comunistas e os trabalhadores portugueses, de modo particular para os que trabalham nesta «casa», um significado especial: faz sessenta anos que o primeiro número do nosso jornal, provavelmente ainda mal seco, acabado de sair do prelo, talvez exalando ainda o odor da tinta de impressão, veio à luz na longa noite clandestina do fascismo.

A história do «Avante!» é um capítulo luminoso da história do nosso Partido.

Orgão e voz do PCP - do Partido que lhe deu voz e rosto - e dos trabalhadores e do «povo miúdo» da nossa terra, irmãos dos trabalhadores e do povo laborioso de todos os países que, uns e outros, lhe deram o miolo e o timbre internacionalista de classe, o «Avante!» orgulha-se de ter chegado até hoje, sem interrupções de continuidade, às mãos do leitor.

Quarenta e três anos de rigorosa clandestinidade, dezassete de legalidade conquistada pela luta revolucionária e democrática do nosso povo, o «Avante!», voz sem mordidas da resistência ao fascismo, preparou, ajudou a rasgar e está nos caboucos do Abril português da Revolução e por direito próprio no trajeamento inacabado da democracia portuguesa.

E é também um órgão da imprensa operária que dignifica os profissionais da informação, do jornalismo combatente, cultor fiel da verdade histórica e da verdade política.

E um facto que a História e a Política têm, elas próprias, conceitos, interpretações e leituras diferentes, tão várias quanto várias são as classes sociais. Mas esta diversidade de análise e de concepções que pode transitoriamente confundir e deformar a realidade essencial objectiva, não tem porém força para anular e inverter.

Sessenta anos sob os vendavais da História não alteraram o vigor e a actualidade da mensagem inicial do «Avante!»: «O PCP, a partir deste momento, ergue a sua bandeira revolucionária ao grito de rebeldia das massas escravizadas, recolhendo no seu seio todos os lamentos do povo português que pede justiça contra os tiranos insensíveis responsáveis do caos em que o país se encontra» - dizia-se no pórtico do primeiro número do «Avante!» de Fevereiro de 1931.

Eram tempos de manter acesa a chama da Liberdade quando em Portugal o fascismo salazarista a extinguia, sufocava e tentava esmagar a imprensa livre e a oposição democrática ao regime e, no mundo, o sistema capitalista mundial, sob a crise de bancarrota de 1929/32, lançava nas angústias da miséria, do desemprego e da fome milhões de seres.

O «Avante!» comemora o seu 60.º Aniversário, a alguns dias apenas dos 70 anos do heróico Partido que lhe deu vida, num momento particularmente alarmante para a paz e a

segurança dos povos, numa fase de profunda decomposição do campo socialista do leste europeu e de graves dificuldades e alterações do movimento comunista internacional. Também num momento crucial da situação política portuguesa.

Ajudar a compreender a complexidade dos tempos de mudança que vivemos; contribuir para o esclarecimento e a reflexão colectiva das novas realidades; dar na sua área específica uma achega para a acção e a dinamização das forças do progresso social e da Paz em Portugal e para a urgente tomada de consciência dos objectivos centrais imediatos e das tarefas democráticas essenciais da actualidade portuguesa (entre as quais avulta a luta pela derrota do cavaquismo nas eleições legislativas deste ano e por uma alternativa democrática viável) - eis as determinantes categorizadas para o nosso jornal nos dias correntes.

As exigências de realização prática da orientação estabelecida pelo XII Congresso do nosso Partido para que seja alcançada neste limiar do século XXI uma democracia avançada em todas as suas vertentes, como passo transitório essencial para o Socialismo em Portugal, acrescem para o PCP e concomitantemente para o seu órgão central «Avante!» outras que reclamam resposta esclarecida e firme: as exigências de um combate ideológico porfiado contra factores e forças adversas que, incapazes de compreender a natureza, as causas profundas e o processo das mudanças em curso, centram contra o PCP e os comunistas portugueses o fogo das suas calúnias e mentiras e do seu diversionismo ideológico e político, extrapolando grosseiramente para o nosso Partido erros, situações e factos que lhe são alheios. E como exigência fundamental a permanente ligação com as massas populares e com os problemas reais do povo e do país.

60.º Aniversário do «Avante!» comemora-se quando a mais grave ameaça de uma guerra generalizada depois da 2.ª Guerra Mundial pesa sob a Humanidade.

A guerra do Golfo é um tumor infecto que ameaça inflamar uma vasta região estratégica do mundo em que estamos inseridos por imperativos geográficos e por indesejáveis compromissos militares e políticos alheios aos interesses nacionais profundos.

Pólo de fixação das preocupações gerais, desvia as atenções dos portugueses das questões e problemas mais candentes da realidade nacional concreta.

Sob a cortina dos preocupantes acontecimentos externos, o governo de direita do PSD chefiado por Cavaco Silva procura acelerar no plano interno a realização dos seus projectos, já em adiantada fase de concretização, de reimplantar em Portugal o capitalismo monopolista de Estado e renovar nas legislativas do terceiro trimestre do

ano em curso, a conquista da maioria parlamentar absoluta - só ou associado ao CDS - que lhe permita, com a continuação do seu controlo do Executivo concluir o processo restauracionista dos monopólios e dos latifúndios em Portugal com todas as suas consequências sociais e económicas e as mudanças de titularidade de empresas-chave e da direcção estratégica em benefício do capital estrangeiro, das nossas principais actividades económicas, produtivas e financeiras.

A ofensiva das reprivatizações do Sector Empresarial do Estado, em primeiro lugar das instituições financeiras e seguradoras e das empresas de maior impacto na economia nacional (energia, transportes, siderurgia, exploração e importação de recursos mineiros e outras matérias-primas de grande valor estratégico) é a principal frente do restauracionismo monopolista.

Tem por Inconfessáveis objectivos a concentração máxima de capitais num reduzido número de accionistas, principalmente representantes do grande capital estrangeiro e multinacional, alguns deles interligados entre si, e ao mesmo tempo aprovisionar para fins eleitoralistas e para o custeio das infra-estruturas necessárias à expansão dos monopólios o «saco azul» do governo com centenas de milhões de contos.

Nesta nova máquina de deglutição de altos lucros pelos monopólios reconstituídos adquire verdadeira expressão a estafada teoria do «capitalismo popular», a distribuição de alguns doces «caramelos» do grande capital para adoçar a boca dos trabalhadores das empresas públicas privatizadas e dos pequenos detentores da poupança.

Só nas operações de reprivatização de 5 destas empresas (Unicer, Centralcer e Tranquilidade a 100 por cento; BTA a 80 por cento; BPA a 33 por cento) e de um total de 169 607 accionistas, apenas 670 detinham mais de 99 por cento do capital subscrito e somente 27 ficaram com o controlo absoluto e efectivo no conjunto das 5 empresas.

Estas, juntamente com a Transinsular, e a Aliança Seguradora renderam até agora, para o «saco azul» do governo, mais de 200 milhões de contos!

Novas negociações estão à vista com a súbita recuperação das Bolsas de Valores provocada pela guerra do Golfo: a Rodoviária Nacional vai dividir-se em 13 empresas, a Siderurgia em duas, a Quimigal em várias outras, para fazer render o peixe e prevenir-se contra as irregularidades do movimento bolsista. E o regabofe em regresso do domínio monopolista da economia nacional e da desenfreada exploração dos trabalhadores portugueses como fonte principal dos altos lucros dos grandes detentores da riqueza.

O governo cavaquista tenta por outro lado escamotear da opinião pública nacional os efeitos sociais nefastos da nova fase de integração europeia.

Aos trabalhadores e aos agricultores que laboram a terra estão reservados os custos mais elevados desta operação.

Neste número do 60.º Aniversário do «Avante!» damos notícia do fluxo do movimento popular contra a política social do governo PSD/Cavaco Silva. A resposta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses vitais ameaçados é inteiramente justa e fundamentada:

O agravamento das diferenças entre a situação social dos trabalhadores portugueses e todos os restantes da Comunidade Europeia;

A crescente baixa relativa das remunerações dos trabalhadores do nosso país;

O avolumar da injustiça da distribuição dos rendimentos a favor do capital em que o efectivo poder de compra dos trabalhadores portugueses tem crescido de facto mas em termos inferiores aos dos lucros dos detentores do capital;

O aumento da precarização do trabalho que se processa entre nós com uma quebra relativa e absoluta mais elevada nos direitos, liberdades e garantias sociais e sindicais dos trabalhadores do que entre os restantes países aderentes da CEE.

É significativo que no próprio momento em que comemoramos o 60.º Aniversário deste órgão central do PCP inúmeras greves e lutas em formas diversas se desenvolvam sob a iniciativa dos organismos representativos dos trabalhadores, principalmente do seu movimento sindical unitário cuja grande central sindical - a CGTP-IN - acaba de decidir uma semana de luta contra o «pacote laboral».

No momento em que comemoramos o aniversário da criação do nosso jornal preparamos também festivamente o 70.º Aniversário do nosso grande Partido.

Os comunistas portugueses empreendem nestes dias do seu memorial de luta um esforço militante de fortalecimento do seu Partido, de aprofundamento dos seus ideais de combate, da sua identidade de classe.

O 60.º Aniversário do nosso «Avante!» deve despertar em cada comunista, em cada trabalhador uma elevada consciência e um novo estímulo militante para melhorar a qualidade e a difusão do seu jornal, para garantir a fidelidade às suas grandes tradições de combate, para fazer dele um paladino cada vez mais consequente dos interesses de classe da população laboriosa do nosso país.

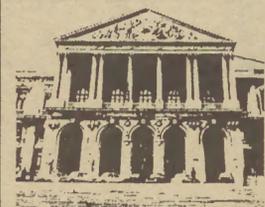
Com determinação e confiança entramos numa nova década de vida do nosso «Avante!».

## Resumo

### 6 Quarta-feira

A CGTP manifesta em conferência de imprensa a sua preocupação face à tentativa do Governo de impor o Pacote Labora, bem como sobre as repercussões para os trabalhadores portugueses da situação criada com a guerra no Golfo ■ Em Lisboa delegações do Governo angolano e da UNITA têm encontros separados com membros do Governo português no âmbito da sexta ronda de conversações para a paz em Angola ■ A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira afirma possuir documentação científica que desmente afirmações do secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, que responsabilizara a edibilidade pela poluição causadora da morte de milhares de peixes no Tejo. Essa documentação fará parte do processo-crime movido pela Câmara ao governante ■ O ministro Couto dos Santos reúne com os presidentes das câmaras de Lisboa, Loures, Oeiras e com o vereador da cultura de Almada para discutir a candidatura de Portugal à organização da «Expo-1998» com localização e consequente recuperação previstas para a zona ribeirinha da capital ■ O presidente norte-americano, Georg Bush, recusa o apelo feito pelo rei Hussein da Jordânia para um cessar-fogo no Golfo. O Iraque corta relações diplomáticas com seis países da coligação multinacional ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbachov, afirma em discurso televisivo tencionar manter a integridade da União Soviética.

### 7 Quinta-feira



A Assembleia da República aprova na generalidade os projectos apresentados pelo PS e PRD de financiamento dos partidos, enquanto fica regulamentada a nova figura constitucional do referendo ■ O Conselho de Ministros decide dividir a RTP em duas empresas, transferindo cerca de 200 trabalhadores para a nova Teledifusão de Portugal que se encarregará do transporte e difusão do sinal televisivo no nosso país ■ A comissão política do CDS anuncia que o seu partido irá votar no Parlamento contra qualquer projecto de amnistia aos arguidos no processo FP/25 ■ A Federação Portuguesa de Futebol anuncia que Portugal apresentou no passado dia 31 de Janeiro a sua candidatura à realização do Mundial de Futebol de 1998 ■ O IRA (Exército Republicano Irlandês) reinvidica um ataque com marteiros efectuado contra a residência do primeiro-ministro britânico, John Major, causando ferimentos em quatro pessoas.

### 10 Domingo

Noticia-se a morte ontem à noite do Chefe do Estado Maior do Exército, Firmino Miguel, em consequência de um acidente de viação na Estrada Marginal em Lisboa. O general Tomé



### 8 Sexta-feira

Cento e sete mil alunos do ensino secundário realizam a Prova Geral de Acesso (PGA) ■ Divergências entre o Governo de Luanda e a UNITA sobre as datas avançadas pelos primeiros para a assinatura de um cessar-fogo impedem a efectivação da sexta ronda de conversações para a Paz naquele território e fazem fracassar o trabalho da mediação portuguesa ■ Torres Couto anuncia a sua recandidatura a secretário-geral da UGT ■ Os sindicatos afectos à UGT na Carris anunciam que chegaram a acordo com a administração. A Festru, afecta à CGTP, afirma que irá consultar os trabalhadores antes de tomar uma decisão ■ A paralisação na CP obtém uma adesão superior a 90 por cento ■ Nelson Mandela critica a CEE por ter anunciado ir levantar as sanções económicas à África do Sul sem ter consultado o ANC, pois caso as sanções venham a ser levantadas «a vida na África do Sul ficará tão instável que nenhum homem de negócios se arriscará a investir aí» já que «se a CEE anular as sanções, as acções de massas estarão na ordem do dia».

### 9 Sábado

O líder do PS, Jorge Sampaio, propõe debates sectoriais na RTP com os quatro maiores partidos portugueses ■ Na Lituânia realiza-se um referendo com grande adesão popular sobre a independência daquela república soviética, considerado ilegal pelo presidente Mikhail Gorbachov que anunciara um outro referendo a efectivar-se a nível nacional ■ Onze mil pessoas são detidas em Joanesburgo na sequência de uma acção de «prevenção ao crime» ■ A selecção nacional sénior de futebol vence por uma bola a zero a sua congénere de Malta em jogo a contar para a qualificação para o campeonato europeu da modalidade.

### 10 Domingo

Noticia-se a morte ontem à noite do Chefe do Estado Maior do Exército, Firmino Miguel, em consequência de um acidente de viação na Estrada Marginal em Lisboa. O general Tomé

Pinto assume o cargo interinamente ■ Segundo os dados divulgados pelos organizadores do referendo na Lituânia, 90,47 por cento dos votantes pronunciaram-se a favor da quebra dos laços políticos que ligam esta república à URSS ■ A Austrália e a Indonésia concretizam um acordo de exploração conjunta do Petróleo do mar de Timor ■ A equipa de atletismo do Sporting Clube de Portugal sagra-se campeã europeia de corta-mato com a vitória individual de Domingos Castro. Na véspera a equipa do Sporting de Braga havia conquistado o mesmo título em femininos.

### 11 Segunda-feira

Cai no centro de Israel o 32.º míssil Scud, que não causa vítimas ■ O governo iraquiano anuncia a incorporação obrigatória de jovens a partir dos 17 anos ■ O emissário do presidente Gorbachov, Evgueni Primakov, chega a Bagdad para se encontrar com Saddam Houssein ■ Na Austrália, o embaixador de Portugal protesta formalmente contra a violação, por parte daquela país, do direito internacional. A Austrália celebra acordo com o governo indonésio sobre a exploração de petróleo na zona de Timor ■ Em Angola, a Unita desferiu uma série de ataques no centro do país, a que as FAPlas respondem rechaçando os avanços dos terroristas de Savimbi.

### 12 Terça-feira

O mau tempo que se faz sentir em todo o país prejudica as tradicionais brincadeiras de Carnaval, forçando-as a terminar mais cedo ■ O I.N.E. revela que a produção de vinho, no ano passado, registou um aumento de 40 por cento face ao ano anterior; este crescimento constituiu uma excepção no conjunto da produção agrícola nacional ■ O governo australiano considera legal a exploração do mar de Timor e acusa Lisboa de ter abandonado Timor-Leste ■ O conselheiro soviético Primakov inicia conversações com responsáveis iraquianos, em Bagdad; à capital do Iraque chega também o líder da OLP, Yasser Arafat, prosseguindo as diligências para que o problema do Golfo seja resolvido pelos árabes ■ Começa em Jerusalém o Congresso Mundial de Judeus, enquanto mais um «scud» iraquiano provoca nove feridos nos arredores de Telaviv ■ Nelson Mandela critica a possibilidade da CEE levantar as sanções contra a África do Sul.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS  
O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo  
PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português, Rua Soares  
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX, Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
EDITORIAL - AVANTE!, SA  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00  
CFC matriculada: 47059  
NIF - 500 090 440  
DISTRIBUIÇÃO:  
CDL - Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais:  
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75 76 11 31 73 48 17  
Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Rua de São Bernardo, 14  
1200 Lisboa, Tel. 67 01 93/7  
ALTERAÇÕES  
DE ÚLTIMA HORA  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44  
EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora, Tel. 90 00 44  
PUBLICIDADE CENTRAL:  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
Tel. 67 01 93  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto  
R. Miguel Bombarda, 57B  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08 69 96 15  
Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394  
Composto e impresso na Heska  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/85

## Fracassos do Governo aumentam perigos sobre a agricultura

### — alerta o PCP que propõe medidas em defesa da produção

Em matéria de política agrícola, o Governo falhou nos seus objectivos e foi incapaz de apresentar um programa global de fomento agrícola capaz de dotar o País com as modificações estruturais indispensáveis ao seu desenvolvimento. A acusação foi feita pelo Grupo Parlamentar do PCP na semana finda, na Assembleia da República, em conferência de imprensa destinada a anunciar a apresentação de quatro iniciativas legislativas no domínio da agricultura, e no decorrer da qual foi chamada a atenção para os graves riscos que pairam sobre o futuro deste sector económico, caso se mantenham as actuais orientações do Governo.

Face à incapacidade revelada pelo Governo para reduzir o grave défice da balança agrícola, aumentar a produtividade, ganhar competitividade no mercado externo, apoiar os agricultores, melhorar a sua formação e rendimentos, adverte-se mesmo, como salientou o deputado Lino de Carvalho, que possa existir a curtíssimo prazo o perigo de nos colocarmos num plano ainda mais periférico, talvez mesmo marginal no contexto europeu, o que não poderia deixar de representar um autêntico desastre para os agricultores e a agricultura nacional.

É que, como foi sublinhado, para lá do facto de a nossa agricultura estar hoje mais longe dos níveis europeus do que estava aquando da adesão à Comunidade, acontece ainda que a Reforma da PAC (Política Agrícola Comum) cuja discussão foi já iniciada no Conselho da Agricultura das Comunidades e, bem assim, a segunda ronda das

negociações do GATT, introduziram profundas alterações nos cenários que existiam à data da nossa integração.

#### Pressão dos países ricos

Alterações que têm a ver sobretudo, conforme explicou Lino de Carvalho, com a pressão dos grandes países exportadores, com os EUA à cabeça, cujo resultado poderá vir a traduzir-se numa substancial redução dos preços pagos aos produtores agrícolas europeus, o qual poderá atingir os 30 a 40 por cento nos cereais, 15 por cento na carne bovina e 10 por cento nos produtos lácteos.

A confirmar-se tal perspectiva, esta poderá revelar-se dramática para a agricultura e os agricultores portugueses — e esse foi o alerta deixado pelos, deputados comunistas,

que desafiaram o Governo para um debate na Assembleia sobre as questões agrícolas — o que não surpreende propriamente se nos lembrarmos que a nossa agricultura está nos «antípodas das mais desenvolvidas e, mais do que isso, na cauda da agricultura europeia».

Neste contexto, maior importância assumem, por conseguinte, os quatro projectos de lei do PCP, diplomas que no essencial visam contribuir para dotar o País com um programa de orientação para sectores importantes da agricultura nacional, assegurando ao mesmo tempo a participação de todos os interessados na definição da política agrícola.

Juntando-se a outras importantes iniciativas do PCP tomadas nesta Legislatura, em áreas onde o Governo tem decididamente falhado (produção leiteira, defesa da floresta, acesso dos pequenos agricultores aos apoios comunitários, seguro agrícola e acesso de estrangeiros à terra), os projectos de lei agora apresentados vêm assim uma vez mais confirmar o papel insubstituível do PCP no quadro da vida política nacional e o seu empenhamento na resolução dos problemas com que se defronta o País, afirmando-se simultaneamente como «uma força política com propostas concretas para uma política de Governo verdadeiramente alternativa à política de direita».



Em conferência de imprensa, os parlamentares do PCP acusaram o Governo de não ter sido capaz de apresentar um programa global de fomento agrícola para o País e desafiaram-no para um debate na Assembleia da República sobre a política agrícola e a integração comunitária

#### Reforçar a produção

Nas suas linhas mestras, as iniciativas legislativas agora representadas dizem respeito, por um lado, à orientação e fomento das Produções Hortícolas e Frutícolas, à Produção Agrícola Arvensa para o Sul do Ribatejo e Alentejo, à valorização das raças bovinas autóctones (Arouquesa, Maronesa,



Barrosã e Mirandela), e, por outro, à participação dos agricultores e trabalhadores rurais na definição da política agrícola.

Com os três primeiros projectos de lei, os deputados comunistas propõem um quadro de orientações e incentivos visando estimular e apoiar os agricultores e as cooperativas portuguesas no necessário processo de desenvolvimento daqueles ramos da produção considerados indispensáveis à redução do défice alimentar, ao aumento da competitividade externa, à valorização de espécies regionais com forte interesse produtivo para o País.

Procurar que a participação das organizações representativas da lavoura na definição da política agrícola tenha em conta a existência real de diversas estruturas, de modo a evitar situações de representatividade artificial e parcial idênticas às que se têm verificado até ao momento, quase só resumidas à CAP e pouco mais, constitui por sua vez o principal objectivo do quarto projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

detrás de tais financiamentos», lembrando a propósito que não são propriamente razões altruístas que podem levar entidades a financiar um partido político, mas sim o seu domínio financeiro e político.

Quanto aos benefícios fiscais, as razões de desacordo da bancada do PCP residem no facto de eles constituírem, na prática, segundo Octávio Teixeira, uma subvenção do Estado que, por acréscimo, não assegura qualquer igualdade, ainda que relativa, entre os diversos partidos políticos.

## Financiamentos aos Partidos

No debate sobre o financiamento da actividade dos partidos políticos, centrado na semana finda em dois projectos de lei apresentados pelo PS e PRD, o Grupo Parlamentar do PCP opôs-se frontalmente a algumas das alterações relativas a princípios consagrados na lei em vigor, manifestando-se no entanto disponível, em sede de especialidade, para contribuir no sentido de melhorar os mecanismos e instrumentos tendentes a assegurar a igualdade de oportunidades, a eficácia, transparência, legalidade e publicidade das contas partidárias.

No essencial, significa isto, de acordo com a posição defendida em nome da sua bancada pelo deputado Octávio Teixeira, que a legislação actual é adequada e suficiente,

no que respeita aos princípios fundamentais que a enforçam, havendo, isso sim, que garantir o seu cabal cumprimento e eficácia.

Nas suas linhas mestras,

recorde-se, a lei em vigor privilegia o financiamento dos partidos quer pelos seus filiados e simpatizantes quer através de actividades e iniciativas próprias, atribui uma subvenção permanente do Estado que garante um mínimo de igualdade de tratamento dos partidos com apoio eleitoral, impede que os partidos sejam financeiramente dominados pelo poder económico ou por entidades estrangeiras, garantindo por último a publicidade e transparência da vida financeira dos partidos políticos.

As alterações propostas

pelos projectos do PS e PRD vão, entretanto, no sentido, por um lado, de vir a ser legalmente possível o financiamento dos partidos por empresas privadas e outras entidades colectivas, e, por outro, de serem concedidos benefícios fiscais para os donativos de pessoas individuais ou colectivas, através de deduções à colecta e aos rendimentos líquidos em sede de IRS e IRC.

Fundamentando a sua oposição a estas soluções, Octávio Teixeira chamou a atenção, no primeiro caso, para a «contrapartida esperada por



## Assembleia da República

### Os bruxos

Intitulam-se democratas.

Afirmam-se cristãos.

Garantem, aliás, ser ambas as coisas, numa concomitância tão autopromovida que parecem gabar-se de um prodígio alquímico.

De facto, há qualquer coisa de fenomenal nestes democratas-cristãos de extracção nacional, a começar pelo nome com que se baptizaram, que não diz o que quer talvez porque também nunca quis o que diz. Por isso se assina «Centro Democrático Social», uma coisa apresentada tão ao centro de tudo que se arriscaria a não estar ao lado de nada. O que também se revelou, bem cedo, uma mentira, pois lá lado tinha, este centro: o de lá, o que, sem alquimias, a linha do 25 de Abril separou do povo e do País e expôs à vida e à história como sendo o daqueles que, de democratas, tinham os que encarceravam, e como cristãos, se limitavam a usar as missas.

A sua história política mete mocas e marginais, golpadas e caceteiros, fugas, bombismos e outras performances nada cristãs, quanto mais democráticas, mergulhando o CDS nos seus actuais quatro por cento no panorama eleitoral português.

Daí ser compreensível que o seu presidente, Freitas do Amaral, almeje pela «obtenção de um resultado expressivo» nas próximas eleições legislativas, de modo que o CDS possa «ganhar uma influência política e um peso negocial decisivos na acção governativa», como afirmou há dias ao divulgar a estratégia eleitoral do partido.

Repare-se que o CDS não identifica um espaço político habitado por gente que espera as suas propostas — ele pretende, simplesmente, um «resultado expressivo».

O CDS nem sequer tem projecto político, onde afirme as suas propostas e arrisque um acolhimento por parte do eleitorado — ele quer, apenas, ganhar «influência política» e «peso negocial».

Muito menos o CDS considera necessária, na apresentação de uma estratégia eleitoral, alguma reflexão sobre a situação do povo e do país de onde decorra um projecto de acção que interesse o eleitorado — basta-lhe ser «decisivo na acção governativa».

Cristão à brava.

E, sobretudo, muito democrático.

Naturalmente que Freitas do Amaral expressou mais qualquer coisa, para além desta fé numa gula desmedida. Proferiu uma espécie de homilia eleitoralista, onde pôs de pé um discurso político de alto coturno.

«A maioria absoluta de um só partido deu resultados negativos», espetou ele o dedo na direcção do PSD.

«A maioria absoluta do PS não seria melhor», adivinhou, depois de aplicado recurso às meninges.

«Os portugueses têm no CDS o instrumento ideal para garantir a moderação, a correcção e o equilíbrio do partido que sair vencedor das eleições», declarou finalmente, no que poderá ser a auto-afirmação partidária do ano — a do instrumento.

A partir daqui o discurso centrista tornou-se vicentino.

Freitas amofinou-se, e do pote de azeite que ali trouxera passou a verter delírios.

Que o CDS, no Governo, seria um patrocinador de debates partidários na RTP.

Que o CDS ia ser o terceiro partido nacional.

Que o CDS vai promover um debate interno que o seu presidente coordenará, pessoalmente.

Isto num partido que, quando esteve no poder, dele fez a maior usura, que não sabe o que é um debate externo, quanto mais interno, e parte para a corrida eleitoral com uma consideração de pernas na ordem dos 4%.

Mas Freitas do Amaral é professor e tem, de cátedra, a sabedoria que aconselha à explicação das causas das coisas.

Desta, esclareceu que «o CDS tem a intuição de que vai ser chamado, a partir do próximo Outono, a funcionar como partido-charneira ou como fiel da balança do sistema partidário português».

Portanto eles, no CDS, não são apenas democratas.

Nem só cristãos.

Nem, definitivamente, democratas-cristãos.

Agora a intuição chama-os a nova qualidade.

A de bruxos. Do Caldas, evidentemente.

■ H.C.

## Acesso ao Ensino Superior

# PCP reclama extinção da PGA e criação de novo sistema

Subscrito por deputados do Grupo Parlamentar do PCP, deu entrada na Mesa da Assembleia da República um projecto de deliberação no qual se propõe a realização de um debate sobre a problemática do Acesso ao Ensino Superior e a consideração de medidas tendentes a alterar o sistema actual.

Divulgado em conferência de imprensa exactamente na véspera do dia em que mais de cem mil alunos, na última semana, se apresentaram para prestar Prova Geral de Acesso, o projecto preconiza a rápida adopção de um novo sistema de acesso ao Ensino Superior, assente nomeadamente no princípio, como estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, de um maior investimento no Ensino Superior Público, Universitário e Politécnico, capaz de garantir o alargamento decisivo da capacidade de resposta deste sector em termos de quantidade e de qualidade, por forma a corresponder aos objectivos de dotação do País em quadros qualificados e de elevação do seu nível educativo, cultural e científico, como consagra a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ora, a verdade é que este princípio, como foi recordado pelos deputados comunistas

António Filipe e Paula Coelho, tem andado arredado das orientações e da acção do Ministério da Educação, como se desprende do facto de o número de vagas no Ensino Pú-

blico ter acrescido de 1987 a 1990 a uma média inferior a duas mil por ano, enquanto que nos estabelecimentos e cursos privados, na sua maioria de muito baixa qualidade, no mesmo período, o número de estudantes destas instituições duplicou, chegando mesmo a triplicar no caso do número de alunos admitidos no 1.º ano (7359 em 87; 21 964 em 90).

Advogando a imediata extinção da Prova Geral de Acesso, o texto do projecto de deliberação defende ainda a adopção de medidas que garantam no Ensino Superior Privado um ensino e cursos de qualidade superior à que tem sido ministrada e ainda o acionamento de um mecanismo compatível com a letra e o espírito da Lei de Bases do Sistema Educativo.



Os comunistas reclamam a imediata extinção da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior e defendem um mecanismo de avaliação de capacidade do aluno compatível com a letra e o espírito da Lei de Bases do Sistema Educativo

## Comercialização do vinho do Porto

# Produtores durienses rompem cerco monopolista

A decisão da Casa do Douro de adquirir no ano passado 40 por cento das acções da Real Companhia Velha voltou a receber por parte do Grupo Parlamentar do PCP expressões de apoio. Na base desta posição está o seu entendimento de que a medida é conforme com os interesses dos viticultores durienses, com a defesa da produção e expansão do vinho fino.

Para se compreender o acerto do negócio, de acordo com a exposição de Victor Costa, deputado comunista que levou o assunto na passada semana a plenário, importa referir que ele abriu a porta para a exportação directa do generoso a partir da lavoura duriense, rompendo assim com o monopólio dos cerca de 20 grupos de exportação existentes, de quem até agora dependia o destino dos 30 mil viticultores do Douro.

Um monopólio que detinha a exclusividade da comercialização do vinho do porto de outras bebidas, regulada apenas de acordo com os seus interesses, designadamente no plano da produção, em virtude sobretudo das grandes transformações operadas na estrutura fundiária.

Transformações resultantes

em larga medida das disposições de uma portaria assinada em 1982 pelo então ministro Basílio Horta, que determinava uma área mínima de três hectares de terra junta para se ter acesso ao financiamento para replantação, quando a área média por proprietário não ultrapassa 1,1 hectares e a média por proprietário são 2,8 prédios.

Como é fácil de calcular,

uma medida deste tipo veio avolumar os problemas existentes, a eles se associando, por outro lado, como sublinhou Victor Costa, o «assalto das multinacionais de bebidas às quintas e às terras de vinho generoso», o afunilamento dos mercados externos e o facto de a comercialização do vinho do Porto ter deixado de ser feita, em grande medida, por empresas especializadas.

Ao agir acertadamente no negócio da aquisição das acções da Real Companhia Velha, a Casa do Douro deu assim um importante passo no sentido de superar algumas das dificuldades presentes, aguardando-se que outras formas de associativismo possam vir a ser adoptadas com vista à salvaguarda dos interesses dos produtores do Douro.

## Centro Hellen Keller

A extinção da Unidade Pré-Profissional para Deficientes Visuais — Centro Infantil Hellen Keller, decidida pela Direcção da Liga Portuguesa de Profilaxia da Cegueira, foi objecto de um requerimento ao Governo apresentado pelos deputados Apolónia Teixeira e Manuel Filipe.

O assunto fora já anteriormente abordado no plenário da Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP, em Novembro do ano passado, numa pergunta formulada ao ministro de Emprego e Segurança Social, quando da interpelação sobre a Política Geral Orientada para a Situação dos Deficientes em Portugal.

No requerimento agora apresentado os

deputados comunistas consideram que a decisão de pôr termo às actividades desta importante unidade, com graves consequências para os utentes e profissionais, contraria frontalmente as perspectivas de integração plena dos deficientes na vida activa.

No texto dirigido ao Governo, solicita-se nomeadamente que este esclareça qual a sua posição sobre a extinção da referida unidade, quais as medidas previstas em relação aos alunos que foram enviados para casa e funcionários da instituição com processos de despedimento e qual a utilidade a dar às instalações e equipamentos criados.

Trabalhadores

# SALÁRIOS

## 16 por cento em média já obtidos este ano

— **anuncia a CGTP**

«Um balanço da negociação colectiva efectuada pela CGTP-IN», como refere uma nota à imprensa de 5 do corrente, revela que «os aumentos salariais médios em Janeiro deste ano situaram-se em cerca de 16 por cento nas tabelas salariais».

Os aumentos globais em regra seriam superiores a essa percentagem, acrescenta o DIF (gabinete de imprensa) daquela Central.

Transcrevemos o resto do comunicado.

«O balanço efectuado mostra que os aumentos salariais praticados nas empresas são, regra geral, superiores aos que o patronato apresenta, em resultado de acções reivindicativas específicas.

«Mostra igualmente que prossegue o movimento de redução da duração semanal do trabalho em vários sectores e empresas.

«A CGTP-IN considera que estes resultados se devem a uma acção firme e persistente dos trabalhadores face às tentativas do Governo e do patronato de procurarem impor, como aumento máximo, o referencial do Conselho Perma-

nente de Concertação Social. As lutas desenvolvidas em torno da contratação colectiva nos últimos dois meses demonstram-no à evidência, podendo referir-se a título de exemplo os conflitos em: ACT — Empresas Abastecedoras de Aeronaves; CCT — Indústria Química; CCT — Metalurgia; AE — Carris; CCT — Cantinas e Refeitórios; AE — INCM (Imprensa Nacional-Casa da Moeda); AE — Firestone; Função Pública, Tudor Baterias, Solisnor, Autosil, etc.

«Estão igualmente em curso, ou previstos, conflitos na indústria química, cantinas, Carris, TAP, CP, Firestone, hotéis Tivoli, Hospital da Cruz Vermelha, etc.»

### na Torralta

Em 5 do corrente, a administração da Torralta, em

Tróia, ainda não tinha pago os salários do mês anterior.

Segundo a direcção da FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal) «a prática dos salários em atraso volta a verificar-se na empresa, como forma de chantagem» sobre os trabalhadores, de modo a que «estes tomem a iniciativa de despedir».

A Federação anunciava, entretanto, um plenário em 6 do corrente para decidir sobre «formas de luta que levem ao pagamento imediato dos salários».

### Cruz Vermelha regista adesão total

Iniciada às 23 horas de 6 do corrente, a greve no Hospital da Cruz Vermelha, decretada pela Federação dos Sindicatos

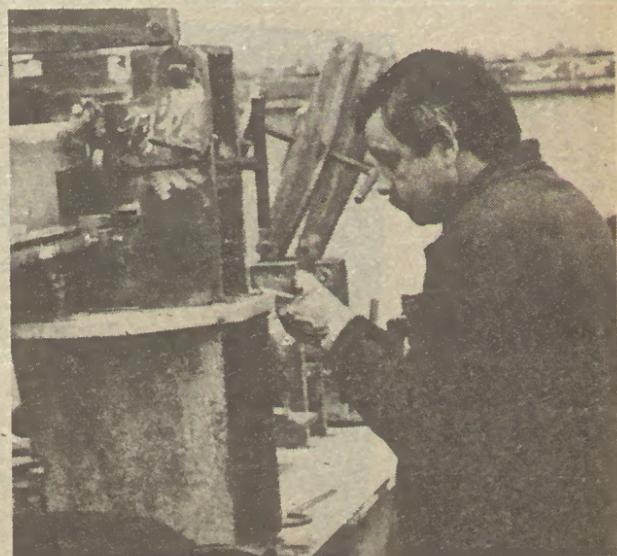
da Hotelaria (FESHOT), decorria nesse dia com uma adesão praticamente total.

Numa nota de 7 do corrente, a Federação convidava os jornalistas para «almoçar com os trabalhadores no local da greve» e acrescentava que estava prevista «uma reunião entre a administração e os sindicatos para o fim da tarde».

A greve foi convocada também pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), bem como pelo Sindite, «afecto às forças governamentais».

Na base do conflito estão questões laborais. A FESHOT, na nota de 7 do corrente, apenas refere «a falta de senso da administração».

Por seu turno, a União dos Sindicatos de Lisboa, afirmava no mesmo dia que a paralisação, que deveria durar até sábado, 9 do corrente, dependia da administração do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, da qual se aguardava que desbloqueasse o conflito a todo o momento.



## Metalúrgicos Resultados em Braga

O comité dos metalúrgicos do PCP (Braga) saudou em 6 do corrente todos os trabalhadores do sector, no distrito, pelo «seu empenhamento na jornada de luta de 29 de Janeiro findo», demonstrando desse modo «a sua alta consciência de classe e a predisposição para continuar a lutar pela consagração no CCTV (contrato colectivo de trabalho vertical) das suas justas reivindicações». No que respeita especificamente ao sector, o comité bracarense acrescenta que «a realização desta jornada de luta permitiu que várias empresas do distrito tivessem de proceder a aumentos salariais que variam entre os 20 e os 13,5 por cento» (foto de arquivo)

## Ensino primário Excesso de vagas («Negativas», diz o sindicato)

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) esclareceu recentemente que o concurso nacional para o provimento de vagas no ensino primário apenas faculta «189 vagas reais». As outras (5502) são «negativas», isto é, desde que «libertadas em concurso, não serão recuperáveis para outros candidatos».

O maior número destas últimas «vagas» regista-se no distrito do Porto (787). Viana do Castelo não dispõe de qualquer vaga real.

O SPGL, depois de publicar o quadro comparativo das vagas reais e negativas, conclui que se trata de «mais um concurso» que «difícilmente permite novas entradas no quadro geral e não possibilita a mobilidade dos já pertencentes».

Para o Sindicato, trata-se apenas de «cumprir administrativamente uma regulamentação» que é urgente alterar, ouvindo as organizações sindicais.

## STAL quer vínculos

Em comunicado conjunto, as direcções dos sindicatos representativos (STAL e dos Trabalhadores do Município de Lisboa) reclamam do Governo que seja aplicado à Administração Local o diploma sobre vínculos da Função Pública.

Sexta-feira passada, os dois sindicatos, que afirmam representar cem mil trabalhadores do sector, tinham prevista uma deslocação à Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, em Lisboa.

Além dos vínculos, sindicatos e trabalhadores das autarquias querem «segurança de emprego e subsídio de risco a profissões insalubres».

Estão ainda em causa, segundo os sindicatos, entre outras reivindicações, «anomalias desde o início detectadas no NSR (novo sistema retributivo), estatuto de aposentação, aplicação do NSR aos bombeiros profissionais e o seu estatuto», bem como as «carreiras degradadas antes da entrada em vigor do primeiro congelamento de escalões».

O STAL efectuou recentemente o seu 1.º Congresso.

## USL alerta

### TAP e mármore entre os sectores mais afectados pela guerra

• **Aumentam as acções de luta em empresas e sectores**

Ao dar conhecimento da condenação e protesto generalizado contra a continuação da guerra no Golfo por parte do movimento sindical, a União dos Sindicatos de Lisboa (USL), destaca a TAP, o sector dos mármore e «muitos hotéis» sem clientela, entre os ramos de actividade mais afectados pelo conflito. Em 6 do corrente, sob o título «a USL esclarece e mobiliza», esta organização intermédia da CGTP acrescentava que a TAP se prepara para acabar com todos os contratos a prazo.

A comissão executiva da USL, que analisou a situação social no distrito de Lisboa, sublinha que no sector dos mármore e também nas madeiras se sentem já «sérios problemas de sobrevivência». Segundo a nota de 6 do corrente, que trata também do «pacote laboral», o sector químico está, por sua vez, afectado pela «limitação das exportações para os mercados tradicionais de algumas empresas».

Dada a situação em numerosas unidades industriais, que tem levado à adopção de

formas de luta por parte dos trabalhadores, dos seus sindicatos e outras organizações representativas, a USL vai levar a cabo nas próximas semanas acções de esclarecimento, de luta e «contestação» das leis laborais, que o Governo pretende fazer aprovar neste período e que são conhecidas sob a designação de «pacote laboral».

Sobre a ligação que existiria entre a guerra no Golfo e os seis projectos governamentais do «pacote», a direcção da USL faz notar que, «alterando fundamentalmente a correlação de forças no interior das empresas, o Governo vai que-

rer legalizar o despedimento por inadaptação ao posto de trabalho, alargar o período experimental e flexibilizar o horário de trabalho, além de outros aspectos também graves».

A USL, ao informar sobre «paralisações, greves e outras lutas marcadas nos sectores e em empresas», destaca, entretanto, a hotelaria, a construção, madeiras, transportes, saúde (luta prevista no meio clínico), professores, metalurgia, química e indústrias eléctricas.

Fazem parte dessa lista, divulgada pela USL com a data de 6 do corrente, empresas como a Carris, CP, Móveis Olaio, vários hotéis entre os mais conhecidos, o Hospital da Cuf, Cabos Ávila, Cel-Cat, Tudor, Luso-Italiana e Autosil.

## Alerta na Coelima

Num «alerta aos trabalhadores» (comunicado interno distribuído em 4 do corrente), o secretariado da célula do PCP na Coelima sublinha que «a situação é grave» nesta empresa têxtil de Guimarães. Descapitalização da firma, não pagamento de salários e prováveis despedimentos fundamentam a tomada de posição dos trabalhadores comunistas que responsabilizam o Governo e a

administração da empresa pela «grave situação financeira» que atravessa.

O Governo, porque «favorece e facilita aos empresários situações de descapitalização das empresas»; a administração que «não soube ou não quis saber, atempadamente, de tomar medidas de gestão financeira e reestruturação produtiva, de modo a impedir os factos consumados», que

«atingiram principalmente os trabalhadores».

O secretariado da célula termina o seu comunicado de 4 do corrente manifestando a sua «inteira solidariedade para com todos os trabalhadores» e declarando a sua «inteira disponibilidade para uma luta em unidade» na Coelima, em defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários.

## O Militante

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora na luta ideológica

Publicação de todos os países - UNE-VCS

# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Documentos  
do Comité  
Central

**ABERTURA**  
Um êxito  
e um estímulo  
2

**ELEIÇÕES**  
Resultados  
das eleições  
presidenciais

Algumas notas  
sobre as eleições  
e os resultados  
final e a nível  
dos distritos  
e regiões autónomas

5

**PCP**



**Os 70 anos  
do PCP**

Um aniversário  
marcante  
de um heróico Partido

11

**ORGANIZAÇÃO**  
As eleições  
e a organização

A importância  
do recente período eleitoral  
em relação à organização  
e funcionamento do Partido

15

**JUVENTUDE**  
Jovens — agravam-se  
os seus problemas

A acção dos jovens  
em defesa das suas  
reivindicações  
e aspirações é o caminho  
para as conquistar

19

**DOCUMENTOS**  
Com o PCP  
no caminho  
da alternativa  
democrática

31

**Sobre a crise  
do Golfo**

33



Fevereiro 1991 • N.º 189 • Preço 50\$00



## O Militante

(6 ou 12 números)

### TABELA DE ASSINATURAS

Portugal.....	275\$00- 550\$00
Europa.....	665\$00-1330\$00
Angola e Moçambique .....	925\$00-1850\$00
Outros Países .....	1100\$00-2200\$00

Nome.....

Morada.....

Localidade .....

Código postal.....

Envio cheque s/Banco..... com o N.º.....  
no valor de ..... passado à ordem de «O Militante».

• Uma assinatura por um semestre  
para quem angarie uma assinatura  
por um ano

Envie para:  
«O Militante»  
R. S. Bernardo, 14, 2.º  
1200 LISBOA

PCP

## Nota da Comissão Política do CC do PCP

# ● A crise da agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum

# ● A situação na Comunicação Social

A Comissão Política do Comité Central do PCP, na sua reunião de 11 de Fevereiro, apreciou a situação decorrente para o País das propostas da Comissão e das primeiras posições do Conselho de Ministros da Agricultura da CEE sobre a «nova» reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

1. O Documento de reflexão da Comissão — Evolução e futuro da PAC — constata que a PAC se encontra «novo confrontada com uma crise grave» cujos principais traços assinala como sendo o desequilíbrio de vários mercados (cereais, carne de bovino e ovino, manteiga e leite em pó, vinho e tabaco), com os «stocks» de excedentes em novo e rápido crescimento; o agravamento das despesas orçamentais com o FEOGA; a estagnação dos rendimentos agrícolas apesar do decréscimo dos activos agrícolas (menos 35% no período 1975/1989) e da quase triplicação das despesas com a PAC (de 4,5 mil milhões de ecus em 1975 atingiram-se em 1991 os 11,5 mil milhões, a valores de 1975); a agressão ambiental causada por uma agricultura cada vez mais intensiva; e o rotundo falhanço das medidas de reforma e reajustamento da PAC — estabilizadores, congelamento de terras («set-aside»), extensificação, reformas antecipadas — postas em prática a partir de 1985.

A análise e as propostas da Comissão, realizadas sob a pressão dos EUA no contexto das negociações do dossier agrícola do GATT, revela e releva pela primeira vez em documento de um órgão das Comunidades que «80% do apoio concebido pelo FEOGA se destina a cerca de 20% das explorações» e que o sistema da PAC «não tem em devida conta os rendimentos da grande maioria das pequenas e médias explorações familiares». Sistema, portanto, com as inevitáveis consequências de um crescimento de desigualdades no interior do sector agrícola (entre grandes e pequenos e médios agricultores) e entre as regiões e os próprios países comunitários, oposição Norte/Sul.

O Documento «esquece», contudo, que a agricultura não é um sector isolado, autónomo na economia comunitária, e não tira as devidas ilações para a explicação da crise da PAC, do facto de a CEE ser o primeiro importador e o segundo exportador, mundial, de produtos agrícolas.

A reflexão da Comissão «esquece» o papel dos grandes grupos multinacionais abastecedores de factores de produção agrícolas (combustíveis, maquinaria, adubos, fito e zoofármacos), das poderosas multinacionais da agro-indústria, da fileira florestal, da distribuição agro-alimentar, largamente financiados pelo Orçamento Comunitário, dos grupos financeiros credores do elevado endividamento dos agricultores comunitários, na drenagem de parte considerável dos rendimentos agrícolas.

Também são «esquecidas» na reflexão comunitária as consequências para a sua agricultura das relações de domínio e exploração que esses grupos exercem sobre os circuitos de importação e exportação.

Relações que continuam a saquear o Terceiro Mundo com uma prolongada degradação dos termos de troca, arruinando os agricultores desses países e «fazendo a fome», quer pela intensificação de culturas destinadas à exportação, de que são exemplo os ditos PSC — produtos de substituição dos cereais — destinados à pecuária intensiva da Comunidade, sobretudo localizada no Norte, quer pelas exportações subsidiadas («dumping») pela CEE e que vão concorrer nesses países (e no mercado mundial) com as produções indígenas.

Relações com um efeito de «boomerang», pois a agricultura comunitária vê agravarem-se os excedentes de cereais por abaixamento de consumo nas indústrias de alimentação animal e os excedentes de produtos lácteos graças à intensificação da sua produção por efeito dos baixos preços dos PSC.

Relações que permitem a invasão e encharcamento do mercado comunitário pelas produções agro-pecuárias dos países desenvolvidos, como é o caso significativo da Nova Zelândia, com sacrifício das produções comunitárias.

2. Para lá de uma mais aprofundada análise do conteúdo da nova reforma da PAC agora proposta, a fazer tendo em conta o desenvolvimento em medidas concretas e em números, de orientações agora indicadas pela Comissão, a perspectiva de uma **reforma em profundidade da PAC** levanta desde já, na opinião da Comissão Política do PCP, a justeza da consideração de duas importantes questões:

I) **Agarrar esta oportunidade para uma reconsideração global da integração da agricultura portuguesa na PAC** que, tendo em conta a sua reconhecida especificidade, a contribuição reduzida da generalidade da sua produção agro-pecuária para o Produto Agrícola Bruto (PAB) comunitário, o não ser uma agricultura causadora dos excedentes comunitários (o País é, pelo contrário, um consumidor desses excedentes), nem agressiva do meio ambiente (com excepção para a proliferação de plantio industrial de eucalipto), o não se terem processado durante a 1.ª etapa as alterações estruturais necessárias e o não ter gozado (contrariamente às outras agriculturas comunitárias) de um longo período de ajuda e protecção, **assegure uma política agrícola que garanta a segurança alimentar do País, melhore substancialmente os rendimentos dos agricultores portugueses e trave a continuada deterioração da balança agro-alimentar.** Portugal não pode nem deve aceitar que a sua produção seja contida antes que sejam atingidas as produtividades médias da CEE.

II) Lançar um amplo debate nacional sobre a nossa agricultura que, envolvendo as diversas forças políticas e sociais, e em particular as organizações agrícolas, fortaleça a nossa posição negocial junto da Comunidade e seja mobilizadora dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas para as necessárias transformações da agricultura portuguesa.

3. O PCP, que tem vindo a apresentar um valioso conjunto de iniciativas legislativas para o desenvolvimento da agricultura portuguesa, de que são exemplo os projectos de lei para a defesa da floresta portuguesa do flagelo dos fogos florestais, e a recente apresentação de quatro projectos de lei visando a orientação e fomento da produção agrícola e pecuária e a participação das organizações representativas da lavoura na definição da política governamental para o sector. Sublinhamos e insistimos particularmente em quatro questões:

— A necessidade de travar os ruinosos projectos do Governo de completa liquidação das UCPs/Cooperativas através da venda das terras da Reforma Agrária ainda nacionalizadas, destruindo unidades agrícolas viáveis, mesmo no contexto europeu, e susceptíveis de dar um contributo decisivo em produções estratégicas como os cereais e a carne;

— A necessidade de conter a tentativa de retirar os baldios aos povos, presentes novamente na Assembleia da República por novo-velho projecto do PSD;

— A necessidade de fortes apoios estruturais, técnicos e económicos, adequando os regulamentos comunitários, e em especial o 797 e o 355, às condições reais da nossa agricultura, favorecendo o acesso dos pequenos e médios agricultores e privilegiando o cooperativismo agrícola;

— A necessidade de uma política de mercado e preços que garanta aos agricultores portugueses o escoamento compensador dos seus produtos e condições de crédito, custos de energia e outros factores de produção ao nível dos outros países da CEE.

4. A Comissão Política do PCP abordou ainda a situação na comunicação social.

De acordo com as persistentes reclamações e sugestões anteriormente formuladas pelo PCP, e tendo também naturalmente em conta uma recente proposta do PS, o PCP manifestou na passada 2.ª feira à RTP o seu interesse na realização, no decurso dos próximos meses, de uma série de debates televisivos sobre os principais problemas nacionais com a participação dos partidos com representação parlamentar.

O PCP considera com efeito que uma tal série de debates temáticos, a que se deveria seguir, em moldes a considerar, um conjunto de debates entre os diversos líderes partidários, tem a sua justificação e utilidade particularmente reforçadas pela próxima realização de eleições legislativas e pela correspondente necessidade de facultar aos cidadãos um mais desenvolvido conhecimento das posições das diversas forças políticas e um confronto democrático das respectivas propostas e orientações.

A Comissão Política do PCP salienta que a luta por uma informação isenta e pluralista nos órgãos de comunicação social do sector público, fazendo recuar a sua poderosa e persistente instrumentalização ao serviço do Governo e do PSD, se inscreve como um dos factores fundamentais para garantir uma real democraticidade das próximas eleições legislativas.

A Comissão Política do PCP renova a sua profunda preocupação com a evolução que tem vindo a verificar-se no sector da comunicação social e designadamente com o fenómeno da concentração e crescente controlo que grandes grupos económicos próximos do PSD vêm assegurando no sector, activamente favorecidos pela política do Governo de privatização de órgãos de comunicação social do Estado.

Reafirmando as suas objecções à injustificada privatização do «Diário de Notícias», o PCP de novo denuncia a eventualidade de tudo estar escandalosamente sendo encaminhado para que este jornal (e o seu valioso património) venham a cair nas mãos do grupo, afecto ao PSD, que se apropriou do «Jornal de Notícias», no quadro de um negócio particularmente suspeito dado o facto de o grupo proprietário do «Jornal de Notícias» não ter ainda pago as acções que o próprio «Diário de Notícias» detinha no «Jornal de Notícias».



PCP

# Pacote laboral

## Nota da Comissão Política

No passado dia 7 a Comissão Política do PCP divulgou a seguinte nota de imprensa:

1. A Assembleia da República procederá esta tarde à votação final global da proposta de lei de autorização legislativa sobre o pacote laboral, através da qual, mais uma vez, o Governo procura subtrair ao debate a apreciação da Assembleia o gravoso conteúdo concreto desta sua nova ofensiva contra os direitos e interesses sociais dos trabalhadores.

2. Sublinhando a inegável gravidade da previsível aprovação, por força da maioria parlamentar do PSD, deste pedido de autorização legislativa, o PCP salienta entretanto que tal facto não encerra o correspondente processo legislativo nem fecha as grandes possibilidades de luta existentes com vista à derrota desta ofensiva governamental.

3. Com efeito, depois de aprovada a autorização legislativa, a mesma será sujeita à promulgação do PR que poderá requerer a apreciação da sua constitucionalidade ao Tribunal Constitucional.

Ainda que a iniciativa governamental ultrapasse esta fase, seguir-se-ia a publicação pelo governo dos projectos de decreto-lei e a sua sujeição a discussão pública

durante um mês e, no final, os referidos decretos-leis teriam ainda também de ser objecto da promulgação pelo PR.

4. Isto significa não apenas que institucionalmente o pacote laboral não fica aprovado nem consumado hoje, mas sobretudo que existem condições para a sua derrota na base do enérgico desenvolvimento da luta e do protesto dos trabalhadores contra esta gravíssima ameaça aos seus direitos (e designadamente à estabilidade e segurança no emprego).

5. Manifestando plena confiança nas possibilidades de sucesso da luta contra o pacote laboral — luta em que o PCP está profundamente empenhado nos diversos planos da sua intervenção — a **Comissão Política do PCP entende oportuno desde já assumir o compromisso político de, na eventualidade de o pacote laboral ser aprovado e entrar em vigor, inscrever no seu Programa para as eleições legislativas, como medida a propor na abertura da nova legislatura da Assembleia da República, a imediata revogação do pacote laboral.**

7/2/91

A Comissão Política do CC do PCP

## No próximo domingo

# 5.ª Assembleia dos comunistas do concelho de Alpiarça

## • Participação de Carlos Carvalhas

A Comissão Concelhia de Alpiarça do Partido Comunista Português, vai levar a efeito no próximo domingo, dia 17, a 5.ª Assembleia de Organização Concelhia.

Conscientes das responsabilidades assumidas a nível concelhio, os comunistas alpiarcenses vão fazer o balanço de todo o seu trabalho nos últimos anos, nomeadamente após a realização da 4.ª Assembleia de Organização.

**Analisar o presente, perspectivar e programar o futuro, encarando-o com realismo e encontrar soluções para que os alpiarcenses possam viver cada vez com mais dignidade e confiança na terra onde nasceram é vivem, são, sem dúvida, objectivos que nos propomos atingir — sublinha ao «Avante!» a Concelhia local do**

PCP, que acrescenta:

«Não nos podemos, contudo, alhear dos problemas nacionais e do Mundo que nos rodeia, e, como tal, estaremos atentos à situação nacional e internacional, convictos da sua importância e influência nas populações e em todos os povos.»

E mais adiante:

«A 5.ª Assembleia de Organização, para além de analisar a situação do Concelho de Alpiarça a todos os níveis, — social, económico, cultural, laboral, etc. — e de apontar soluções para os problemas mais sentidos pelos seus habitantes, tem ainda como objectivo eleger a nova Comissão Concelhia do Partido e avaliar aspectos orgânicos e da estrutura partidária no concelho.»

Sob o lema, «Pelo reforço da Organização», a 5.ª Assem-



bleia terá na sua sessão de encerramento a presença do secretário-geral adjunto, camaráda Carlos Carvalhas, que fará a intervenção final.

A Assembleia funcionará entre as 14,30 horas e as 18 horas, com a sessão de encerramento prevista para as 17,30 horas.

## Helder Madeira proposto pelo PCP para presidente da Assembleia Distrital

O Secretariado Distrital de Setúbal para as questões das Autarquias, do Desenvolvimento Regional e do Associativismo Popular do PCP analisou o Decreto-Lei n.º 5/91 de 8 de Janeiro que estabelece o novo regime jurídico para as Assembleias Distritais, e o Decreto-Lei n.º 17 A/91, de 9 de Janeiro, que cria o Gabinete de Travessia do Tejo, tendo concluído que aquele «novo regime retira poderes e competência às Assembleias Distritais em favor dos Governos Cívicos».

Apesar disto o PCP pensa que «a Assembleia Distrital deve continuar a ser um fórum de debate, defesa e reivindicação dos interesses do distrito de Setúbal.»

Foi decidido «propor, para presidente da Assembleia Distrital de Setúbal, Hélder Nobre Silva Madeira.»

«Hélder Madeira é um conhecido e prestigiado autarca do nosso distrito que, ao longo dos anos, tem dado um significativo contributo para o reconhecimento e desenvolvimento do Distrito de Setúbal e do papel insubstituível do Poder Local Democrático», lembra aquele Secretariado Distrital do PCP.

Hélder Madeira exerceu, desde 1974, os seguintes cargos:

- Governador Civil do Distrito de Setúbal de Novembro de 1975 a Outubro de 1976;

- Presidente da Câmara Municipal do Barreiro de 1977 a 1989;

- Presidente da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal de Outubro de 1983 a 1988.

Actualmente — recorde-se — Hélder Madeira é 1.º secretário da Assembleia Distrital de Setúbal e presidente da Assembleia Municipal do Barreiro.

## Travessia do Tejo

Com a proposta de Hélder Madeira para a presidência da Assembleia Distrital de Setúbal, o PCP está mais uma vez a contribuir para o prestígio do Distrito de Setúbal e do Poder Local — salientam os comunistas.

Aquele organismo do PCP exige que o Governo aceite a participação dos municípios da margem Sul no Conselho Consultivo do GATTEL (Gabinete



da Travessia do Tejo em Lisboa), referindo a propósito:

«Os impactes do novo atravessamento do rio Tejo far-se-ão sentir de um lado e outro do rio, exigindo a participação de representantes de todos os municípios afectados.»

«Esta atitude do Governo só pode ser entendida no quadro da política centralizadora do Governo e de marginalização do Poder Local e das populações, fugindo à discussão de ideias e projectos, que, como é sabido, os Municípios do Distrito de Setúbal têm apresentado e reivindicado no âmbito dos seus Planos de Desenvolvimento Integrado do Distrito.»

## Regionalização

O Secretariado Distrital para as Questões das Autarquias alerta uma vez mais a opinião pública para a urgente necessidade da implementação das Regiões Administrativas que só a fúria centralizadora do PSD e a falta de vontade política do PS têm impedido.

## Festa do «Avante!»/91 já é notícia

É verdade: a Festa do Avante! 1991 começa a ser notícia. Não só porque já se realizou uma primeira reunião nacional, estando marcada outra para 14 de Março na Atalaia, mas também porque tanto a nível nacional como regional e local já se começam a criar estruturas organizativas para a coordenação do trabalho preparatório da Festa.

Saliente-se desde já que este ano, pela primeira vez, todos os distritos (já não há ORs com mais do que um distrito) terão participação própria na Festa, o que deixa antever mais diversidade.

A elaboração do programa da Festa também já arrancou.

Recorde-se a propósito, uma passagem da resolução da última reunião do CC:

O Comité Central decidiu fixar de 6, 7 e 8 de Setembro para a realização da **Festa do «Avante!»**.

A XV Festa do «Avante!», realizando-se num ano de intensa actividade política, constituirá um seguro contributo para a maior projecção das nossas ideias e propostas. A XV Festa do «Avante!», cujo trabalho preparatório desde já importa fazer avançar decididamente, deverá confirmar e reforçar o seu carácter de maior realização político-cultural de massas em Portugal, de grande espaço de cultura, de convívio e diálogo, de afirmação solidária e internacionalista dos valores da paz e do progresso social.

## Camaradas Falecidos

### Dinamarca Jesus Parreira

Faleceu a nossa camarada Dinamarca Jesus Costa Parreira (Dina), de 72 anos, militante da organização da freguesia dos Olivais — Sector Sul — Zona Centro, em Lisboa. Tinha, entre outras, as tarefas de banca junto ao Supermercado «Pingo Doce» nos Olivais e Centro Vitória. Era companheira do nosso camarada Armando Martins de Carvalho, resistente antifascista que esteve preso durante 10 anos no Campo da Morte Lenta — o Tarrafal.

Aos familiares e amigos da camarada falecida, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

# Em Foco

Avante!

Ano 61 - Série VII  
N.º 895  
14 de Fevereiro de 1991  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

# AVANTE!

## PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES: UNI-VOS!

ANO 1 - Numero 1

Orgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.)

15 de Fevereiro de 1931  
PORTUGAL

# AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

ANO 32 - SÉRIE VI N.º 320 AGOSTO DE 1962 PREÇO: 1300

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# Avante!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A VERDADE

ANO - 41 SÉRIE VI - N.º 464 - ABRIL DE 1974 PREÇO: 1300

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# Avante!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## Não dar tréguas ao fascismo

«O País anseia pôr fim às guerras coloniais e ao governo dos monocolonialistas que assumem formas crescentemente fascistas»

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração  
Av. António Serra, 26-27. Esq  
Tel. 772284

Impressão e composição  
Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L.  
Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa

Distribuição  
Distribuidora «O SECULO»

## O «AVANTE!» LEGAL!

ESTE é o primeiro «Avante!» legal. Este é o primeiro órgão de imprensa do Partido Comunista Português publicado legalmente depois do golpe fascista de 1926.  
A mudança radical operada na vida política portuguesa depois do 25 de Abril tem na publicação legal do «Avante!» um testemunho flagrante. Ele dá voz às forças democráticas sobre o fascismo e ficará como o primeiro órgão da liberdade de expressão de



## Agostinho Neto à frente dos patriotas angolanos

Presidente de honra do Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.), o conhecido poeta e médico Dr. Agostinho Neto retomou o seu lugar à frente dos patriotas angolanos. Preso há dois anos em Luanda, (maltratado pela PIDE) (que dirigiu a destruição da sua aldeia Scolo Bengo e o massacre da população), trazido para o Aljube, desterrado depois para Cabo Verde e de novo encerrado no Aljube, foi libertado em Abril último em virtude dos protestos que se levantaram contra a sua prisão arbitrária. Mantido com residência fixa em Lisboa, o Dr. Agostinho Neto conseguiu escapar à vigilância da PIDE e saiu recentemente de Portugal. Esta importante vitória do M.P.L.A. reforçará a UNIDADE de todos os patriotas angolanos e a sua ACÇÃO pela independência.

## ACABAR COM A GUERRA DE ANGOLA é um imperativo nacional

### ESCALADA DA TORTURA

Qualquer regime fascista é inconcebível sem a violência e o crime. São inumeráveis e inenarráveis os exemplos que nos têm vindo a dar. Os jovens portugueses que estão a ser enviados para a tropa têm dado belos exemplos de resistência. Um dos aspectos mais chocantes da escalada da tortura sobre o povo português é a violência que assume. A tortura varia geralmente segundo o tipo de regime interno do próprio país.



17 de Maio de 1974  
Ano 44 - Série VII  
Director interino  
António Dias Lourenço  
Propriedade  
Editorial «Avante!» Lda.  
Preço: 2550

caiem nas  
dos presos  
passado pe-  
baramente  
a tortura  
prolon-  
leixa qua-  
nte mar-  
da as suas  
-se siste-  
espanen-  
avaloma-  
a tortu-

as visitas  
que fo-  
s cober-  
dig. 1

# Plenário conjunto do Comité Central e da Comissão Central de Controlo do PCUS

«Pravda» publicou recentemente os principais materiais da reunião plenária conjunta do Comité Central e da Comissão Central de Controlo do PCUS, realizada a 31 de Janeiro e onde foi discutida a situação actual na URSS e no partido.

Publicamos, pela sua importância, a declaração política aprovada no plenário, o relatório de O. Chenin sobre trabalho de organização, e extractos do relatório de V. Ivachko sobre o momento actual e as tarefas do PCUS.

Segundo o comunicado que o órgão do CC do PCUS divulgou na sua edição de 1 de Fevereiro, da ordem de trabalhos da reunião constavam os seguintes pontos: «1. A situação actual; 2. Preparação para o registo dos Estatutos do PCUS; 3. A documentação metodológico-normativa do PCUS e o reforço político-organizativo das organizações do partido; 4. Orçamento para 1991 dos partidos comunistas das repúblicas federadas; 5. Questões de organização.»

O plenário foi aberto pelo secretário-geral do CC do PCUS, Mikhail Gorbachov. Nos trabalhos participaram - informa o «Pravda» - «os primeiros-secretários dos comités partidários das repúblicas, territórios, regiões e distritos, os segundos-secretários dos CC e os presidentes das comissões de controlo

das repúblicas federadas que não fazem parte dos organismos centrais eleitos do PCUS, os deputados do povo da URSS eleitos pelo PCUS, redactores dos jornais e revistas do partido, elementos das Forças Armadas da URSS e de alguns departamentos e instituições».

O vice-secretário-geral do CC do PCUS, Vladimir Ivachko, fez uma intervenção sobre o primeiro ponto, seguindo-se um período de debate.

O comunicado informa que «foram constituídas comissões de redacção para prepararem os documentos do plenário. Em nome da comissão de redacção para o primeiro ponto interveio Aleksandr Dzasokhov, secretário do CC. Depois de analisadas as propostas e observações e concluída a discussão, foi aprovada a declaração política «Sobre o momento actual e as tare-

fas do partido.»

«O. Chenin, secretário do CC do PCUS, apresentou um relatório sobre «O registo dos Estatutos do PCUS» e «A documentação metodológico-normativa do PCUS e o reforço político-organizativo das organizações do partido». O plenário ouviu ainda um relatório da responsável pelas questões administrativas do PCUS, N. Krutchina, sobre «O orçamento para 1991 dos partidos comunistas das repúblicas federadas». Pela comissão de redacção interveio Iuri Manaenkov, secretário do CC do PCUS.»

Após a discussão - prossegue o comunicado - o plenário aprovou deliberações «Sobre a preparação do registo dos Estatutos do PCUS», «Sobre o reforço político-organizativo das organizações do partido» e «Sobre o orçamento para 1991 dos

partidos comunistas das repúblicas federadas», e ratificou várias instruções e disposições.

O plenário tomou a decisão de formar, de entre os membros do CC e da CCC, uma comissão orientada para «o estudo da situação nas organizações do partido na Estónia, tendo em vista a busca de vias para a consolidação de forças dos comunistas, manutenção da paz civil e da concórdia social na república».

O plenário excluiu A. Guelman do CC do PCUS, «por ter perdido a ligação com o partido», e demitiu G. Gumbaridze do Bureau Político do CC do PCUS, «por ter terminado a sua actividade como primeiro-secretário do CC do Partido Comunista da Geórgia».

O plenário - refere-se no comunicado - «expressou a sua discordância face às últimas tomadas de posi-

ção na imprensa do académico Chatalin, membro do CC, considerando que os pontos de vista manifestados são incompatíveis com a qualidade de membro do PCUS e, tanto mais, do seu Comité Central. A presidência da CCC foi encarregada de, depois do restabelecimento do camarada Chatalin, analisar a sua actuação e levar propostas ao próximo plenário do CC do PCUS».

Informa-se ainda no documento que «devido à sua eleição para vice-presidente da URSS e à necessidade de concentrar esforços para o trabalho neste posto, o camarada G. Ianaev foi demitido do Bureau Político e secretário do CC do PCUS», e que L. Annuss, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista da Estónia, foi eleito membro do Bureau Político do CC do PCUS, enquanto P. Lutchinski foi eleito secretário.

## Declaração política do plenário

# O momento actual e as tarefas do PCUS

formações em curso um carácter anti-socialista e antipopular.

A ignorância deliberada em algumas repúblicas das decisões dos congressos dos deputados do povo da URSS e a abolição ilegal da Constituição da URSS abriram caminho à ilegalidade e tornaram possível a adopção de actos antidemocráticos e discriminatórios, atentatórios dos direitos individuais, que provocaram o protesto e resistência das pessoas atingidas. As forças nacional-separatistas iniciaram abertamente um processo de liquidação das conquistas sociais, ultrapassaram as fronteiras da razão e da lei, destroem laços seculares entre os povos e reavivam as piores formas de discriminação étnica. Formam-se regimes nacionais totalitários que declaram a superioridade imaginária dos direitos de nações sobre os direitos mundialmente reconhecidos do Homem e dos cidadãos.

O agravamento da situação, os trágicos acontecimentos nas repúblicas do Báltico e da Transcaucásia, a manutenção da tensão noutras regiões constituem avisos sérios a toda a sociedade. Encontram-se no limite do fracasso o processo democrático e as transformações positivas, cresce a ameaça à vida e à segurança das pessoas.

Os participantes no plenário expressam a sua dor pela morte de pessoas. Nós declaramos que o partido faz todos os possíveis para pôr termo ao fratricídio e devolver o país ao caminho da paz e da construção.

A situação criada é o resultado da violação dos direitos humanos e da ordem constitucional, da tolerância revelada pelos os órgãos centrais e

republicanos para com as inúmeras violações da Lei Fundamental do país e do espezinhamento dos interesses radicais de grandes grupos da população, por parte de forças destrutivas.

Nestas condições, o plenário considera necessário o restabelecimento imediato da ordem constitucional no país, com base nas decisões do IV Congresso dos deputados do povo da URSS.

Os participantes do plenário manifestam-se pela revogação inadiável dos actos anticonstitucionais e das deliberações violadoras dos direitos do Homem, quaisquer que tenham sido os órgãos a aprová-los. Apela aos soviets supremos, da URSS e das repúblicas, aos deputados do povo para que estabeleçam contactos com o fim de promoverem reuniões conjuntas das presidências, sessões para analisar questões polémicas e aprovar medidas eficazes para superar a crise de legalidade.

O plenário considera inadmissível a criação ilegal de formações armadas, a violação da unidade da estrutura estatal das forças armadas e dos órgãos da ordem legal. Manifestamo-nos contra inectivas a importantes instituições do Estado - forças armadas, órgãos de segurança e dos assuntos internos. O plenário partilha as exigências do povo no sentido de serem asseguradas a ordem, a segurança e a calma, as condições normais para o trabalho e vida das pessoas, independentemente da sua origem étnica ou posição social.

É necessário desenvolver as melhores tradições da amizade entre os povos e do internacionalismo, seguir

o caminho da aproximação das nações e etnias do nosso país e do respeito mútuo pela identidade nacional.

A paz civil e a concórdia entre todas as nações - é do que o país está actualmente mais necessitado. O seu alcance é a mais importante tarefa do partido. O plenário apela para que todas as organizações do partido, levando em conta as especificidades locais e apoiando-se nas amplas camadas dos trabalhadores, em cooperação com os sindicatos, associações de juventude, de mulheres, de veteranos e outras, realizem um insistente trabalho no sentido de solucionar este problema fundamental.

O plenário apela para que todos os comunistas e cidadãos se manifestem pela conservação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

É esta a posição que os comunistas defendem, num momento em que se prepara o referendo sobre o futuro da nossa União como uma federação de repúblicas socialistas soviéticas, soberanas e iguais em direitos. O referendo deverá constituir uma manifestação verdadeiramente livre e consciente da vontade dos cidadãos soviéticos, e não um instrumento para a derrocada do Estado nas mãos de politiqueros irresponsáveis.

A sua preparação deverá ser colocada no centro de todo o trabalho político do partido.

O plenário apoia o processo de

consolidação da soberania das repúblicas da união e autónomas, e vê nele uma condição necessária para a transformação do nosso Estado numa União renovada de repúblicas e povos verdadeiramente autónomos.

O caminho que encetámos para a construção do Estado de direito permanece inalterável. Mas este só poderá ser concluído se receber o apoio de todas as forças sociais construtivas - dos soviets de deputados do povo, partidos políticos e movimentos de massas, dos cidadãos do país. Isto exige que todos os verdadeiros democratas conduzam uma luta consequente contra aqueles que são inimigos do regime constitucional e minam as bases do poder executivo. O PCUS considera que o poder no país deverá ser profundamente democrático.

O plenário considera que a crise na economia, aprofundando o agravamento da tensão social e étnica, constitui uma consequência da ruptura entre os ritmos de crescimento económico e as transformações políticas. No entanto estas dificuldades e contradições não deverão travar as transformações económicas radicais. Pelo contrário, é necessário prosseguir na via do desenvolvimento da economia de mercado.

A passagem para as relações de mercado deve ser acompanhada pela formação de uma economia





Газета основана  
5 мая 1912 года  
В.И. ЛЕНИНЫМ

# ПРАВДА

Орган Центрального Комитета КПСС

№ 28 (26476) • Пятница, 1 февраля 1991 года • Цена 12 коп.

## ИНФОРМАЦИОННОЕ СООБЩЕНИЕ

об объединенном Пленуме Центрального Комитета  
и Центральной Контрольной Комиссии  
Коммунистической партии Советского Союза

31 января 1991 г. состоялось объединенное Пленум Центрального Комитета и Центральной Контрольной Комиссии КПСС. На рассмотрении Пленума...

as possibilidades para serem objectos autónomos, pode-se mesmo dizer soberanos, da política do partido. No fundo, foram criadas todas as condições para que as organizações de base conduzam activamente a política do partido na sociedade.

Simultaneamente, não se pode deixar de assinalar que, na luta contra o PCUS, um dos alvos principais são as células de base do partido. É precisamente na sua direcção que são lançadas as ideias do congelamento das quotas, da divisão da propriedade do partido, da liquidação do aparelho partidário, da despolitização, da despartidarização, etc.

Não se pode deixar de dizer que estas ideias, aqui e ali, encontram terreno favorável. Há toda uma série de organizações que não encontra forma de abandonar a passividade e o torpor. Não há reuniões do partido, não há influência nos colectivos, os militantes perdem a ligação uns com os outros. Há tentativas de autoliquidação de organizações de base do partido.

É preciso pôr ordem nas organizações do partido onde se perderam os traços da organização, onde não são respeitados os Estatutos do PCUS. Isto deve ser feito pelos próprios militantes com a ajuda dos comités do partido. Devem ser conhecidos por causas socialmente significativas, fazer renascer numa nova base o espírito partidário de camaradagem e de colectivo, aprender a influir por métodos políticos na situação nos colectivos, na distribuição dos quadros, na resolução das questões socioeconómicas.

Os membros do CC e da CCC devem ajudar as organizações de base em tudo o que for possível. Deve ser dedicada uma especial atenção àquelas que, devido a acções antipartido deliberadas, estão à beira do desmoronamento e da autoliquidação. Se necessário, deve-se efectuar a actualização dos ficheiros de algumas organizações.

Devem trabalhar mais activamente os comités de bairro e de cidade. Este elo do partido demonstrou a sua firmeza e combatividade no período de maior responsabilidade. Ele contribui de forma decisiva para o reforço das organizações do partido, para a renovação criativa do trabalho partidário em todas as suas direcções e, o que é especialmente importante, entre a população.

Considerando que o aparelho de todos os comités se reduziu significativamente, é indispensável orientar os esforços para a dinamização do voluntariado no seu trabalho. É necessário pensar sobre o modo como, nas novas condições, podem renascer as estruturas sociais junto dos comités e desenvolver a actividade, já provada, dos conselhos de secretários de organizações de base.

Gostaria de chamar a atenção dos participantes no plenário para a necessidade de nos opormos mais activamente às tentativas de divisão entre o centro e as organizações locais do partido. Como se sabe, frequentemente é inspirada por certas pessoas a aprovação de apelos ao CC do PCUS nos quais, muitas vezes, são feitas acusações gratuitas ao CC, são mais uma vez levantadas questões já resolvidas. Isto nota-se especialmente a nível dos bairros, e também das organizações de base.

Na maioria dos casos a razão do apelo está no desconhecimento dos

documentos do partido, nomeadamente os materiais do congresso. Alguns deixaram mesmo de ler até a imprensa do partido e recorrem a informações divulgadas nas publicações «independentes».

E isto não sucede por acaso. Recentemente a Comissão Central de Controlo, conjuntamente com a Secção de Organização do CC, analisou o modo como estão a ser cumpridas as decisões do CC nas organizações locais do partido. Descobriram-se coisas espantosas. Os militantes não têm sequer conhecimento do conteúdo de muitas decisões do CC que dizem directamente respeito à sua actividade. E isto não só em organizações de base, mas também nos comités de cidade e de bairro, e abrangendo inclusive membros de executivos de comités de região e de território.

Cito apenas um exemplo. No Comité Distrital de Volgograd apenas 8 dos 15 membros do executivo tinham conhecimento da resolução do CC do PCUS «Sobre a autodissolução das organizações do partido nos estabelecimentos de ensino da cidade de Moscovo». No Comité Urbano de Volgograd e no Comité Central Territorial desta cidade, e ainda nas organizações dos estabelecimentos de ensino superior onde se notavam tendências semelhantes, não há qualquer ideia da existência de tal resolução.

Penso que será útil a análise do actual estado do controlo de execução no partido, definida no plenário da CCC. Se encarmos daquela forma as decisões do partido, se ignorarmos a experiência adquirida e as recomendações dos organismos do partido, então será difícil esperar uma verdadeira viragem no trabalho partidário.

Há que criar um sistema mais preciso de informação também dentro do partido, pois sem isto não poderá funcionar como um todo. Talvez seja necessário repetir na imprensa partidária local algumas decisões do CC do PCUS. É preciso retomar a prática de envio de cartas do CC às organizações de base e a todos os militantes sobre as questões mais candentes.

É justo que se diga que o trabalho local do partido está cada vez mais a orientar-se para o que interessa. Depois de difíceis e prolongados relatórios e eleições, depois de reestruturações, os comités do partido recobram o fôlego, deitam mãos às grandes questões, restabelecem os contactos com os quadros. Numa palavra, começam de novo a trabalhar. Muitos deles ganham mais independência na apreciação dos actos dos órgãos do poder e de gestão, encontram as decisões mais adequadas no campo económico, os métodos e a tática de actuação face a situações concretas. Gostaria de lhes desejar mais confiança em si próprios, apoio mútuo e compreensão para o que fazem o centro, o Comité Central, a Comissão Central de Controlo, o secretário-geral do CC do PCUS.

A realização das medidas económicas e sociais de estabilização, a transição para o mercado, o trabalho nos soviets, a afirmação activa da concórdia nacional, a luta pela manutenção e o reforço da União, é um enorme campo de actividade para cada organização do partido, para cada militante.

Penso que o debate desta questão e as propostas feitas no plenário de Janeiro do CC do PCUS, as suas decisões, vão ser um bom apoio às organizações do partido neste trabalho.

**N**o relatório que apresentou, o vice-secretário-geral do CC do PCUS sublinhou a necessidade de avaliar com realismo e sem preconceitos a situação criada no país e no partido, abordando questões de princípio que orientarão os órgãos centrais na sua actividade futura.

Primeiro. O Bureau Político e o Secretariado do CC do PCUS aplicam firmemente a linha política traçada no 28º Congresso do partido. A declaração programática e a resolução do congresso, os novos Estatutos do PCUS constituem a base de todas as decisões do Bureau Político e do Secretariado do CC, e das orientações enviadas aos comités do partido. Simultaneamente, no plano táctico são levados em consideração, apesar de nem sempre tal ser feito com exactidão e oportunidade, a situação em mutação rápida, a instabilidade da consciência social, a sua insuficiente precaução face à avalanche propagandística anticomunista, nacional-chauvinista e de populismo barato. Estes fenómenos são especialmente perigosos para a nossa sociedade sobretudo se tomarmos em conta as condições históricas concretas da sua formação ao longo de décadas.

Segundo. O Bureau Político e o Secretariado do CC manifestam nas suas acções práticas inteiro apoio ao rumo da renovação da sociedade soviética, fidelidade à Constituição da URSS, aos princípios do desenvolvimento social, e recusam categoricamente quaisquer acusações e calúnias que lhes são dirigidas em pretensas tentativas de alterar a política interna e externa do Estado. Apoiamos decididamente o anseio da maioria esmagadora do povo soviético de viver numa sociedade civil pacífica. Um rumo estável e o desenvolvimento previsível dos processos sociais - é garante não só da vida normal de cada cidadão, como também da conservação de um lugar digno do nosso Estado na comunidade internacional, onde os fortes e estáveis são apreciados, e ninguém deseja simplesmente ter como parceiro os fracos e os incertos.

Terceiro. (...) Sobre o nosso partido recai a responsabilidade histórica pelo êxito das reformas programadas. O seu objectivo é construir na nossa terra uma sociedade multinacional que labore e viva em condições normais, onde as repúblicas soberanas usufruam dos seus êxitos, promovam a sua cultura, ciência, educação, língua, amizade entre os povos, defendam a União Soviética, grande potência mundial defendam os direitos e as liberdades de todos os povos soviéticos.

(...) Nenhuma outra força política, à excepção do nosso partido, está à altura de resolver esta complicada tarefa. Estamos dispostos a trabalhar com todos os que estiverem connosco, mas devemos perceber que o nosso êxito depende antes de mais das nossas próprias forças.

Quarto. O Bureau Político e o Secretariado do CC consideram necessário uma oposição firme a quaisquer ideias e acções destrutivas nas esferas económica, política e espiritual.

Devemos reconhecer que até ao momento foi claramente insuficiente a resistência que oferecemos. O nosso comeditamento foi interpretado por alguém como fraqueza e desnoiteamento, como incapacidade de responder aos ataques, frequentemente grosseiros e maldosos. As tentativas de diminuir o partido, Lé-

# O momento e as tarefas

## Relatório apresentado por Vladimir Ivachko,

nine e as ideias de Outubro tornam-se cada vez mais requintadas e indiscriminadas. Com elas não poderemos pactuar.

Quinto e último. (...) É ingénuo pressupor que as profundas transformações sociais que decorrem no nosso país podem prosseguir sem graves conflitos e colisões. Ainda ninguém na História conseguiu realizar tão grandes alterações, que tocam interesses de muitas pessoas, sem defrontar uma forte oposição e luta, bem como sem cometer erros e falhas.

(...) Constituiu um importante acontecimento para a consolidação da sociedade a realização do IV congresso dos deputados do povo da URSS.

(...) No entanto, na vida real o diálogo e o compromisso, pressuposto pelo PCUS para a solução dos problemas de extrema complexidade do período de transição, foi bloqueado pela tenaz resistência dos separatistas e nacionalistas, de diferentes tipos de politiquieiros, para os quais os objectivos e ambições pessoais estão acima dos destinos do País e dos interesses do povo.

Os acontecimentos dos últimos meses puseram em evidência alterações na correlação de forças. Alguns dos que se denominam a si próprios «democratas» têm evoluído rapidamente para a direita e cada vez mais se orientam por valores anti-socialistas e praticam acções anticonstitucionais. Ganha corpo um bloco de partidos e correntes de tendência, declaradamente de direita que se opõem ao PCUS e se colocam como objectivo alterar o regime social do país. Eles passaram na prática à luta aberta para desalojar o PCUS da cena política, condenar o socialismo como uma ideia estéril à nascença e possibilitar a derrocada da União Soviética.

É com base nestes pressupostos que se constrói a tática da luta política. Se a caracterizarmos de forma extremamente concisa, ela resume-se à seguinte fórmula destruidora: «quanto pior - tanto melhor». Quanto mais complexa for a situação no país, mais depressa lhes será possível chegar ao poder e realizar os objectivos estratégicos declarados.

No fundo, podemos afirmar que se empreende uma tentativa real para aplicar um programa de liquidação do sistema económico, político e social do nosso país.

A nossa avaliação dos acontecimentos recentes, incluindo os do Báltico, é clara e precisa. Apoiando a declaração do presidente da URSS em relação aos acontecimentos do Báltico, manifestamo-nos decididamente contra quaisquer tentativas de dividir a sociedade e o país em campos inimigos, contra as dissensões étnicas e a oposição desenfreada e destruidora, a violência e o arbítrio, quaisquer que sejam as suas formas e os locais em que surjam.

Condenamos categoricamente as violações dos direitos cívicos, a discriminação das pessoas segundo a sua origem étnica, os maus tratos aos militares e às suas famílias, as tentativas de determinados círculos de responsabilizar o partido pelos acontecimentos do Báltico e avivar assim a psicose anticomunista. O PCUS manifesta-se consequentemente a favor do desenvolvimento do processo democrático e contra a

violência. Só a observação da Constituição da URSS, das leis do Estado soviético, e dos direitos de cada pessoa podem constituir uma base para a solução dos problemas surgidos.

Sem dúvida que cada conflito tem a sua pré-história, as suas razões profundas, que devem ser discernidas com objectividade e não serem aproveitadas para especulações sobre a tragédia. São já visíveis as tentativas de lançar estas especulações na cena internacional. Temos que perceber que está a ser levado a cabo um ataque decidido e coordenado de forças, as quais podemos desde já designar como uma oposição política organizada com objectivos largos.

A ofensiva começou logo no centro, em todas as estruturas da união. Denegriu-se as forças armadas, o KGB, o Ministério do Interior. Não descuram sequer o novo gabinete de ministros. Ataques indiscriminados são lançados contra o presidente da URSS.

As pessoas presentem como se a *perestroika* e a transparência fossem delegadas ao esquecimento e em sua substituição esteja para vir a ditadura. Neste momento todos os que põem em causa as ideias, os programas ou acções dos autodenominados «democratas», relacionam inequivocamente com os «reaccionários» os que recuam da *perestroika*. As perigosas tentativas de transformar o soviete supremo da Federação Russa num instrumento para a destruição da URSS arrastam consigo graves consequências.

(...) Em 1990 pela primeira vez no último período verificou-se uma queda absoluta na produção social. A extracção de petróleo e de carvão, a fundição de metal no país recuaram para níveis do início dos anos 80. A ruptura das ligações produtivas intersectorias, a falta de matéria-prima, de pré-fabricados, de peças sobressalentes, inclusive importadas, quase que paralisaram por completo centenas de empresas, nomeadamente da indústria ligeira. Nelas trabalham centenas de milhar de pessoas. O tempo de trabalho assim desperdiçado impediu que se produzissem artigos no valor de cinco mil milhões de rublos. Um quarto das empresas não cumpriu os seus contratos de produção. Eis o preço que estamos a pagar pelo atraso inadmissível observado na reorganização da gestão da economia, pela desordem e erros na condução das reformas, pela queda da iniciativa e da disciplina laboral. Muitos colectivos de trabalho utilizaram a sua autonomia económica para aumentar o lucro e o fundo dos salários à custa do aumento de preços dos produtos e da diminuição dos volumes de produção.

Com a entrada do novo ano a situação não mostra indícios de melhorar. A queda da produção não só não foi sustida como prossegue. Numa série de empresas, logo nos primeiros dias deste ano, foram paralisados cadeias e sectores inteiros de produção. A produção da maioria dos mais importantes tipos de artigos diminuiu, em Janeiro, de cinco a dez por cento. A situação agrava-se devido à má organização da rede de distribuição e conservação dos produtos, que desaparecem dos armazéns e caem nas mãos dos especuladores, registando-se em muitos casos uma evidente sabotagem.

O desequilíbrio entre os planos de produção e as condições técnicas e materiais continua a constituir a principal razão das rupturas. Até agora não foi concluída a campanha

# actual do partido

## vice-secretário-geral do CC do PCUS

de contratos de fornecimento de produtos, não foram eliminadas as inúmeras barreiras que impedem o restabelecimento dos laços económicos entre as empresas.

Devem ser tomadas medidas firmes, mesmo de carácter extraordinário, para restabelecer o ritmo normal de laboração das empresas como principais produtores de bens materiais. Tais medidas necessitam de um forte apoio do partido, sobretudo de todas as estruturas partidárias.

O problema político número um tornou-se o estado do mercado consumidor. Existem formas de diminuir a tensão mas estas não são levadas à prática.

O Secretariado do PCUS considerou necessário apelar às organizações do partido para que se empenhem activamente no cumprimento do programa estatal de estabilização do mercado de produtos alimentares. Esta é uma tarefa concreta em que devem participar todos os comunistas, quer do campo quer da cidade.

Por vezes cria-se a impressão de que algumas organizações do partido «libertaram-se» das suas obrigações na esfera produtiva e que passaram a desempenhar um papel de observadores. Deixaram de analisar os processos e de influenciá-los activamente, mediante a situação criada. Julguem por vós próprios: com colheitas recorde de trigo e bons níveis de produção de forragens na Federação Russa, a produção de leite nos primeiros três meses de Inverno diminuiu em relação ao ano passado em 10 por cento (...)

Temos que dizer abertamente que este é um resultado de graves falhas no trabalho com os produtores pecuários, nomeadamente por parte das organizações de base e comités rurais do partido. Contudo, aqui tinha sido acumulada uma importante experiência. Para quê, então, de um momento para o outro, deitá-la pela borda fora?

Temos muitos dirigentes, especialmente nas cidades, que aparentemente acreditam fundo que basta proclamar novos estímulos e métodos económicos, para que eles por si próprios se tornem eficazes. (...)

Uma das tarefas das organizações do partido é ajudar activamente a reforma das relações de produção e a implantação de uma economia mista no campo. Os comités do partido devem colaborar com os soviets locais na aplicação da reforma da terra, na criação de um fundo especial de terras, do qual, já neste ano, a população do campo e das cidades possa receber em arrendamento parcelas de terreno para granjas familiares, explorações agrícolas, cooperativas (...).

O saneamento da economia depende hoje, em grau decisivo, da normalização da actividade financeira em todos os níveis administrativos e económicos. Em resultado do conflito de orçamentos entre as repúblicas e a União, nas regiões tornou-se difícil destinar meios para a realização de programas socioeconómicos. O crescimento dos rendimentos monetários e do défice orçamental conduziu à ampliação da dívida interna e externa do Estado, ao aumento do excedente monetário em circulação e ao agravamento da inflação.

Os rendimentos monetários da população no 12º quinquénio aumentaram 232 mil milhões de rublos, três vezes mais do que durante o quinquénio anterior. Pergunta-se: qual é o mercado, qual é a economia que pode suportar semelhante cascata monetária?

É necessário ter uma política fi-

nanceira competente, economizar ao máximo os meios estatais, garantir que os rendimentos dependem directamente dos resultados da actividade económica.

Foi praticamente iniciada no país a reforma dos preços, mas é levada a cabo de um modo não sistemático, com grandes custos. O abismo entre os níveis dos preços de custo, por grosso e a retalho bloqueia a produção, sobretudo dos artigos de consumo generalizado, e colocou muitas empresas em difícil situação financeira. Localmente começaram a instituir sistemas regionais de ordenação de preços, agravando assim uma situação política já de si tensa.

São necessários princípios únicos, acordados com todas as repúblicas, de ordenação dos preços estatais de venda ao público, tendo cuidadosamente em conta todas as consequências sociais. Cada passo deve ser estudado em todas as suas facetas, deve ser posto em acção um sistema eficaz de compensação oportuna, antecipada, da população pelas perdas que poderão advir do aumento dos preços. Isto diz especialmente respeito aos cidadãos de menores recursos, sobretudo reformados, deficientes e jovens.

Importa ligar muito estreitamente todo o trabalho de normalização da situação económica com a entrada nas relações de mercado. O partido definiu a sua forma de ver o mercado: um meio de pôr em acção estímulos para o trabalho, garantir a competição, libertar-se do monopólio, do igualitarismo e do parasitismo.

No fundo, estamos já a entrar no mercado. Foram aprovadas leis sobre a propriedade, as empresas, o novo sistema tributário, os bancos, e muitas outras, começou a formar-se o fundo jurídico para a actuação dos mecanismos da economia de mercado. Por isso não têm fundamento as acusações que se fazem de que estamos a recusar o mercado e a voltar aos antigos métodos administrativos de gestão económica.

A transição para o mercado está ligada à tomada de medidas populares, por vezes de austeridade, nas áreas da economia e da política social. Isto é inevitável, a julgar pela experiência mundial. Reconhecemos também os autores de todos os programas de mercado. Mas é significativo que, mal o governo da União toma uma dessas medidas, logo políticos de certa tendência gritam que se trata de uma «acção antipopular», de um «duvidoso intento», etc. A propósito é necessário dizer que, se cada passo para o mercado for transformado em objecto de jogo político baixo, então não terão lugar quaisquer reformas.

Muitos se preocupam hoje, por exemplo, com a questão da reforma da propriedade. No entanto, também aqui já se manifestaram os primeiros excessos. Em algumas repúblicas são nítidas as tentativas de substituir o comando administrativo dos departamentos da União pelo comando administrativo local.

O partido coloca a questão de outra maneira. Na economia de mercado as empresas não devem ser comandadas nem pelo centro, nem pelas repúblicas. Aos colectivos de trabalho deve ser realmente dada autonomia económica, para que assumam a responsabilidade pelos resultados da produção.

Sendo pela igualdade de todas as formas de propriedade, damos a preferência às suas formas colecti-

vas. Enquanto não há um apurado mecanismo de desestatização da propriedade e da sua privatização, não se pode permitir que este processo se transforme em divisão sem regras e venda do património popular aos homens da economia paralela. No quadro das leis já aprovadas, os comités do partido poderiam ajudar os colectivos de trabalho a materializarem os seus direitos à iniciativa económica através do arrendamento, da criação de empresas colectivas e por acções.

Com a transição para o mercado, agrava-se inevitavelmente o problema das garantias sociais das pessoas. Temos que analisar sem preconceitos os fenómenos que alimentam a tensão social. Na sociedade reforça-se a estratificação segundo as posses. Baixa o nível de vida da maioria da população. Aumentaram substancialmente os preços em Dezembro passado, em grande parte devido aos preços nos mercados kolkhozianos e no comércio cooperativo.

Agudiza-se o problema do emprego. (...) Em 1991 será necessário reciclar e empregar mais de 600 mil especialistas e operários, que ficaram sem emprego durante a conversão. Em consequência da diminuição dos investimentos produtivos, perde o seu trabalho habitual um grande número de trabalhadores da construção civil.

(...)

Piorou a resolução de muitas questões sociais. Desceram abruptamente os níveis de produção de habitações, escolas, hospitais, etc. Só no ano passado foram entregues menos 29 milhões de metros quadrados de habitações do que o necessário.

(...)

Ao mesmo tempo que se resolve os problemas da estabilização da economia tem que se pensar na modernização e renovação das forças produtivas, que devem integrar as últimas conquistas do progresso científico-técnico. Isto requer uma bem ponderada política de investimentos e a correspondente canalização de meios para a ciência, para o desenvolvimento dos sectores básicos, para a criação de uma metalomecânica moderna altamente produtiva e de tecnologias que permitam a poupança de recursos. (...)

O partido tem profundas raízes no povo. Actos concretos para bem das pessoas apenas aumentarão o seu prestígio. Mais do que isso, o empenhamento activo do partido na vida da sociedade e a formação de uma nova atmosfera económica, política e espiritual irão acelerar a renovação do próprio partido.

Milhões e milhões de comunistas, percorrendo o difícil caminho da autodefinição política, ficaram com o partido. Muitas organizações do partido, nomeadamente os partidos comunistas das repúblicas federadas, as organizações nas repúblicas e nos distritos, passando de uma defesa silenciosa a actos decididos, ganham ânimo a pouco e pouco, começam a trabalhar num sentido construtivo.

Mas no geral a reestruturação da vida partidária decorre lentamente, e numa série de organizações regista-se quebra de militância e enfraquecimento da disciplina.

Há que reconhecer de forma autocrítica que reagimos insuficientemente a situações concretas. Não conseguimos tudo o que pretendemos. Mas falemos abertamente: o CC, o Bureau Político, o Secretariado, tal como todo o partido, trabalham ultimamente numa situação

política muito complexa. E a saída é só uma: o trabalho conjunto e bem organizado.

Tarefa prioritária é garantir um bom trabalho de todas as estruturas do partido, reforçar as ligações na vertical entre as organizações partidárias. Hoje todos devemos ter consciência de que somos um partido uno e devemos sempre ser solidários. Só assim é possível reforçar as posições ideológicas e morais na sociedade e ir mais além.

Nas actuais condições coloca-se com novos contornos a questão do lugar no PCUS dos partidos comunistas das repúblicas federadas. A essência está aqui em garantir na prática a sua autonomia de acordo com os Estatutos do PCUS e, simultaneamente, a unidade de acção dos comunistas com base na plataforma de todo o partido. Os comunistas são comunistas enquanto forem internacionalistas, enquanto defenderem os interesses comuns dos trabalhadores.

A situação não é hoje a mesma em todos os partidos. O tempo mostrou que, se a direcção recua face à pressão nacionalista e temporiza com os separatistas, o partido começa a perder as suas posições e o seu prestígio perante os trabalhadores ou, simplesmente, a desfazer-se. E, pelo contrário, quando o partido comunista defende firmemente as ideias do socialismo e do internacionalismo, ele não se perde mesmo depois de fortes golpes das forças divisionistas.

A dinamização da actividade das organizações de base tem uma importância-chave. É lentamente, muito lentamente, que elas ultrapassam o choque que se seguiu à crítica justa e injusta, à pressão da responsabilidade moral, como parte do PCUS, pelos acontecimentos no país. Numa série de organizações, de base do partido a situação é alarmante.

Para consolidar a situação das organizações de base e reforçar a sua influência nos colectivos de trabalho importa apoiar amplamente a experiência dos comités do partido que fazem acordos com administrações e conselhos de colectivos de trabalho, responsabilizando-se pela organização de cursos de economia e discussões políticas, e por outras obrigações, e que intervêm activamente em defesa dos interesses dos trabalhadores.

(...)

Recomenda-se efectuar em todas as organizações do partido contactos individuais com os militantes, com o objectivo de reforçar a sua confiança nas possibilidades do partido, conhecer as opiniões dos comunistas sobre as questões actuais, e ainda determinar qual a real disposição de forças dentro do PCUS. Uma vez analisados os resultados desses contactos, seria possível tomar as decisões necessárias para o reforço das fileiras partidárias. É preciso intensificar o trabalho também no que respeita ao recrutamento de membros do Komsofmol e outros jovens. Tem que se influenciar a juventude pela força da convicção, pela realização de uma política juvenil dinâmica. Então, também o afluxo de jovens ao PCUS



será consequência de um processo natural.

(...) É necessário reforçar as posições do PCUS nos soviets. Antes de mais nada, há que conseguir a coesão e a unidade de acção dos nossos deputados nos soviets a todos os níveis, dinamizando a criação de grupos de eleitos comunistas; para dirigentes dos grupos poder-se-ia recomendar os secretários dos comités do partido que tenham sido eleitos deputados e para quem este trabalho deve ter uma especial importância.

(...)

É com dificuldade que nos estamos a libertar do complexo de superioridade que ao longo de décadas permitiu dominar na vida social. Evidentemente, por muito grande que seja a quantidade de partidos, grupos e movimentos que surjam, eles não podem por enquanto actuar em pé de igualdade com o PCUS. Mas isto não significa que não tenhamos que contar com eles. É importante que ganhe força um diálogo construtivo.

(...)

Hoje o mais importante e mais difícil na actividade do partido é a assimilação profunda dos processos em curso na sociedade. É necessário, para tal, mobilizar todo o seu potencial científico e criativo, orientar as instituições científicas do partido para a teoria e as questões candentes da política actual do PCUS, os problemas complexos do período de transição.

Na luta de ideias que se desencadeou na nossa sociedade, a imprensa, a rádio e a televisão tornaram-se o mais poderoso meio de agitação e propaganda, de formação do clima social.

O multipartidarismo dos meios de informação de massas é já um facto na vida do país, mas, infelizmente, não é demonstração de autêntica democracia. Para muitas publicações tornou-se objectivo principal, não a busca de decisões construtivas, mas uma cerrada crítica destrutiva de tudo e todos, que chega por vezes a ser um verdadeiro escárnio contra o seu próprio povo e a sua história, as gerações passadas. A tese de que o país continua a ser governado pela partidocracia e de que basta deitá-la abaixo para que tudo se componha por si dirige-se às pessoas politicamente incultas.

O plenário do CC do PCUS poderia, quanto a mim, encarregar a imprensa do partido de intensificar a luta contra a campanha de calúnias. Não só defender a honra e a dignidade dos comunistas, mas mostrar o seu papel na *perestroika*, a sua fidelidade aos interesses mais profundos do povo.

(...) Temos que nos concentrar no principal: como fazer a vida do homem soviético digna da civilização actual. O PCUS não tem outros interesses, senão os interesses do país e do povo.

Firme e consequentemente, aplicaremos uma política virada para a democratização da vida social, a concórdia social, uma economia estável, uma União Soviética renovada e sólida, um poder estatal forte. Que sobre isto ninguém tenha dúvidas.

# Programa Ciência

Programa Ciência e o financiamento da Investigação e Desenvolvimento constituíram temas que no quadro das últimas eleições presidenciais mereceram uma atenção particular da candidatura de Carlos Carvalhas.

Chegou mesmo a realizar-se, com a participação de um grupo de professores universitários e investigadores, no Instituto Superior Técnico, um debate versando exclusivamente esta matéria, no decorrer do qual, entre outros valiosos contributos, foram produzidas duas intervenções de fundo, a cargo do professor Rui Namorado Rosa e do investigador Frederico Carvalho.

São esses importantes contributos para o melhor esclarecimento de variados aspectos relativos a esta problemática que deixamos, nestas páginas, ao cuidado do leitor.



## Potencializar o Programa exige correcções

■ Rui Namorado Rosa

**1.** O financiamento para o programa CIÊNCIA em 1991 estava estimado em 11,4 milhões de contos, sendo a contribuição nacional (Administração Central) 46% desse total (ou seja 5,2 milhões de contos).

**2.** O Orçamento de Ciência e Tecnologia apresentado na Assembleia da República regista uma dotação de 13,1 milhões de contos para a JNICT, a entidade responsável pela implementação do CIÊNCIA. Desse total, 6,1 milhões figuram como PID-DAC (tradicional e contrapartidas), dos quais, 4,3 milhões a título de co-financiamento ou contribuição nacional para o programa CIÊNCIA.

**3.** A par do surgimento desta nova linha de financiamento, regista-se uma redução geral das dotações PIDDAC atribuídas aos organismos públicos executores de I & D e, também, ao outro organismo público financiador, o INIC, cuja dotação PIDDAC, prevista ser 1 114 mil contos (segundo o Orçamento de 1990), aparece reduzida a 263 mil no actual Orçamento para 1991.

**4.** Numa primeira apreciação geral, o programa CIÊNCIA é excessivamente restritivo no seu acesso,

quer no que toca à dimensão dos investimentos e das equipas, quer ao âmbito científico e à natureza das rubricas elegíveis.

**5.** Ao restringir o seu apoio a projectos de grande dimensão, o programa CIÊNCIA gera, simultaneamente, dois efeitos negativos. Por um lado, pequenos grupos de mérito, trabalhando precariamente, não têm acesso directo a apoio; é essa a situação de grupos ou mesmo Departamentos em Universidades e Institutos de Ensino Superior. Por outro lado, promove a constituição de consórcios, talvez todos, bem intencionados mas sem história nem provas dadas e, portanto, sem garantia de cooperação futura, depois dos investimentos estarem concluídos.

**6.** Teria sido mais favorável flexibilizar o acesso, quanto à dimensão dos projectos e natureza das rubricas financiadas, assim como financiar não só a criação (ou reforço) de infra-estruturas mas também o seu funcionamento durante alguns anos (período de arranque), à semelhança do programa PEDIP.

**7.** O programa CIÊNCIA tem uma vigência extremamente curta e objectivos essencialmente estruturantes, pelo que não financia despesas de funcionamento nem projectos de I & D. O seu surgimento conjuga-se com a inoportuna redução generalizada de receitas para despesas de funcionamento e com a supressão do Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia, lançado em 1987, que em 1991 será substituído por um conjunto de programas (o Programa Base de Investigação Científica e Tecnológica, e outros) cuja dotação global será apenas cerca de metade da que foi a do Programa Mobilizador. Por outro lado, o estrangulamento financeiro em que sobrevivem as Instituições de I & D e de Ensino Superior impossibilita estas de participarem nos projectos a que se candidatam, como é geralmente exigido, inclusive pelo programa CIÊNCIA. O salto qualitativo potencializado pelo CIÊNCIA surge, assim, perigosamente comprometido.

**8.** No quadro de financiamento da Ciência e Tecnologia que se está a configurar agora, as instituições de Ensino Superior e os Organismos Públicos de I & D estão cada vez mais

dependentes das agências de financiamento, nacionais e comunitárias, podendo progressivamente a iniciativa nas políticas sectoriais por que, teoricamente, são responsáveis. É, particularmente, o caso de organismos públicos de natureza científico-técnica a que estão cometidas funções de normalização, ensaio, licenciamento ou fiscalização. É, ainda, o caso das instituições de ensino superior que se encontram paralisadas quanto às suas responsabilidades sociais relativas ao exercício da investigação livre (não orientada) e na inovação cultural.

**9.** O programa CIÊNCIA exclui completamente certas áreas científicas, com realce e escândalo para as Ciências Sociais e Humanas. É, também, muito questionável se as prioridades, ditadas pelo peso relativo das dotações atribuídas às várias medidas, reflectem as realidades e as necessidades do país, e se respeitam a própria dinâmica da criação científica e tecnológica. A experiência dos concursos já abertos em áreas ditas não prioritárias e a atribuída elaboração dos regulamentos relativos a concursos em áreas ditas prioritárias consubstanciam, certamente, os comentários anteriores.

**10.** O CIÊNCIA optou por se polarizar em torno de possíveis prioridades do desenvolvimento económico. Porém, contraditoriamente, é inacessível às empresas (com poucas e por vezes insólitas excepções). Ora os organismos públicos não são necessariamente os melhores executores de tais objectivos. E, embora as empresas portuguesas não tenham, até hoje, demonstrado vocações para acolherem actividades de I & D, não é estrategicamente correcto excluí-las liminarmente. Ora, será justamente na medida em que forem capazes de realizar I & D pré-competitiva (que não cai no âmbito do PEDIP) que as empresas terão capacidade de competição no quadro da integração europeia.

**11.** A formação de cientistas e tecnólogos é outro grande objectivo do programa CIÊNCIA. O financiamento da formação surge, todavia, aparentemente desinserido do financiamento das infra-estruturas. Ora, parte significativa dos novos quadros destina-se justamente a rentabilizar futuramente os investimentos em novas infra-estruturas.

**12.** Teria sido mais interessante promover a formação por forma descentralizada, através de

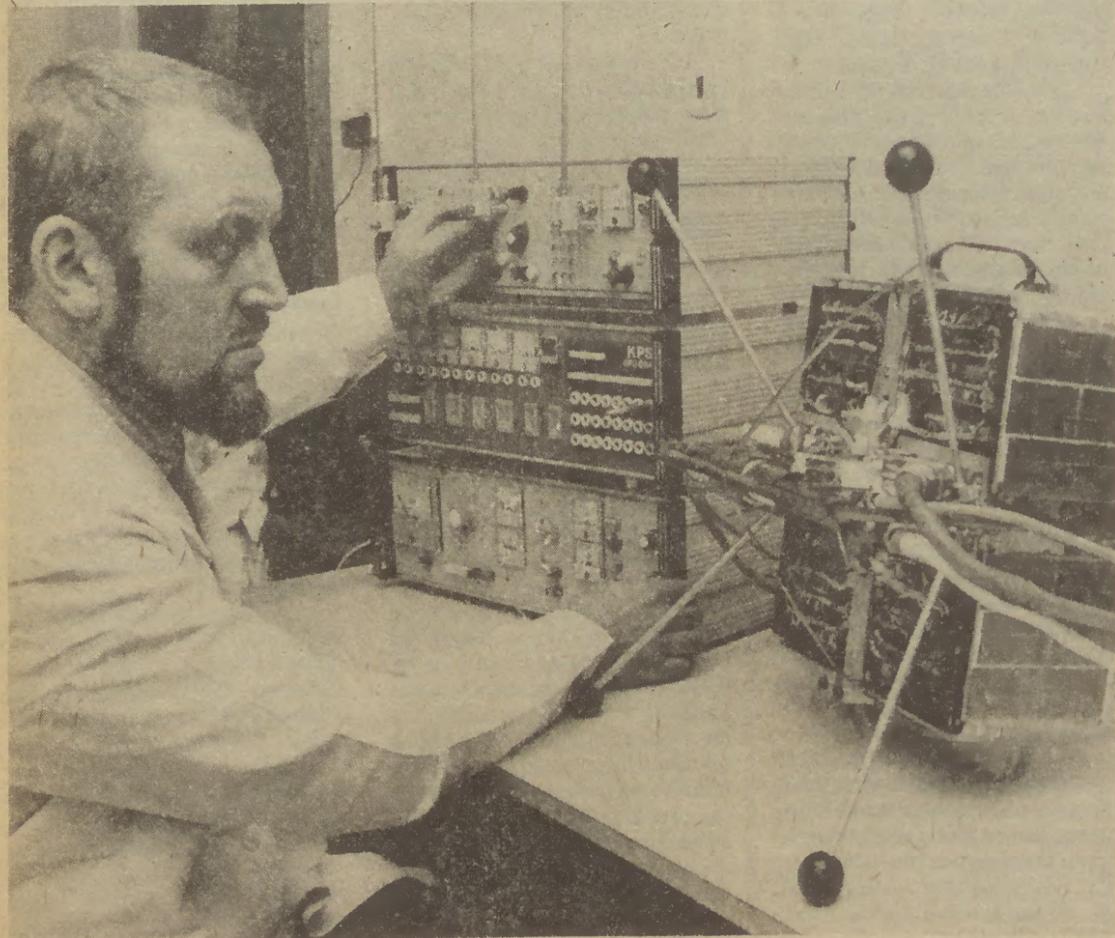


programas de formação a serem negociados e entregues à responsabilidade de entidades idóneas, beneficiárias de financiamentos infra-estruturais ou não, que seleccionariam os candidatos, pagariam as bolsas e forneceriam a formação.

**13.** As exigências quanto à dimensão dos projectos e a ausência de claros e corajosos vectores de descentralização não permitem encerrar com optimismo a relevância do programa CIÊNCIA como instrumento de correcção das assimetrias regionais nas actividades de I & D. Poderá, pelo contrário, conduzir ao agravamento das assimetrias já existentes.

**14.** Assiste-se a uma crítica viva ao CIÊNCIA, e diversas propostas apresentadas em diversas instâncias merecem ser ponderadas seriamente. Sem cair no erro grave da paralisação do programa seria, porém, de grande interesse ser em tempo útil, através de ajustamentos nos regulamentos e, eventualmente, renegociação com a Comunidade Europeia.

**15.** O programa CIÊNCIA deveria identificar mais correctamente e completamente as prioridades nacionais (incluindo as necessidades dos sectores com maior impacto social e económico e não apenas os domínios científico-tecnológicos mais inovativos). Deveria, ainda, ser flexibilizado quanto à dimensão dos projectos e conteúdo orçamental, alargado no âmbito da sua aplicação, descentralizado quanto possível na sua gestão (com relevo para a formação), reorientado segundo uma mais nítida opção desconcentrada e regionalizante.



# Agenda

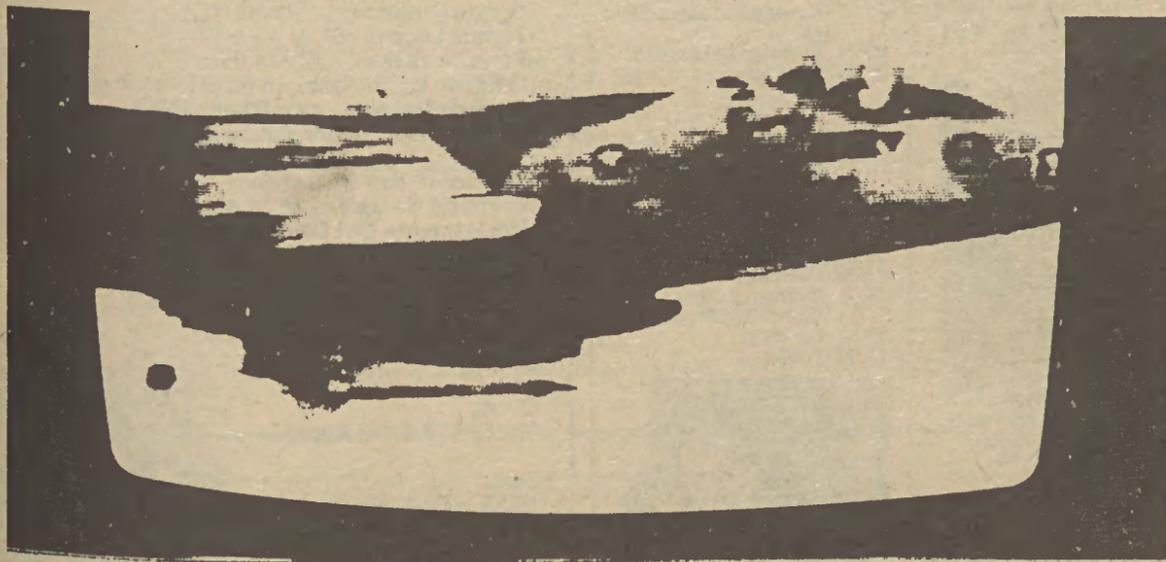
Avante!

Ano 61 — Série VII  
N.º 895

14 de Fevereiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## O PCP e a guerra no Golfo: debates em Lisboa e Porto

Em **Lisboa**, a DORL promove na próxima segunda-feira um debate com a participação dos camaradas **Albano Nunes**, **Miguel Urbano Rodrigues** e **Octávio Teixeira** acerca das questões da «Política, História e Economia» subjacentes à guerra no Golfo e das que por esta são suscitadas.

O debate tem início às 21.30 e realiza-se no **Hotel Roma**.

No **Porto**, o tema do debate programado pela DORP para esta semana - quarta-feira, dia 20, às 21.30, no auditório da **Cooperativa Árvore** - é «Guerra no Golfo, guerra na TV - a Informação que temos» e nele participam os jornalistas **Artur Queiroz**, **Mário Castrim** e **Rui Lima Jorge**.

## Plenário em Algés

Para análise da situação política, discussão das resoluções da última reunião do CC e das tarefas nacionais e locais exigindo a participação dos comunistas de **Oeiras**, realiza-se no sábado, às 15 horas, no Centro de Trabalho de Algés, um **Plenário Concelhio de Militantes**.

Participa o camarada **Romeu do Rosário**.

## Iniciativas no concelho de Cascais

Em **Encontro com os Moradores do Outeiro da Vela** promovido pela CDU-Cascais vão ser debatidos problemas locais com a participação do vereador **Carlos Sota** e de **Manuel Lorigo** e **José Honório**, eleitos na Freguesia. No sábado, às 11 horas, junto ao Café Brasileiro.

No mesmo dia, a Comissão de Freguesia do PCP organiza um **Almoço-convívio** no Centro de Trabalho de Cascais, a que se seguirá (às 15 horas) um debate com a participação do camarada **Jorge Cordeiro**.

As inscrições para o almoço ainda podem ser feitas através do tel. 4866991.

## Célula da Setenave

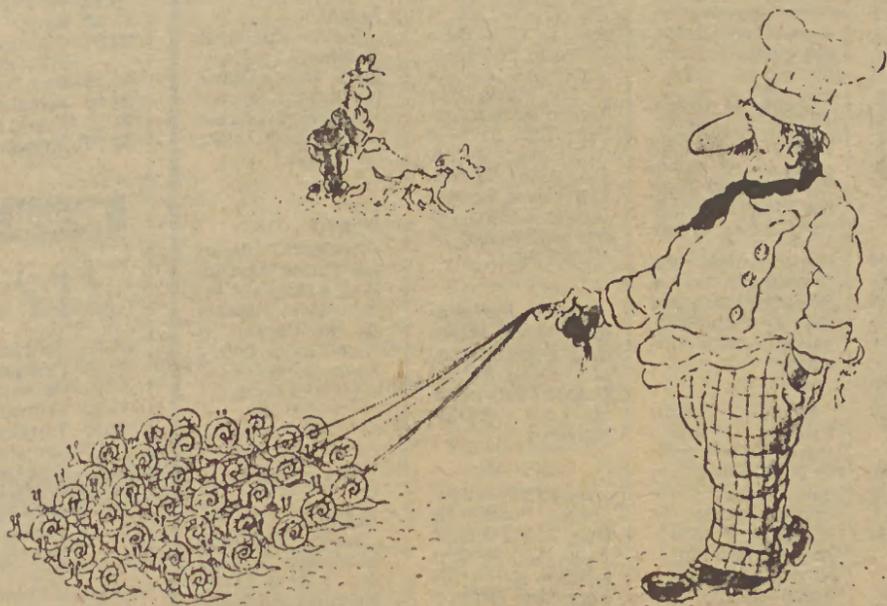
Realiza-se no próximo sábado, às 21 horas, no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de **Setúbal**, uma reunião de camaradas da célula da Setenave residentes na cidade.

## Marxismo, hoje: Colóquio no Barreiro

No próximo sábado, às 21.30, **Eduardo Chitas**, Professor da Faculdade de Letras de Lisboa-Departamento de Filosofia, moderará um colóquio sobre este tema no Auditório do CT do Barreiro.

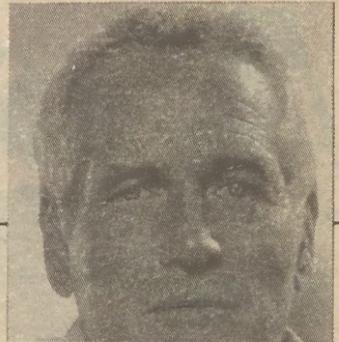
## Ainda no Barreiro: Vigília pela Paz

No próximo sábado decorrerá no Largo e Salão da Igreja do **Lavrado**, das 22 às 24 horas, uma **Vigília pela Paz**. É uma iniciativa da Comissão de Paz do Barreiro - personalidades ligadas ao PCP e ao PS, eleitos em autarquias, Igreja e Pároco do Lavradio, MDM, entre outras individualidades e estruturas.



BARTOLOZZI, Orazio — Itália — 2.º Prémio do concurso internacional «La Lumaca che sorride», Itália 1989

# TV O Programa



## Quinta 14 RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte (concurso)
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model (78º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Bairros Populares de Lisboa
- 14.05 - Primeira Matinée - «O Mais Selvagem entre Mil», real. Martin Ritt, interpr. Paul Newman, Melvyn Douglas, Patricia Neal (EUA/1962, 107 min.)
- 16.20 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mar Cercado (3º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta (77º epis.)



- 21.15 - Twin Peaks (12º epis.)
- 22.05 - Vossa Exa. Chamou? (3º epis.)
- 23.00 - 24 Horas
- 23.35 - Remate

## RTP2

- 12.00 - A Força Astral (21º epis.)
- 12.25 - Curso de Alemão
- 12.40 - Filhos e Filhas (664º epis.)
- 13.05 - Jerry Lewis (22º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (21º epis.)
- 16.20 - A Ilha das Borboletas (16º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tudo Menos Isso (4º epis.)
- 18.55 - Ti-ti-ti (124º epis.)
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Regiões Magazine
- 20.50 - Dick Tracy (106º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Dramazine
- 22.00 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Cineclubes - «Fim de Outono», real. Yasujiro Ozu (Japão/1960, 116 min.)
- 01.00 - Boletim Meteorológico

## Sexta 15 RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas - «O Tal Canal»
- 14.35 - Primeira Matinée - «Don't Just Lie There, Say Something», real. Bob Kellett (GBR/1973, 88 min.)
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Festivais do Mundo (4º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.15 - Sessão da Noite - «Ternos Laços», real. Robert Lieberman (EUA/1983, 117 min.)
- 23.05 - Querido John (9º epis.)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.10 - Remate
- 00.30 - Pela Noite Dentro - «Sexta-feira, 13»

## RTP2

- 12.00 - Universo Juvenil (12º epis.)
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - O Caminho das Estrelas - Nova Geração (3º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.50 - Caçador de Sonhos (5º epis.)
- 16.25 - Novos Horizontes
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Via Rápida
- 18.45 - Voleibol (Troféu RTP)
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - TI-TI-TI
- 22.00 - Rotações
- 23.00 - Pop-Off
- 23.30 - As Telas da Lei (15º epis.)

## Sábado 16 RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Quem Manda Sou Eu (3º epis.)
- 14.25 - La Toya Jackson
- 15.15 - Ilhas Vivas (3º epis.)
- 15.55 - Primeira Matinée - «O Rei do Laço», real. Norman Taurog, interpr. Jerry Lewis e Dean Martin (EUA/1956, 85 min.)
- 17.30 - Hooperman (20º epis.)

- 17.55 - Palavras Vivas - «Almada Negreiros»
- 18.30 - A Volta ao Mundo em 80 Dias (6º e últº epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.20 - Desenhos Animados
- 21.30 - Terra Instável (4º epis.)
- 22.00 - Casa Cheia (concurso)
- 22.45 - Morte no Paraíso (série, 1º epis.)



- 23.45 - Última Sessão - «A Lei do Desejo», real. Pedro Almodovar (Esp/1987, 100 min.)

## RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - Festivais do Oriente (4º epis.)
- 11.50 - Forum Musical
- 13.00 - Agarra o 2
- 14.05 - Cine-Sábado - «Pena de Talião», real. Frank Zuniga (EUA/1983, 90 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso)
- 19.45 - Manimal (4º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Voleibol (Troféu RTP)



- 23.30 - Leo Ferré
- 01.00 - O Dinheiro
- 01.50 - Boletim Meteorológico

## Domingo 17 RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Dick Turpin (7º epis.)
- 13.40 - Volta ao Mundo em 80 Dias (documental - 6º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.25 - Desenhos Animados
- 15.45 - Primeira Matinée -

- «Benji e os Quatro Cachorrinhos», real. Joe Camp (EUA/1987, 85 min.)
- 17.20 - Que Família (14º epis.)
- 17.50 - Regresso ao Passado
- 19.00 - McGyver (33º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 21.00 - Kananga do Japão (20º epis.)
- 22.20 - Domingo Desportivo
- 23.55 - Controvérsias

## RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2 (inclui «Quem Sai aos Seus...»)
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu



- 18.05 - Vida Nova (22º epis.)
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - Amazônia Viva
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra
- 21.45 - Artes e Letras - «James Dean»
- 22.30 - Noite de Cinema - «O Tesouro de África», real. John Huston, interpr. Humphrey Bogart, Jennifer Jones (EUA/1953, 96 min.)
- 00.05 - Boletim Meteorológico

## Segunda 18 RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.40 - Trevo da Sorte
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.35 - Primeira Matinée - «Crime no Bosque»
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.45 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Tieta
- 21.15 - O Preço Certo
- 22.30 - Vagas Revoltas (3º epis.)
- 23.30 - Hale and Page
- 00.00 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

## RTP2

- 12.00 - Johnny Quest
- 12.15 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - A Todo o Gás (3º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - África (3º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Fora de Horas
- 19.00 - TI-TI-TI
- 19.30 - Via Rápida
- 19.40 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.30 - Bailado

## Terça 19 RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.30 - Primeira Matinée - «Uma Homem e Dez Destinos», real. Robert Wise (EUA/1954, 104 min.)
- 16.30 - O Mundo (20º epis.)
- 17.50 - Brinca Brincando
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.15 - As Causas da Justiça (2º epis.)

## Filmes

- «O Mais Selvagem entre Mil» - 5ª, 14.05, RTP-1
- «Fim de Outono» - 5ª, 23.00, RTP-2
- «Ternos Laços» - 6ª, 21.15, RTP-1
- «Pena de Talião» - sáb., 14.05, RTP-2
- «O Rei do Laço» - sáb., 15.55, RTP-1
- «A Lei do Desejo» - sáb., 23.45, RTP-1
- «Benji e os 4 Cachorrinhos» - dom., 15.35, RTP-1
- «O Tesouro de África» - dom., 22.30, RTP-2
- «Crime no Bosque» - 2ª, 14.45, RTP-1
- «Um Homem e Dez Destinos» - 3ª, 14.30, RTP-1
- «O Império dos Sentidos» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «As Minas de Salomão» - 4ª, 14.45, RTP-1
- «Na Vigília da Noite» - 4ª, 21.30, RTP-1

## Música

- Quinta 19.25, RTP-2: Via Rápida

- Sexta 19.25, RTP-2: Via Rápida
- 23.15, RTP-2: Pop-Off

- Sábado 11.50, RTP-2: Forum Musical
- 14.30, RTP-1: La Toya Jackson
- 23.30, RTP-2: Leo Ferré

- Domingo 09.00, RTP-2: Outras Músicas

- Segunda 19.45, RTP-2: Via Rápida

- Terça 19.40, RTP-2: Via Rápida

- Quarta 19.40, RTP-2: Via Rápida

## Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.35), 6ª (00.20), 2ª (00.35), 3ª (00.05), 4ª (00.35)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 22.00
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00

- 23.00 - A Mansão de Marblehead (2º epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

## RTP2

- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 12.25 - Curso de Alemão
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Variedades no Teatro Apolo
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora Escolha
- 16.00 - Viajando pelo Mundo (21º epis.)
- 16.25 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tribunal do Juri
- 18.55 - TI-TI-TI
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 \* Cinemazine



- 22.00 - Cinemadols - «O Império dos Sentidos», real. Nagisa Oshima (Japão/1976, 105 min.)

## Quarta 20 RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária



- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.45 - Primeira Matinée - «As Minas de Salomão», real. J. Lee Thompson (EUA/1985, 100 min.)
- 16.15 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Corpo Humano (22º epis.)
- 18.20 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Tieta
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola



- 21.30 - Lotação Esgotada - «Na Vigília da Noite», real. Ridley Scott (EUA/1988, 106 min.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

## RTP2

- 12.00 - Os Centuriões
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.00 - Ling Shung (4º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Madeira - Cá Entre Nós
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Moda (4º epis.)
- 18.55 - TI-TI-TI
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Ele Há Coisas! (3º epis.)
- 22.00 - Joaquim Letria
- 23.30 - Universidade Aberta

# Teatro O Cartaz



## LISBOA

Comuna, Pç. de Espanha. De 5ª a sáb. às 21.30: **A História do Tigre**, de Dario Fo, encen. e interpr. Filipe Crawford. **Café Teatro** - Sáb. às 23.30: **Festival da Otite II**, encen. Carlos Paulo.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Liberdade em Bremen**, de

R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16: **Quem Tem Medo de Virgínia Woolf?**, de Edward Albee, encen.

Fernanda Lapa. - 5ª e 6ª às 19, sáb., dom. e 2ª às 22: **Terminal Bar**, de Paul Selig, encen. Carlos Fernando.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro S. Luis, R. António Maria Cardoso. Sala

Estúdio - 6ª, sáb. e dom. às 19: **A Birra do Morto**, de Vicente Sanches - 2ª às 21.30: **Mário Gin Tónico Volta a Atacar** - Sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16: **Três Actos de Beckett**, interpr. Carmen Dolores e Mário Viegas (encenações de Mário Viegas)

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. **A Grande Festa** (revisita), encen. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

ALMADA Teatro Municipal de Almada. De 3ª a 6ª às 19. **Amor a Quanto Obrigas**, encen. Vítor Gonçalves, pela Companhia de Teatro de Almada.

PORTO Auditório Nacional Carlos Alberto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **História de Um Cavalo**, de Leon Tolstoi, encen. Norberto Barroca, pela Seiva Trupe.

ALMADA Teatro Municipal de Almada. De 3ª a 6ª às 10.30 e 14.30. **Histórias para Meninos sem Juízo**, de Jacques Prévert, pela Companhia de Teatro de Almada

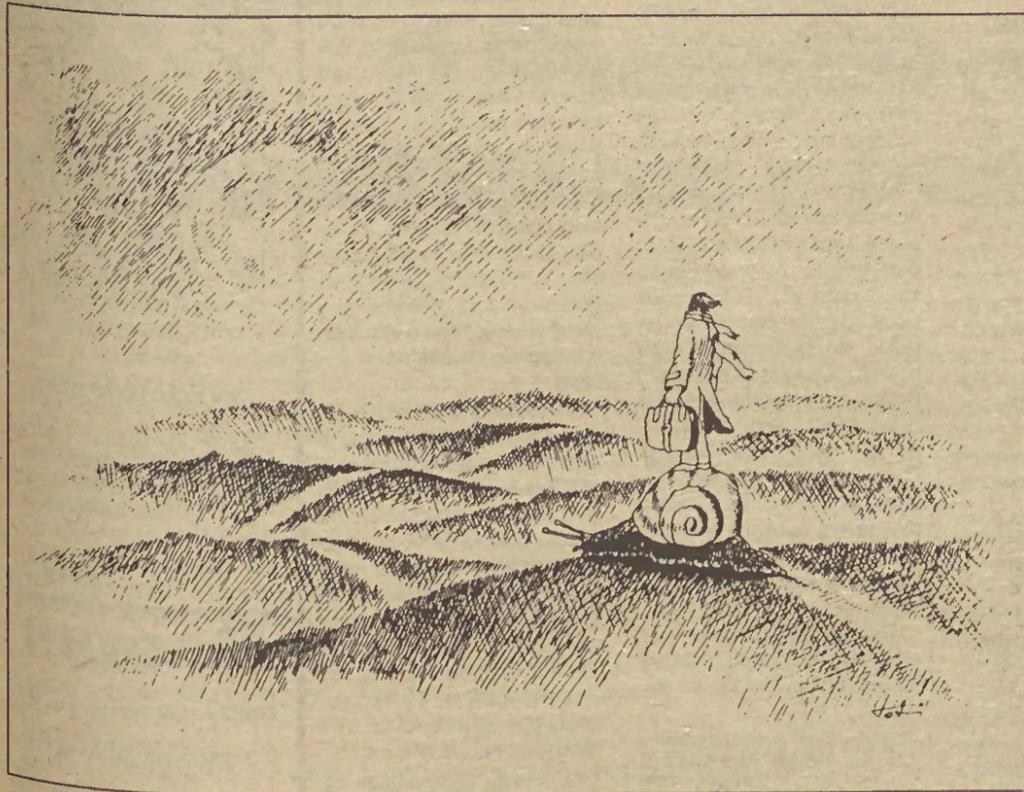
Para crianças

# Cinema A selecção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Uma Chamada à Meia-Noite	—	★★★	—	—
<b>B</b> Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
<b>C</b> Conto da Primavera	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>D</b> Palombella Rossa	★★★	★★★	—	★★★
<b>E</b> Uma Questão de Mulheres	—	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. David Hare — Quarteto/3 (14.45, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Eric Rohmer — Sétima Arte (14.15, 17.00, 19.00, 21.45), King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Nanin Moretti — Forum Picoas/1 (22.00) — Lisboa.
- E — Real. Claude Chabrol — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.



ASSUNTA TOTI BURATTI - Trento

Ségnalato 1989

## ...e ainda

Música, debates, etc.

### Homenagem a Moniz Pereira

No próximo dia 20, às 20.30, realiza-se no Restaurante Montes-Claros uma homenagem ao Prof. Moniz Pereira. A homenagem é promovida pela Federação Portuguesa de Atletismo e contará com a presença do Presidente da República, do Presidente da Câmara de Lisboa e outras personalidades da vida política e desportiva. Estarão presentes também o presidente do grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, o responsável do pelouro do Desporto e Cultura da CML, Rego Mendes, e Carlos Rabaçal, responsável da política desportiva do PCP. Prevê-se também a presença dos atletas Carlos Lopes e Fernando Mamede, da

### Comissão de Honra da iniciativa.

### Festa dos Pioneiros

Para festejar o seu 13º aniversário, o Núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal vai realizar no próximo domingo uma festa, que inclui, cerca das 15 horas, um lanche-convívio e no decurso da qual se fará a entrega de cartões e lenços a novos Pioneiros.

### Excursão à Bulgária

A Comissão Concelhia de Almada do PCP organiza de novo este ano uma excursão de 8 dias à Bulgária - de 10 a 17 de Julho -, prevendo viagem de avião, alojamento em hotel com pensão completa e circuitos turísticos organizados.

Inscrições podem ainda ser feitas junto da Comissão Concelhia de Almada, Av. Prof. Egas Moniz, 48, com o telefone 2752777.

### Música

Obras de Brahms para piano e orquestra (concerto nº 2 e sinfonia nº 4) preenchem integralmente os dois concertos do pianista Christian Zacharias com a Orquestra Gulbenkian programados para hoje (às 21.30) e amanhã (às 18.30), no Grande Auditório Gulbenkian.

Na mesma sala tem lugar na terça-feira um Concerto Britten - obras deste compositor interpretadas pelos cantores Mariana Ferreira, Mário Narques, Rui Taveira e António Wagner Diniz, com o trompista Jonathan

Luxton e o pianista Nuno Vieira de Almeida. Às 18.30.

A Sé Patriarcal volta no próximo domingo o organista João Pedro Oliveira para um recital que terá início às 16.00.

A carreira da ópera Rinaldo, de Haendel, prossegue ainda com mais três récitas, no Teatro Nacional de S. Carlos: dias 15 e 19 às 20.30, dia 23 às 16.00.

### Ballado no S. Luiz...

La Bayadère (Petipa/Ludwig Minkus), A Pavana do Mouro (Limón/Purcell) e Os Quatro Temperamentos (Balanchine/Hindemith) constituem o programa do espectáculo que a Companhia Nacional de Bailado apresenta nos próximos dias no Teatro S. Luiz: dias

16 e 23 às 18.30, dia 17 às 16.00 e dias 21 e 22 às 21.30. Bilhetes de 600\$00 a 1900\$00.

### ...e na Cinemateca

Aqui, dançam Ginger Rodgers e Fred Astaire, num programa que começou ontem e prossegue até ao próximo sábado, integrando quase todos os filmes que fizeram juntos. Por ordem:

- Hoje: **Chapéu Alto** (1935), às 18.30; **Siga a Marinha** (1936), às 21.30;
- Sexta-feira: **Ritmo Louco** (1936), às 18.30; **Vamos Dançar** (1937), às 21.30;
- Sábado: **Quero Sonhar Contigo** (1938) às 15.30; **O Bailado da Saudade** (1939), às 18.30; **O Bailado do Clímax** (1949), às 21.30.

# Exposições

## LISBOA

Alberto Carneiro - Escultura; desenho. Exposição retrospectiva em três espaços: na SNBA (até 15/2), na Gulbenkian e na EML-Valentim de Carvalho (até 2/3)

Albuquerque Mendes - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19

António Bouça - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30 (até 15/3)

António Carmo - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 23/2)

António Dacosta, Botelho, Lurdes Castro - Tapeçarias segundo cartões inéditos. Galeria de Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J (até fins de Fevereiro)

António Matos - Escultura. Centro Comercial Libersil, Lj. 48, Av. da Liberdade (até 18/2)

Bruno Sequeira e Pedro Bidarra Silva - «A Pele - Silêncio da Luz e Segredos da Sombra», fotografia. Casa da Memória, Calç. do Galvão, 121 (até 16/2)

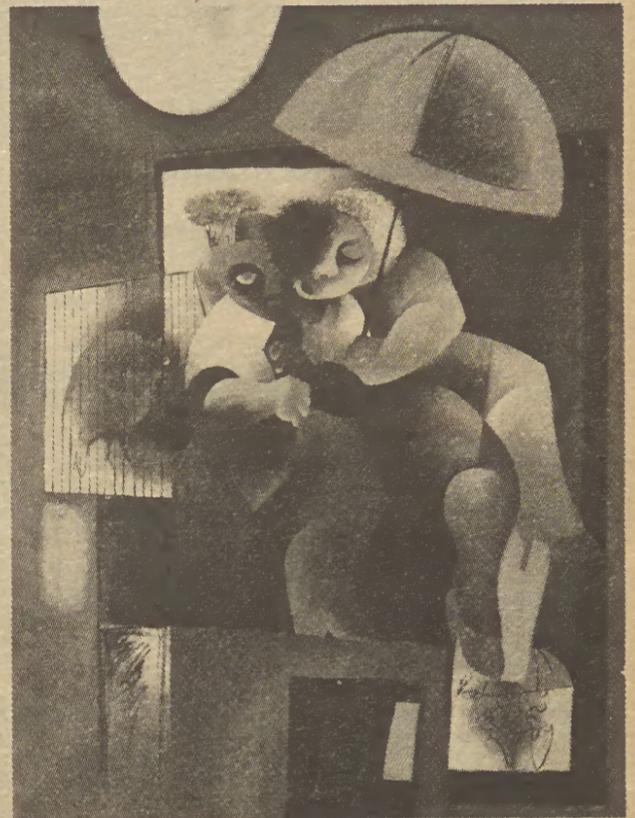
Carlos Ferreira - Pintura. Galeria Novo Século, R. do Século, 23. De 2ª a sáb. das 14 às 20 (até 15/2)

Carlos Vidal - Fotografia. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/2)

Colecção Nacional de Fotografia - 1ª Mostra. Galeria Almada Negreiros, Av. da



Chichorro e Malangatana: dois dos artistas moçambicanos representados na mostra do Estoril



República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 3/3)

Colectiva de Pintura (Alvaro Carneiro, Carlo Pólvora, Costa Martins, Edgar do Xavier, Elisabete Góis, Isabel Pena, Lurdes Leite, Man. Rogério de Freitas, Ana Galvão, Cecília Guimarães, Duarte Saraiva, Eduardo Pedroso, Hilário Teixeira Lopes, Luísa Nogueira, Lurdes Sousa, Maria José Camões, Trindade Silva). Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/2)

Desenhos e Escultura - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

Fernando Calhau - Objectos em ferro e néon. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 23/2)

Graça Morais - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

José Luís Tirado - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c (até 16/2)

José Pedro Croft - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 (das 15 às 20) e na Galeria Atlântica, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 92

Luís Manuel Vasconcelos - «Couleurs de Paris», fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 28/2)

Maria Beatriz - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (Restelo). De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/3)

Maria Julieta Ramos - Pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 24/2)

Mozart - Vida e Obra - Cartazes. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 28/2)

Nuno Calvet - Fotografia. Galeria Diferença, R. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 2/3)

Nuno San-Payo - Pintura. Galeria Ygreo, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 28/2)

A Revolução de 31 de Janeiro de 1891 - Biblio-iconográfica, comemorativa do 1º centenário. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2ª a 6ª das 9.30 às 19.30, sáb. das 9.30 às 17.30

Rui Sanches - Desenhos. Centro de Arte Moderna. De 3ª a dom. das 10 às 17

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

## PORTO

José de Guimarães - Serigrafias. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 15/2)

José Pedro Croft - Escultura. Galeria Atlântica, Rua Galeria de Paris, 67-71

Leonel Moura - «Amália», pintura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125

Nadir Afonso - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, lj. 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22

## OUTRAS LOCALIDADES

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

Pedro Calapez - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA

Cabrita Reis - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

Pintores e Escultores de Moçambique. Até 18/2, Galeria do Casino, ESTORIL

Sérgio Pombo - Pintura. Até 22/2, Galeria J.M. Gomes Alves, Largo João Franco, GUIMARÃES

Álvaro Lapa - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRSO

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

Maria Keil - Azulejos. Até 24/2, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA

# Tempo Fim de Semana

Para sábado e domingo céu muito nublado; períodos de chuva que serão de neve nas terras altas do norte e centro.

Pequena subida das temperaturas mínimas.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).



# a TV

## A promoção

Gordo, anafado, o discurso embatado, gorduroso. Aparece em todos os programas, a começar pelo **Bom dia** e a acabar no **24 Horas**. Importante, porta-voz dos grandes senhores, senta-se e fala à Nação. Monarca estafado de ridículo, a falar em nome dos agricultores! É o Casqueiro.

O outro é outro, sendo no entanto o mesmo. Mais comedido, mais risonho, com mais gramática. Volta e meia, lá está ele perorando sobre os problemas da agricultura.

É o Rosado Fernandes.

A RTP não os larga. Que estranho contacto haverá entre a CAP e a televisão? É uma verdadeira promoção. Pelo contrário, a CNA é como se não existisse...

## Os caminhos e os atalhos

Mas então a CNA não vai à televisão? Vai. Mas há custo do Tempo de Antena que a lei ainda lhe concede. Tivemos, pois, o tempo de antena da CNA. Oportunidade única de tomarmos contacto com a realidade dos campos de Portugal.

Lá se ouviu falar da proposta do PSD sobre os baldios, «... proposta que visa alterar o regime jurídico dos baldios e que visa roubar os baldios aos povos serranos»...

Lá se falou da situação angustiosa que se vive em Santarém, com os despejos colectivos dos rendeiros, com as preocupações dos seareiros do tomate e do melão. E desce em 10 por cento o preço da madeira para a celulose, e desce o preço do leite ao produtor - e sobe substancialmente o custo das rações...

Em Leiria, as pequenas explorações de suinicultura encontram-se pura e simplesmente ameaçadas de extinção, tantas são as dificuldades que encontram...

Foram meia dúzia de minutos riquíssimos. E muito mais poderíamos saber, se a direcção de informação da RTP estivesse mesmo interessada nisso. Se escolhesse os caminhos direitos e não os atalhos tortuosos que levam aos casqueiros e aos fernandes.

Esperemos, ao menos, que seja decente a reportagem do congresso da CNA, que se realiza em Lisboa, como foi anunciado, no próximo dia 24.

Se a RTP não se esquecer, evidentemente...

## Manipulação às golfadas

A manipulação a que estamos sujeitos, a propósito da Guerra no Golfo, o mínimo que podemos é classificar de monstruosa.

Repare-se nos estragos causados em Israel pelos **scud** iraquianos, que provocaram ferimentos em pessoas: é um pregão de drama e de martírio. Repare-se nos bombardeamentos e nos mísseis que matam palestinianos: tudo em voz sumida, sem relevo e sem protesto, como se fossem casos de rotina, sem qualquer importância.

Há maneiras de dizer verdadeiramente preciosas. Ouçamos o jornalista Rodrigues dos Santos: «Bagdad diz que os ataques americanos estão a incidir sobre áreas civis, mas só envia imagens de ataques em zonas não militares».

Pois. Estes iraquianos não são nada pluralistas...

## Guerra «limpa» com mãos sujas

A recessão cresce nos Estados Unidos. Conhece-se aquela história do congressista que disse ao Bush: «Não fale apenas da guerra no Golfo, fale também da guerra no nosso país...»

Aviação a ir ao ar, o turismo nas lonas, as fábricas de automóveis a fechar, os bancos das pequenas poupanças a falir, o medo a instalar-se nos lares americanos, etc., etc.

Mas nem todas as indústrias dão o berro, com a guerra na berra. A indústria bélica, por exemplo, prospera. E neste domínio o jogo dos **lobbies** atinge proporções incriveis. Ouçamos as palavras de Artur Albarran, enviado da RTP na Jordânia:

- A tropa e a marinha americanas pressionam para que a invasão do Koweit comece já, pois temem que os êxitos da força aérea se traduzam em orçamento aumentado para aquele ramo, em detrimento da marinha e da tropa!

Traduzindo: os grandes grupos económicos que alimentam a tropa e a marinha proclamam que, mais à americana, ou há guerra, ou comem todos...

Entretanto, os comandos aéreos acham que é melhor massacrar o Iraque ainda mais quinze dias.

E as empresas amiguinhas dos comandos a esfregar as mãos sujas...

Ainda haverá quem diga que esta guerra é limpa?

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## PGA e Paz

Falar de guerra e paz nos dias que hoje correm pode ultrapassar a simples menção da guerra do Golfo e a condenação de quem está pró ou contra qualquer dos lados em confronto. No mundo em que vivemos, outras questões têm importância para que, como dizem jovens estudantes examinados da Prova Geral de Acesso (PGA) ao Ensino Superior, não se veja a paz «como uma utopia» «ditada» no enunciado da prova. Questões postas a comentaristas da nossa praça sobre guerra e paz, manifestações macabramente racistas cujo pano de fundo tem igualmente a guerra como tecido fazem parte desta síntese de imprensa. Uma síntese que termina admirando-se com certas sugestões...

## Perguntas aos anti-pacifistas

Desejo pedir aos senhores Eduardo Prado Coelho, Francisco de Sousa Tavares e João Carlos Espada, entre outros que no Público têm atado o pacifismo e defendido a guerra no Golfo, que dediquem algumas colunas e algum do seu precioso tempo a responder à seguinte questão: o que pensam da invasão do Panamá pelos EUA, em Dezembro de 1989.

Estou particularmente interessada no esclarecimento dos seguintes pontos:

— Se a invasão do Panamá foi ou não uma violação do Direito Internacional;

— Se a ONU prestou alguma atenção a este caso, e de que forma; ou, se o ignorou, por que razão o fez;

— Se EPC, FST e JCE justificariam uma guerra para libertar o Panamá, nomeadamente através de bombardeamentos maciços sobre o país invasor, neste caso, os EUA.

— Se George Bush, ao invadir o Panamá, agiu como democrata, e Saddam Hussein, ao invadir o Kuwait, agiu como ditador;

— Se EPC, FST e JCE estão de acordo com a permanência em território panamiano de cerca de 10 000 soldados americanos (ver «Time», 26-11-90) e se os mesmos devem ser considerados como mandatários de alguma misteriosa resolução da ONU, ou como ocupantes;

— Se a cobertura dada pelos EUA ao general Noriega quando ele trabalhava para a CIA, isto é, antes da sua ruptura com os americanos em 1988, é comparável ao apoio concedido pelos mesmos EUA a Saddam Hussein quando este fazia guerra no Irão e era, portanto, aliado dos americanos;

— Se EPC, FST e JCE pensam que Noriega e Saddam Hussein terão cometido o crime de trair os interesses americanos nas respectivas zonas;

— Se a transparência da administração do Canal do Panamá para o Governo panamiano, prevista (e acordada) para o final desta década, terá conduzido George Bush à tentativa de colocar no poder, mesmo com uso da força, um Governo dócil (Guillermo Endar) no lugar de uma ditadura rebelde (Noriega);

— Se EPC, FST e JCE reconhecem aos povos panamiano e iraquiano capacidade e maturidade para lutarem contra os seus ditadores, sem

qualquer intervenção militar estrangeira, e, caso contrário, por que razão a generosidade bélica dos EUA nunca interveio no Chile para ajudar a derrubar Pinochet, um dos maiores tiranos de sempre da América do Sul;

— E, finalmente, da mesma maneira que EPC, FST e JCE acusam respectivamente Saddam Hussein de pretender levar a cabo um «projecto expansionista de controlo da região», do qual a invasão do Kuwait seria apenas o primeiro passo, depois seria a Arábia Saudita, etc., etc.), se concordariam em acusar George Bush de levar a cabo um «projecto de intervenção militar directa em qualquer parte do globo sempre que os interesses americanos estão em jogo».

Deste projecto, a guerra no Golfo é já o segundo passo. O primeiro foi a invasão do Panamá.

Carta ao director de «o Público» publicada em 10/2/91 e assinada por Ana Paula Amaral

## PGA

Há três anos que a cena se repete: risos em todas as bocas e todos os olhos à saída da Prova Geral de Acesso. O dia de ontem não foi excepção. Mesmo quando diziam «foi um grande banho!», como aconteceu na escola secundária Dona Leonor, em Lisboa, com dois alunos que estão a cumprir o serviço militar e por isso recusaram identificar-se, dizem-no a sorrir.

Graça Costa, de 19 anos, que ontem repetiu a PGA para tentar entrar numa Faculdade de Direito, considerou a prova deste ano mais fácil que a do ano passado e conseguiu até acabá-la. Já a sua colega, também repetente deste exame, Maria João Caraças, de 18 anos, achou que lhe correu «razoavelmente», embora as perguntas parecessem mais difíceis este ano. (...)

Em relação às perguntas de desenvolvimento ou de interpretação, vários estudantes criticaram a questão em que se afirmava que «a paz é uma utopia». Embora discordando, acabaram por desenvolver a resposta com base nesse pressuposto receando que, se optassem por uma quarta (e não prevista) alínea, a resposta não fosse cotada. «Não podemos ver a paz como uma utopia!», exclamou, despeitada, Ana Correia enquanto Rodrigo Correia, adianta que ela «poderia ser uma realidade».

Diário de Notícias, dia 9 de Fevereiro

## Guerra, racismo, Basílio...

Jovens militantes da extrema-direita, ainda não identificados, serão os autores materiais de um espectáculo macabro montado na madrugada de 4 de Fevereiro frente à escola secundária André de Gouveia, em Évora: a exibição de uma cabeça humana espetada num poste.

A «operação» ter-se-á destinado — segundo fontes estudantis contactada pelo Expresso — a «reavivar» a memória de uma efeméride ocorrida há 30 anos, nesse mesmo dia, em Angola, quando a UPA iniciou a luta armada. No Norte de Angola, os movimentos nacionalistas africanos degolaram depois fazendeiros brancos, espetando as suas cabeças em paus, para assinalar o início da insurreição armada contra o colonialismo.

A caveira, pertencente a uma mulher, ostentava ainda restos do couro cabeludo, dos quais pendia uma longa trança. Encontrava-se espetada num poste exterior da vedação da escola, quando os primeiros funcionários ali chegaram. Presume-se que tenha sido colocado durante a madrugada, a coberto da escuridão. A Polícia de Segurança Pública, chamada de imediato, recolheu o achado e informou o delegado do Ministério Público.

A hipótese de a caveira ter sido roubada do cemitério é tida como «provável» pelas autoridades policiais. Poderá pertencer, de acordo com aquela tese, a um dos cadáveres desenterrados das campos rasas, ao fim de cinco anos, para transferir para a vala comum. Essas ossadas são mantidas em fossa aberta durante algum tempo, circunstância que teria permitido a investida dos profanadores.

O coveiro encarregado da transferência das ossadas, ao ser interrogado pela PSP, admitiu a hipótese de a caveira ser uma das que tinha desenterrado dias antes.

Nos meios estudantis eborenses admite-se que o objectivo desta acção, evocativa do massacre dos colonos angolanos, tenha sido o de reacender o ódio contra os negros. A recriação de uma situação análoga à ocorrida em 1961, com toda a sua carga simbólica, seria bem aceite por sectores mais conservadores da sociedade, ainda ressentidos com as consequências da descolonização.

A circunstância de Évora ter sido palco de um importante encontro entre o MPLA e a UNITA justificaria também — segundo as nossas fontes — a encenação do acto revanchista.

Os sectores mais direitistas da cidade haviam manifestado já o seu desagrado pela recepção dada a membros do Governo de Luanda e familiares do Presidente José Eduardo dos Santos, assistidos no hospital distrital. O facto de essas pessoas terem ocupado quartos particulares, «destinados à população», foi interpretada como «uma afronta».

A evocação da passagem dos 30 anos sobre os acontecimentos de Angola — a que a Imprensa tem dado particular destaque nos últimos dias — e o discurso de Basílio Horta durante a campanha eleitoral, terão criado o ambiente ideal para esta acção, simultaneamente espectacular e macabra.

Expresso, 9 de Fevereiro

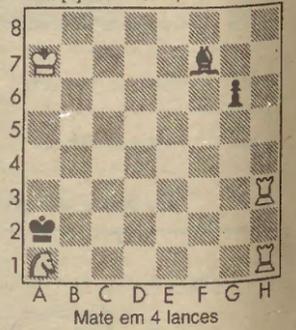
# Xadrez

CCXCI - 14 de Fevereiro de 1991

PROPOSIÇÃO N.º 291/A

Por: ERICH ZEPLER  
Munchner Schachzeitung, 1934

Pr.: [3]: Pg6-Bf7-Ra2  
Br.: [4]: Ca1-Ts.h1, h3-Ra7

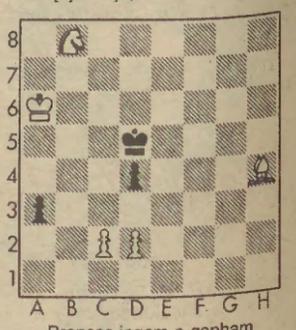


Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 291/B

Por: K.A.L. Kubbel  
Schachmatney Llistok, 1922

Pr.: [3]: Ps.a3, d4; Rd5  
Br.: [5]: Ps.c2, d2-Cb8-Bh4-Ra6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CCXCI

N.º 291/A — (E.Z.): 1. Td3, Bb3;  
2. T:d3, g5; 3. Th6, R:a1; 4. Ta6++  
N.º 291/B (K.A.L.K.): 1. Cç6,  
R:c6 2. Bf6, Rd5; 3. d3, a2; 4. ç4+,  
Rç5; 5. Rb7 e g.

A. de M.M.

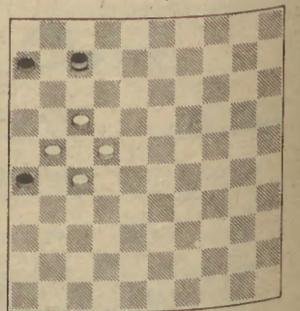
# Damas

CCXCI - 14 de Fevereiro de 1991

PROPOSIÇÃO N.º 291

Por: HENRI CHILAND  
In Dam Miniaturen (925), 1977

Pr.: [3]: 6-(7)-26  
Br.: [4]: 17-21-22-27

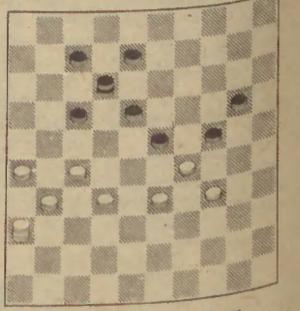


Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 291

Por: G. A. CREMER  
— Maio, 1936

Pr.: [8]: 7-8-(12)-17-18-20-23-24  
Br.: [8]: 26-27-29-31-32-33-34-  
(-36)

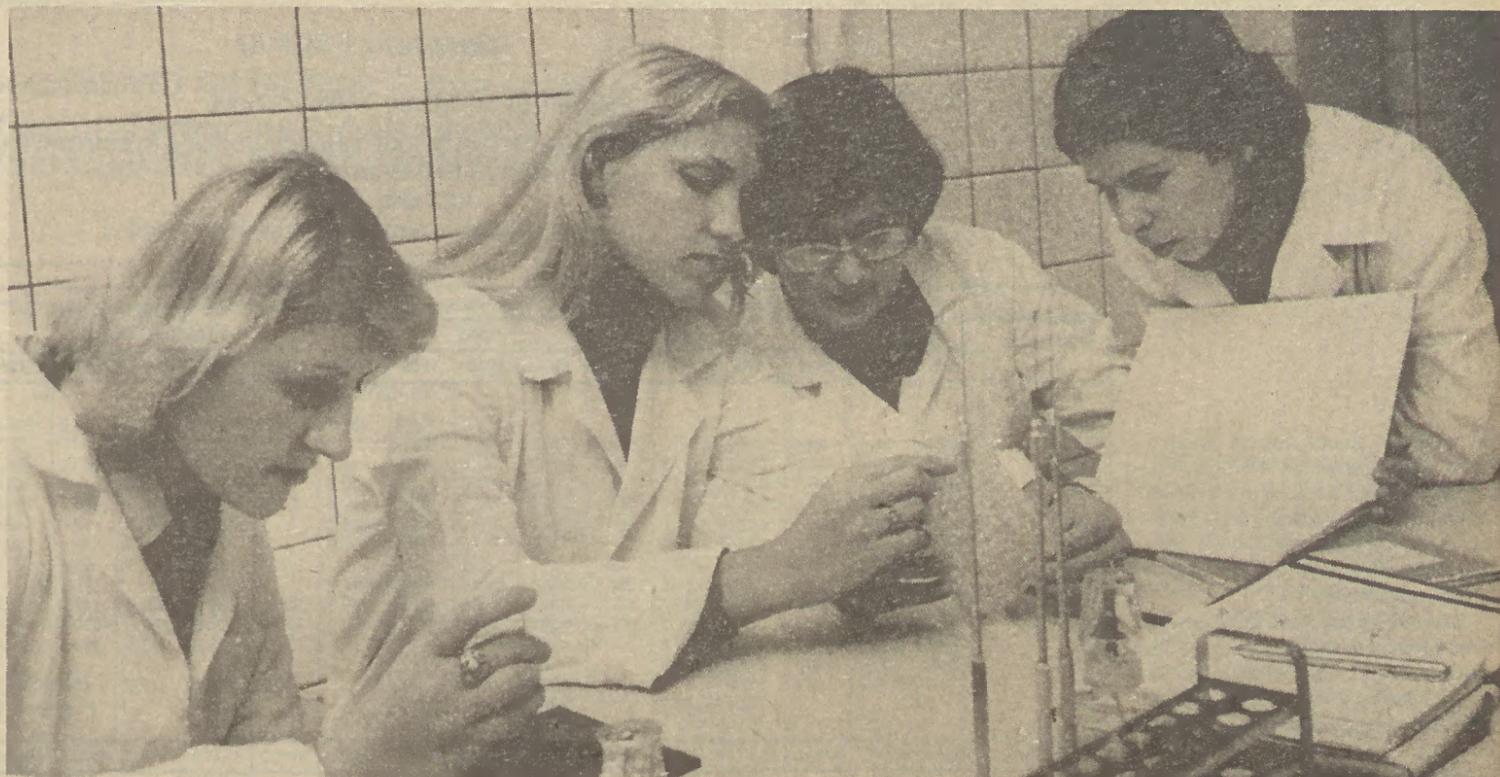


Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CCXCI

N.º 291 — (H. Ch.): 1. 17-11!!  
Se: 1. .... (6x28); 2. 27-22!!!+  
Se: 1. .... (26x28); 2. 11x2=D+  
Golpe N.º 291 (G.A.C.): 1. 27-  
-22, (17x30); 2. 26-21, (12x28); 3.  
36x .... 19!+

A. de M.M.



16. O debate sobre o CIÊNCIA não pode fazer esquecer, antes torna mais premente, a necessidade de a comunidade científica exigir que os novos programas que surjam em substituição do Programa Mobilizador (os Programas Base de C & T, de Formação e Mobilidade, para a Saúde, para o Ambiente, para as Ciências Sociais e Humanas e de Cooperação Internacional) sejam suficientemente dotados, rapidamente implementados e tenham continuidade sustentada a longo prazo. ■

■ Frederico de Carvalho

## O Financiamento da Investigação e Desenvolvimento

1. A análise do financiamento da I&D em Portugal reveste-se de alguma dificuldade na medida em que a informação estatística a ele referente é pouco fiável — reflectindo a insegurança dos dados em que se apoia — não é completa, e é publicada com atraso. O mesmo acontece, aliás, com a maior parte da informação deste tipo relativa ao sector de actividade da I&D.

O trabalho dos técnicos da JNICT — fonte principal da informação que nos interessa aqui — é apesar de tudo precioso, e mereceria ser desenvolvido, e apoiado, em particular pela comunidade científica, que beneficia daquela informação. Seria fundamental, desde logo, maior rigor e celeridade na prestação da informação, o que poderia ser conseguido, em parte, pela existência em cada unidade executiva de um elemento de ligação aos serviços de inventário, responsável pela colheita de dados.

2. De há vários anos a esta parte, o Governo, por intermédio da SECT, apresenta regularmente na AR, na altura da discussão do Orçamento de Estado (OE), alguma informação sobre a chamada DI&DE («despesa em investigação e desenvolvimento experimental»), nomeadamente sobre as transferências do OE para unidades executivas e organismos financiadores da I&DE.

Nos últimos anos esta informação tem sido apresentada, por razões programáticas, num quadro intitulado «Orçamento de Ciência e Tecnologia».

Não se trata, todavia, de um verdadeiro Orçamento, mas antes de uma colecção ordenada de números coligidos em diversas fontes, designadamente, serviços e organismos de Estado pertencentes a vários ministérios (Quadros 1 a 4), como deixam entender, aliás, algumas das notas que acompanham os quadros.

O estudo destes quadros suscita algumas observações.

Os organismos públicos incluídos nos quadros são de dois tipos: organismos financiadores e organismos executores. Alguns organismos que têm a I&D nos seus objectivos, nunca são ou não são sempre referidos. É o caso do OAL, do IPO e do INSA.

Organismos em que não existe a carreira de investigação são incluídos, podendo perguntar-se que profissionais desempenham nesses organismos actividades de I&DE. Caso do INMG, do IH e do GEP do MDN.

O cálculo da parcela da despesa total que se considera DI&DE, assentará certamente em informações dos organismos, mas não deixa de conduzir a resultados algo surpreendentes, mais evidentes nos casos em que toda a despesa do organismo é apresentada como DI&DE (JNICT, INIP, MDN). É assim lançada uma primeira dúvida sobre os montantes da coluna da DI&DE.

Os números surpreendentemente elevados que são atribuídos à DI&DE das Universidades, resultam de se calcular a parcela das remunerações de trabalho e uma parcela equivalente de despesas correntes, por aplicação de factores que têm em conta os números do pessoal recenseado em ETI. Também aqui os resultados são duvidosos.

Por exemplo, repare-se em que os valores indicados para esta DI&DE universitária são 8,4 Mc, em 1990, e 13,2 Mc, em 1991!

Outras dúvidas sérias sobre a correcção dos números apresentados podem surgir quando se dispõe de indicações seguras relativas a casos específicos. Assim o valor fixado para as receitas próprias é por vezes o resultado de um artifício contabilístico, cujo objectivo é satisfazer a exigência da apresentação de um orçamento equilibrado: receita total igual a despesa total, como os quadros mostram.

Trata-se, à partida, de receitas e despesas orçamentadas e não de receitas e despesas reais. Por outro lado, as receitas têm origens diversas, o que não permite extrair dos quadros informação segura sobre uma parcela significativa do financiamento da DI&DE, a saber, o montante dos fundos resultantes da prestação de serviços à comunidade ou de outras formas de ligação às actividades económicas e sociais. As Universidades obtêm certamente receitas da prestação de serviços à comunidade, cujo incentivo é uma constante do discurso oficial, não sendo líquido que tais receitas se destinem ao financiamento de despesas correntes e menos ainda

ao pagamento de despesas certas com o pessoal.

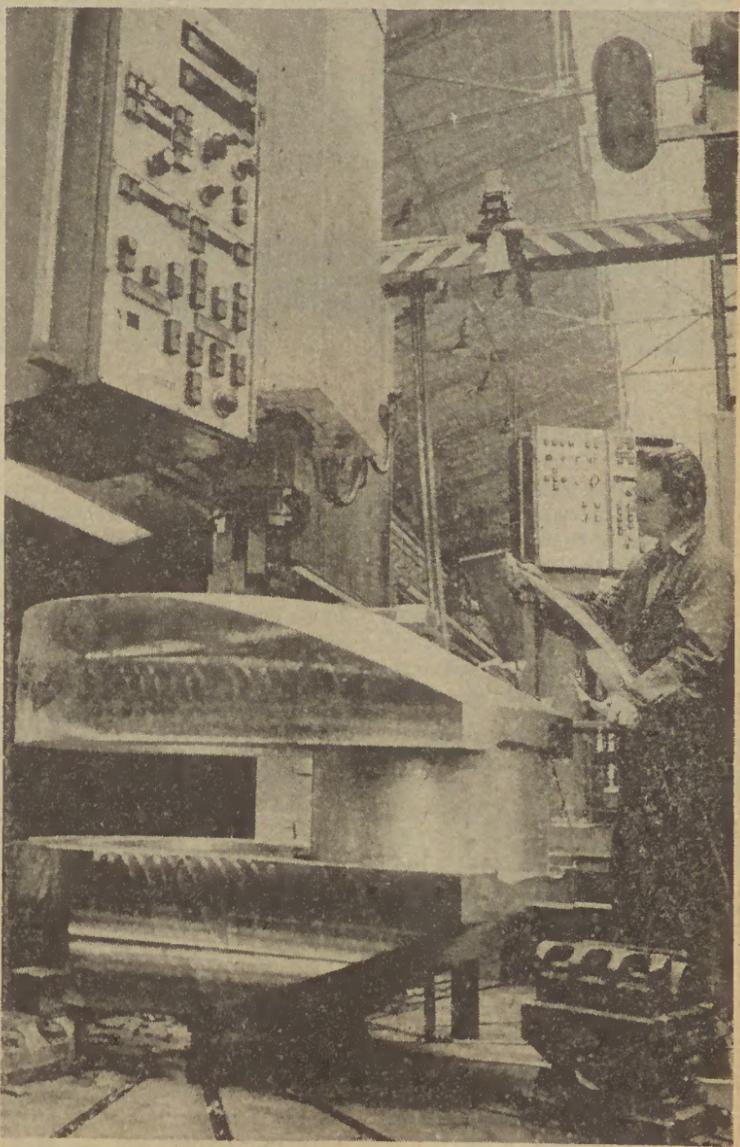
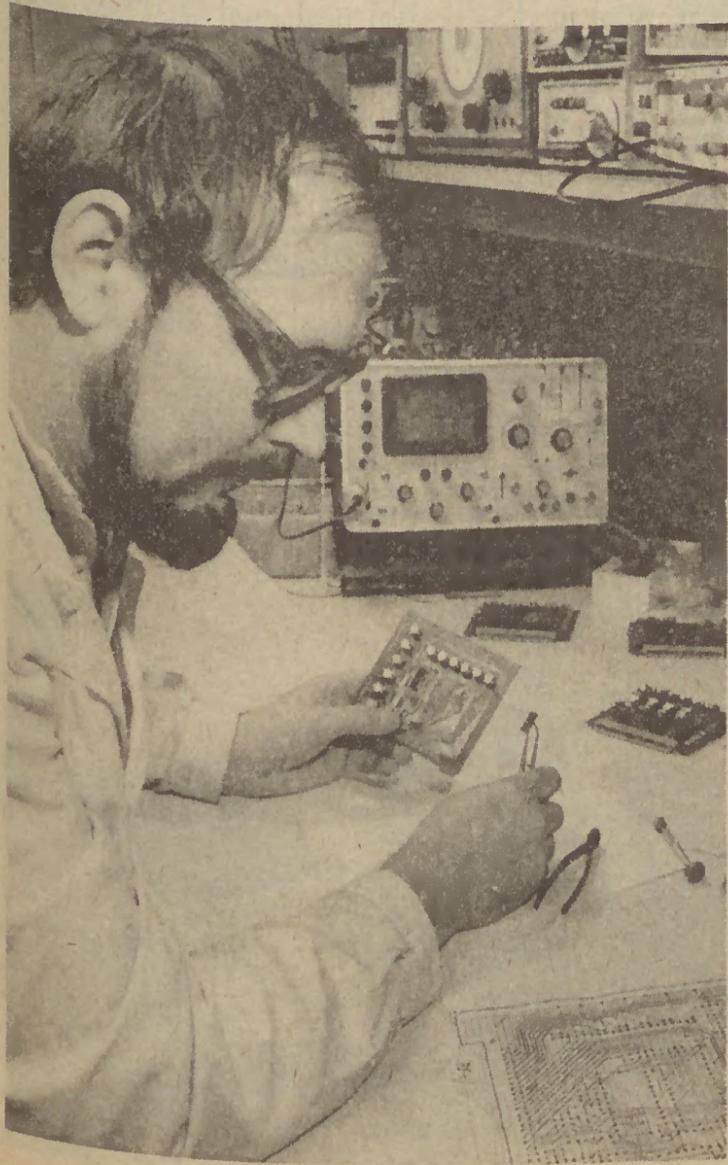
Acontece também haver discrepâncias entre os valores indicados nos quadros como sendo os orçamentados para o ano seguinte, e os valores que são do conhecimento dos organismos, aqueles normalmente superiores.

3. A observação dos quadros permite assentar algumas ideias sobre o financiamento da I&DE em Portugal. Este reveste diversas formas. Um esboço de classificação dessas formas poderia apresentar-se como segue.

- Financiamentos directos, englobando:
    - financiamentos fechados;
    - financiamentos abertos;
    - financiamentos difusos.
  - Financiamentos indirectos.
- Entendem-se por financiamentos



directos, os financiamentos em número dirigido a um organismo executor determinado (financiamentos fechados), os financiamentos atribuídos mediante concurso, visando



## QUADRO 1

ORÇAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
 DOTAÇÕES DOS PRINCIPAIS ORGANISMOS PÚBLICOS FINANCIADORES E EXECUTORES DE I & D  
 RECEITA ORÇAMENTADA  
 1986/1990  
 (valores iniciais a preços correntes) (a)

6  
10 Esc.

ORGANISMOS PÚBLICOS	TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO										RECEITAS PRÓPRIAS E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS					RECEITA TOTAL					
	O. F.					PIDDAC															
	1986	1987	1988	1989	1990	1986	1987	1988	1989	1990	1986	1987	1988	1989	1990	1986	1987	1988	1989	1990	
ESTADO																					
CTQB								312.0	102.0	237.5				938.0	307.0	712.5			1250.0	409.0	950.0
DGQA	66.0	97.4	99.4	296.9		612.9	678.0	720.5	581.0								678.9	775.4	819.9	877.9	
IH	218.1	218.1	259.8	286.8	311.8	33.4	57.7	83.5	75.5	95.0	110.0	120.0	249.4	180.0	406.2	361.5	395.8	592.7	542.3	813.0	
IICT	530.0	590.0	766.7	850.0	800.0	96.0	91.0	123.0	130.0	140.0	15.0	15.0	30.0	45.0	45.0	641.0	696.0	919.7	1025.0	985.0	
INIA	1828.8	1970.8	2258.8	2366.7	2890.4	368.1	453.6	524.1	385.7	357.5	486.9	426.4	608.7	636.4	744.6	2683.8	2850.8	3391.6	3388.8	3992.5	
INIP	374.7	572.4	660.0	625.4	744.0	120.0	256.5	278.0	255.2	299.0			10.0	12.0	12.0	494.7	828.9	948.0	892.6	1055.0	
INMG	718.1	863.3	1092.0	1193.0	1313.0	210.6	110.3	440.0	400.0	400.0		17.0	95.4	32.0	30.0	928.7	990.6	1627.4	1625.0	1743.0	
INSA	524.3	618.0	661.8	588.8	1189.3	28.6	29.3	21.1	27.5				82.4	89.5	127.7	552.9	647.3	765.3	705.8	1317.0	
JNICT (b)	113.3	250.0	422.8	413.1	430.0	930.0	2364.0	2955.0	3450.0	4800.0						1043.3	2614.0	3377.8	3863.1	5230.0	
LNEC	307.9	417.9	735.9	610.9	835.7	650.0	800.0	650.0	650.0	750.0	588.5	608.0	829.6	778.0	1219.7	1546.4	1825.9	2215.5	2038.9	2805.4	
LNETI (c)	936.9	1186.0	1391.1	1488.9	1712.0	2675.0	2400.0	1500.0	2473.0	4156.0	412.8	825.0	962.0	1800.0	1700.0	4024.7	4411.0	3853.1	5761.9	7568.0	
LNIV	334.0	406.0	352.0	455.4	509.0	20.0	50.0					88.0	137.5	163.3	65.0	354.0	544.0	489.5	618.7	574.0	
SECT	400.0	400.0	180.1	252.0	330.0											400.0	400.0	180.1	252.0	330.0	
SGP	30.0	49.2	68.6	196.1		83.9	105.0	98.5	82.5		2.6	3.9	15.0	15.0		116.5	158.1	182.1	293.6	109.5	
SNIG				73.0	73.0				30.0						36.5				103.0		
SUBTOTAL	6382.1	7639.1	8949.0	9697.0	11138.2	5828.5	7395.4	7705.7	8642.4	11235.0	1615.8	2103.3	3958.0	4058.2	5099.2	13826.4	17137.8	20612.7	22397.6	27472.4	
ENS. SUP. INIC UNIVERS.	1900.0	1950.0	2029.3	2350.0	2680.0	30.5	142.2	200.0	300.0	460.0	20.0	30.0	90.0	200.0	200.0	1950.5	2122.2	2319.3	2850.0	3340.0	
SUBTOTAL																					
TOTAL																					

(a) Valores inscritos no Orçamento de Estado, no que se refere a Transferências do Orçamento de Estado; os valores das Receitas Próprias e Outras Transferências são indicados pelos Organismos. Para 1990, os valores são provisórios

(b) No PIDDAC estão incluídas as contrapartidas do Programa Ciência no valor de 2 milhões de contos

(c) No PIDDAC estão incluídas as verbas afectas ao LNETI, no âmbito do PEDIP, no valor de 2 806 mil contos que inclui não só as contrapartidas nacionais (da ordem dos 45% do total), como as verbas dos Fundos Comunitários; também está incluída uma verba de 150 mil contos a transferir para os Centros Tecnológicos

um objectivo ou um projecto determinado (financiamentos abertos), ou, ainda, financiamentos com origem em contrapartidas da prestação de serviços ou do fornecimento de bens, sem afectação específica definida (financiamentos difusos).

Entende-se por financiamentos indirectos as contribuições em espécie, traduzidas na oferta ou utilização de equipamentos e instalações, acolhimento e acompanhamento de pessoas, etc.

As transferências do OE para unidades executoras são o exemplo mais importante dos financiamentos fechados.

As duas componentes – OF e PIDDAC – destas transferências não têm o mesmo peso no financiamento das unidades executoras.

Assim, enquanto o INIC tradicionalmente financia a execução, no essencial, através de dotações, do OF,



a JNICT distribui, fundamentalmente, verbas do PIDDAC. Os Laboratórios e Institutos do Estado vêm ser-lhes atribuídos através do PIDDAC os dinheiros que sustentam os seus projectos próprios de I&DE, enquanto as dotações do OF são canalizadas para o pagamento de remunerações.

Em traços gerais a situação das instituições do chamado Sector Estado (Laboratórios e Institutos) pode descrever-se do seguinte modo:

- dotações do OF dirigidas para satisfazer encargos com remunerações certas e permanentes, sendo que nos principais laboratórios a taxa de cobertura se situa ao nível dos 60%;
- dotações do PIDDAC dito tradicional (herdeiro dos Planos de Fomento anteriores ao 25 de Abril) dirigidas para satisfazer encargos com o normal desenvolvimento de projectos próprios;
- dotações do OF e sobretudo do PIDDAC tradicional submetidas a uma pressão restritiva continuada por parte do Governo.

Esta pressão, no que respeita ao PIDDAC tradicional, traduz-se na prática em congelamento de verbas (10% em 1990), no impedimento de realizar despesas correntes por dotações do PIDDAC, de todo – caso do LNEC, para 1991 – ou em numerosas rubricas sensíveis. Assim, os laboratórios são forçados a recorrer cada vez mais a financiamentos abertos – nacionais, comunitários ou estrangeiros – com sensível perda de autonomia para a prossecução dos seus objectivos próprios, fixados pelo Estado, e a introdução de uma considerável margem de incerteza na programação das actividades.

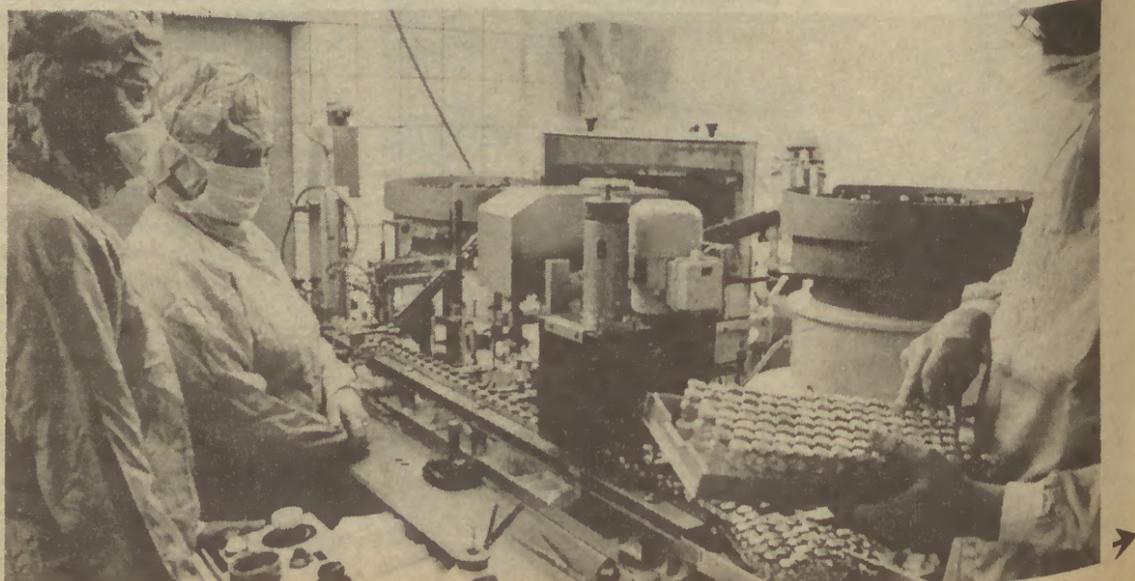
Por outro lado e apenas de passagem, cabe referir que os financiamentos abertos permitem, em geral, uma maior flexibilidade na gestão dos recursos financeiros, o que constitui um aliciente na perspectiva dos investigadores, mas tende a criar uma «situação universitária» nos Laboratórios, caracterizada por uma larga margem de descoordenação. O paralelo não é todavia completo já que os laboratórios não têm uma outra função so-

QUADRO 2  
 ORÇAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
 DOTAÇÕES DOS PRINCIPAIS ORGANISMOS PÚBLICOS FINANCIADORES E EXECUTORES DE I & D  
 DESPESA ORÇAMENTADA  
 1986/1990  
 (valores iniciais a preços correntes) (a)

6  
10 Esc.

ORGANISMOS PÚBLICOS	DESPESA TOTAL					DESPESA EM I & D				
	1986	1987	1988	1989	1990	1986	1987	1988	1989	1990
ESTADO										
CTQB			1250.0	409.0	950.0			1250.0	409.0	950.0
DGQA	678.9	775.4	819.9	877.9		204.7	470.0	147.5	215.0	280.0
IH	361.5	395.8	592.7	542.3	813.0	36.0	273.9	382.8	346.3	421.5
IICT	641.0	696.0	919.7	1025.0	985.0	427.5	566.0	748.0	891.0	900.0
INIA	2683.8	2850.8	3391.6	3388.8	3992.5	1368.9	1871.9	2297.8	2401.8	2555.2
INIP	494.7	828.9	948.0	892.6	1055.0	347.2	590.8	948.0	892.6	1055.0
INMG	928.7	990.6	1627.4	1625.0	1743.0	314.0	275.0	324.0	260.0	260.0
INSA	552.9	647.3	765.3	705.8	1317.0	28.6	29.3	235.4	253.9	433.1
JNICT	1043.3	2614.0	3377.8	3863.1	5230.0	1043.3	2614.0	3377.8	3863.1	5230.0
LNEC	1546.4	1825.9	2215.5	2038.9	2805.4	1294.9	1340.9	1307.7	1369.7	1623.7
LNETI	4024.7	4411.0	3853.1	5761.9	7568.0	1682.5	2280.9	2241.7	2735.8	3608.5
LNIV	354.0	544.0	489.5	618.7	574.0	112.0	125.0	141.9	169.5	141.5
SECT	400.0	400.0	180.1	252.0	330.0	400.0	400.0	180.1	252.0	330.0
SGP	116.5	158.1	182.1	293.6	0.0	91.0	123.2	143.9	142.5	210.0
SNIG				103.0	109.5				103.0	109.5
SUBTOTAL	13 826.4	17 137.8	20 612.7	22 397.6	27 472.4	7350.6	10 960.9	13 726.6	14 305.2	18 108.0
ENS. SUPERIOR INIC UNIVERSIDADES	1950.5	2122.2	2319.3	2850.0	3340.0	1950.5	2122.2	2319.3	2850.0	3340.0
SUBTOTAL						4350.5	5859.4	8137.6	9308.4	11 760.0
TOTAL						11 701.1	16 820.3	21 864.2	23 613.6	29 868.0

(a) Os valores para a Despesa em I & D foram indicados pelos Organismos. Até 1988, estes valores foram corrigidos de acordo com os valores enviados para a CEE, e para 1990, com base nos valores das Transferências provenientes da JNICT. Na falta de informação adicional, usaram-se os valores constantes da 2.ª versão do Orçamento de Ciência e Tecnologia para DGQA, SGP e Universidades.



**QUADRO 3**  
**ORÇAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**DOTAÇÕES DOS PRINCIPAIS ORGANISMOS PÚBLICOS**  
**FINANCIADORES E EXECUTORES DE I & D**

1991  
(valores iniciais a preços correntes)

6  
10 ESC.

ORGANISMOS PÚBLICOS	RECEITA ORÇAMENTADA			DESPESA ORÇAMENTADA		
	Transferências do Orçamento do Estado		Receitas Próprias e Transferências	Receita Total	Despesa Total	Despesa em I & D
	OF	PIDDAC (trad. e contrap.)				
ESTADO						
CNIG	73.0	60.0	48.2	181.2	181.2	181.2
CTQB		325.0	1075.0	1400.0	1400.0	1400.0
DGQA						140.0
DGGM	688.0	213.0	124.0	1025.0	1025.0	914.0
IH	450.0	110.0	1047.3	1607.3	1607.3	840.0
IICT	951.7	140.0	50.0	1141.7	1141.7	884.0
INIA	3037.4	438.3	900.0	4375.7	4375.7	3135.4
INIC	2888.0	263.0	450.0	3601.0	3601.0	3601.0
INIP	772.9	377.4	143.2	1293.5	1293.5	1293.5
INMG	1599.0	500.0	30.0	2129.0	2129.0	294.0
INSA	1270.3	214.2	204.0	1688.5	1688.5	640.7
JNICT	497.9	6100.0	6498.0	13 095.9	13 095.9	13 095.9
LNEC	1200.0	900.0	1710.0	3810.0	3810.0	2440.0
LNETI	1540.0	1981.0	3699.0	7220.0	7220.0	4182.0
LNIV	625.9		325.0	950.9	950.9	234.0
MDN (GEP)	100.0	269.0	226.3	595.3	595.3	595.3
SECT	575.6			575.6	575.6	483.1
<b>SUBTOTAL</b>	<b>16 269.7</b>	<b>11 890.9</b>	<b>16 530.0</b>	<b>44 690.6</b>	<b>44 690.6</b>	<b>34 354.1</b>
ENS. SUPERIOR UNIVERSIDADES (a)						13 244.0
<b>TOTAL</b>						<b>47 598.1</b>

(a) Valor estimado para o financiamento de actividades de I & D

OCTUBRO 1990

**QUADRO 4**  
**EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO**  
**DA DESPESA TOTAL EM INVESTIGAÇÃO**  
**E DESENVOLVIMENTO**

1980-1993  
(preços constantes de 1990)

9  
10 Esc.

ANO	OE (a)	Quadro Comunitário de Apoio (b)	Outras Transferências (c)	Despesa em I&D nos Org. Públicos	Empresas IPSFL (d)	Despesa Total em I&D		PIB (e)
						(valor)	(% PIB)	
1980	14,045			14,045	6,863	20,908	0,34	6147,0
1982	14,541		0,778	15,319	8,038	23,357	0,35	6608,0
1984	16,370		0,626	16,996	9,035	26,031	0,40	6481,9
1986	20,007		0,917	20,924	10,387	31,311	0,45	6967,7
1987	22,566		1,267	23,833	10,826	34,659	0,48	7296,5
1988	25,091	0,712	1,399	27,202	11,051	38,253	0,50	7583,6
1989	25,474	0,569	1,492	27,535	14,448	41,983	0,53	7992,7
1990	27,538	3,675	2,764	33,977	17,900	51,877	0,62	8341,8
1991	32,038	7,056	3,786	42,880	23,712	66,592	0,77	8675,5
1992	37,300	9,635	5,800	52,735	30,300	83,035	0,92	8979,1
1993	44,850	10,405	8,200	63,455	35,550	100,005	1,08	9293,4

(a) Valores da Despesa em I&D financiada pelo Orçamento de Funcionamento e pelo PIDDAC (tradicional e contrapartidas).

As verbas afectas a projectos de I&D provenientes das Rec. Próprias e Outras Transf. dos Lab. do Estado estão incluídas em Outras Transferências.

Para 1980/1986, os valores são os que constam do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional da JNICT.

Para 1987/1991, os valores resultam dos dados fornecidos pelos principais Organismos Públicos de I&D.

Para 1992/1993, são valores estimados com base numa estratégia de desenvolvimento continuado do Investimento no Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

(b) Inclui os Programas CIÊNCIA, PEDIP/LNETI (parte destinada a I&D) e PEDAP/CTQB.

(c) Inclui as Receitas Próprias e Outras Transf. dos Laboratórios do Estado (ex. Programas CIÊNCIA, PEDIO e PEDAP), o Programa «Science for Stability» da NATO, o Programa de Bolsas da INVOTAN, o Programa-Quadro da CEE e Outras Transferências.

(d) Inclui as verbas afectas a projectos de I&D financiados por Empresas e IPSFL e a parte do Subprograma «Infra-Estruturas Tecnológicas» do PEDIP afecta a actividades de I&D.

**QUADRO 5**  
**EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA OS PRINCIPAIS**  
**ORGANISMOS FINANCIADORES E EXECUTORES DE I & DE**  
(10<sup>9</sup> ESC. CORRENTES)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1991*
JNICT								
INIC	0,17	1,04	2,61	3,38	3,86	5,23	6,60	3,22
	1,33	1,93	2,09	2,23	2,65	3,14	3,15	1,54
INIC/JNICT	7,8	1,9	0,8	0,66	0,69	0,60	0,48	
INIA (1)	2,06 <sup>+</sup>	2,20	2,42	2,78	2,75	3,25	3,48	1,70
LNEC (2)	1,18	0,96	1,22	1,39	1,26	1,59	1,06	0,52
LNETI (3)	3,71	3,61	3,59	2,89	3,96	5,87	4,72	2,30
INIP (4)	0,36	0,49	0,83	0,94	0,88	1,04	1,15	0,56
IICT (5)	0,61	0,63	0,68	0,89	0,98	0,94	1,09	0,53
Total (1) a (5)	7,91	8,52	8,74	8,89	9,93	12,69	11,50	5,61
JNICT/Total (1) a (5)	2,1%	12,2%	29,9%	38,0%	39,3%	41,2%	57,4%	
JNICT + Total (1) a (5)	8,1							8,8△=9%

+ Valor corrigido das despesas de pessoal que, em 1985, não eram pagas directamente pelo INIA  
\* 1991 a preços constantes de 1985

FONTE: SECT/JNICT

cial reconhecida, predominante, que determine um financiamento de retaguarda assegurado (caso do ensino, nas Universidades).

No chamado Sector do Ensino Superior, a situação é marcada também pela insuficiência de dotações do OF, destinadas a satisfazer encargos com remunerações certas e permanentes e despesas correntes. No entanto, aí, a taxa de cobertura dos primeiros continua a ser de 100%.

Por outro lado, o financiamento da DI&DE universitária pelo PIDDAC tradicional é praticamente nulo, sendo quase total a dependência de financiamentos abertos, não considerando os subsídios que o INIC regularmente atribui aos seus Centros e Complexos.

No Quadro 5 apresentam-se as dotações da JNICT, do INIC e dos cinco maiores organismos de I&D do Estado, correspondentes a transferências do OE, para os anos de 1985 a 1991, inclusive. Neste intervalo, são evidentes os reflexos da política de substituição gradual do financiamento fechado pelo financiamento aberto, mesmo em termos reais (preços constantes de 1985).

**4.** Para obter a DI&DE total do País, necessário é ter em conta também o Sector das Empresas e o Sector das chamadas Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPs/FL).

O conhecimento da realidade nacional conjugado com uma análise cuidada da informação estatística disponível, levará, compreensivelmente, à conclusão de que os números oficiais relativos à DI&DE das empresas e ao número de investidores e técnicos activos em I&DE no respectivo sector, não têm qualquer correspondência com a realidade. Muito provavelmente, quase tudo o que é classificado como I&D nas empresas, cai de facto no âmbito das chamadas OA&CT.

Não é possível examinar aqui com algum pormenor esta questão, pelo que se dirá apenas que, em 1986, os números oficiais fazem corresponder às Empresas, 27% da DI&DE total, 17,5% dos investidores (780 pessoas) e 19% de todo o pessoal envolvido em I&DE (ETI). Esta informação é relativa a 197 empresas recenseadas.

Entre 1980 e 1986, a fracção da DI&DE nacional atribuída às empresas, flutua, não se afastando muito de 30%, com um máximo de 31,2% em 1982, e um mínimo de 26,8%, em 1986.

Para o cálculo da evolução da



QUADRO 6

**DI&DE NACIONAL**  
 1980-1991  
 (10<sup>9</sup> ESC.)

	1980	1982	1984	1986	1988	1989	1990	1991
DI&DE preços correntes	4,12	6,54	11,31	19,87	~31	~33	~41	~54
DI&DE preços constantes 1980=100	4,12	4,61	5,15	6,31	~7,9	~7,5	~8,2	~9,5
PIB								
preços de mercado	1232	1848	2805	4400	5623	~6450	~7540	8675
DI&DE/PIB %	0,33	0,35	0,40	0,45	~0,56	~0,51	~0,54	~0,62
DI&DE Empresas	29%	31,2%	29,6%	26,8%	~25%	~25%	~25%	~25%
Taxa Inflação	16,6%	22,4%	29,3%	11,7%	~11,5%	~11,5%	~13,5%	~12,5%

FONTE: SECT/JNICT excepto valores estimados (~)

QUADRO 7

**ORGANISMOS PÚBLICOS DE I & DE**  
 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE ENTRE 1990 E 1991  
 (10<sup>6</sup> ESC.)

	OF	PIDDAC GLOBAL*	PIDDAC TRADIC.	PIDDAC TRADIC. + CONTRAPARTIDAS
1990	14 118 (1)	11 695	- 6889	9050
1991	15 905,7 (2)	16 990 (2)	5510	10 791
Δ % preços const.	- 1%	+ 28%	- 30%	+ 5%

FONTE: SECT

\* inclui fundos comunitários (Ciência e PEDIP) e contrapartidas nacionais

(1) corrigido de + 300 000 c. atribuídos ao LNEC

(2) corrigido para os valores conhecidos do MOPTC

QUADRO 8

**RECEITA TOTAL ORÇAMENTADA**  
 PARA O LNEC E O LNETI  
 (1990 e 1991)

	LNEC	LNETI*
1990	3105	7568
1991	2765	7220
Δ % preços const.	- 22%	- 16%

\* inclui PIDDAC — PEDIP e FSE

DI&DE entre 1980 e 1991 a partir dos quadros da SECT (Quadros 1 a 4) tomou-se aquela fracção igual a 25%, para os anos 1988 a 1991, inclusive. Para efectuar o cálculo, foi subtraído à DI&DE pública o montante global dos financiamentos do Programa Ciência. Às IPs/FL atribuiu-se 5% do total, também para os anos 1988 a 1991. Para 1991, tomou-se um montante da DI&DE nacional de 53,7 Mc em vez de 66,6 Mc, valor indicado pela SECT. Aquele valor foi obtido corrigindo o montante das receitas próprias e outras transferências (-3,5 Mc) e o da despesa orçamentada atribuída às Universidades (-3,7 Mc). Ambas as correcções foram feitas por referência a 1990, considerando acréscimos equivalentes à taxa de inflação em 1990 (+13,5%). Corrigiu-se, ainda, o montante das transferências do OE para os organismos do MOPTC (LNEC e INMG) que no seu conjunto se mostram inferiores em cerca de 1,5 Mc ao valor correspondente indicado pela SECT. Finalmente, manteve-se, onde aplicável, a razão DI&DE/Despesa Total correspondente ao conjunto dos organismos públicos (Quadro 6).

**5.** A DI&DE nacional de acordo com os valores encontrados apresentaria um crescimento real de 16%, entre 1990 e 1991, passando de 41 Mc para 54 Mc. Se se descontar, nos dois anos, os fundos afectos ao Programa Ciência (2 Mc, em 1990, e 9,3 Mc, em 1991, de acordo com a SECT), o crescimento em termos reais (escudos constantes) é nulo.

Se considerarmos unicamente transferências do OE para os organismos públicos de I&DE, em 1990 e em 1991, a situação é bastante diferente (Quadro 7).

Assim, entre 1990 e 1991, verifica-se que o financiamento por fundos públicos dos organismos de I&DE do Estado se apresenta estagnado ou retrocede mesmo, em termos reais, consoante se considera ou não a componente das contrapartidas nacionais previstas no âmbito dos programas comunitários específicos de desenvolvimento.

Dois casos particulares — o LNEC e o LNETI — fornecem indicadores ainda mais severos da situação. Assim, e tomando valores globais (receita total), verifica-se para o LNEC um decréscimo de 21% e para o LNETI um decréscimo, também, mas de 16%, relativamente a 1990 e em valores reais, nos dois casos (Quadro 8). Vem a propósito referir o facto de a leitura e a análise dos orçamentos se terem tornado significativamente mais difíceis com o advento dos fundos comunitários e das respectivas contrapartidas nacionais.

Os fundos comunitários não resolvem a questão do desenvolvimento do SC&T nacional porque estão vocacionados para o investimento mas não para o funcionamento. O desenvolvimento é também uma questão de ritmo, pelo que é da maior importância desburocratizar a gestão não só daqueles fundos como de todo o SC&T. Sem prejuízo de uma discussão ampla desta problemática, muito complexa, afigura-se pertinente concluir pela necessidade de:

- aumentar substancialmente os orçamentos de funcionamento das instituições de I&DE e das Universidades, de forma a permitir satisfazer integralmente os encargos com remunerações do pessoal existente e permitir o recrutamento do pessoal indispensável, em falta;
- garantir numa base plurianual as dotações orçamentais neces-

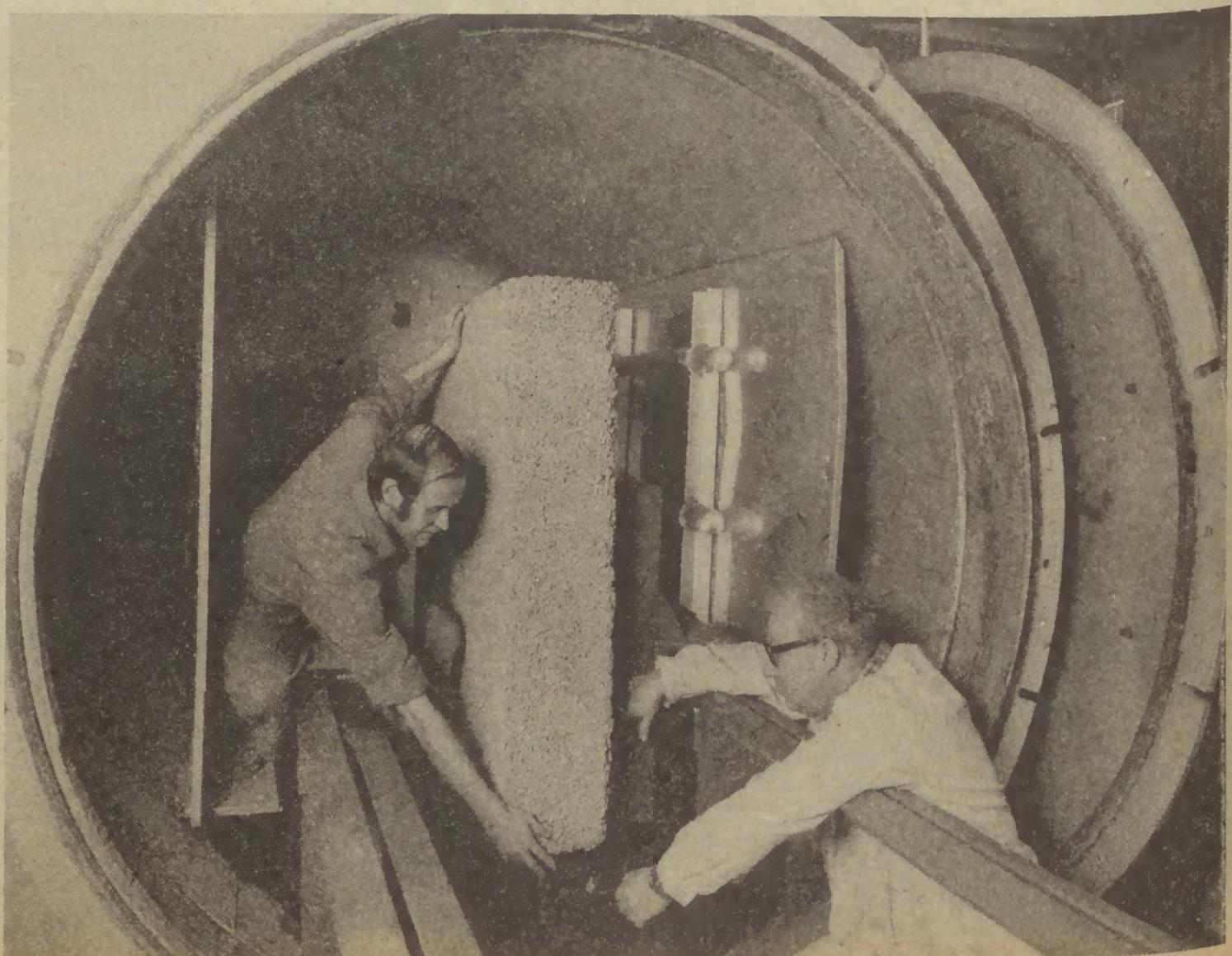


sárias à execução dos projectos próprios das instituições de I&DE (garantia de financiamentos fechados).

Por outro lado, mostra-se também indispensável, para permitir a execução de projectos e a prestação de serviços em condições e a um ritmo adequados, rever as regras a cumprir para a realização de despesas e o respectivo controlo. No que respeita à

remuneração do trabalho, afigura-se importante definir esquemas adequados de adaptação das remunerações percebidas à qualidade e quantidade do trabalho prestado.

Finalmente, importa tornar as instituições autónomas para a contratação de pessoal especializado dentro dos limites orçamentais que lhes são fixados. ■



■ Jerónimo de Sousa

# Opções de classe do Governo são obstáculo ao progresso social

O debate realizado durante a discussão das Leis do Orçamento e das GOP permitiu constatar diferenças substanciais entre as grandes afirmações e promessas que são servidas pelo Governo à comunicação social e a realidade.

No discurso de apresentação a novidade não foi tanto as profissões de fé aos postulados neo-liberais.

Num esforço de aproximação do rigor técnico e gestor que lhe são caros, o ministro das Finanças, mais sóbrio que o ministro do Emprego, demonstrou com cautelas e rigor que este não é um Orçamento para corrigir as desigualdades sociais existentes na sociedade portuguesa.

E não foi novidade, mas permitiu uma certa clarificação constatar que o Governo tem o entendimento de que o denominado acordo económico e social não é um instrumento com dimensão social mas antes um sustentáculo da sua política económica, da sua estratégia de liberalização e des-

regulamentação.

A participação de rendimentos do trabalho na repartição do rendimento nacional é perspectivada na regressão contínua. A intenção governamental de aumentar salários médios de 13,5% enquanto se prevê um aumento de 14,4% do PIB é reveladora

de que não serão os trabalhadores a beneficiar da riqueza produzida. Reconhecendo isso com expressões cautelosas, o ministro das Finanças brandiu o argumento dos níveis de desemprego. Na sua esteira seguiu o ministro do Emprego e Segurança Social. Com tanta aparente convicção que nem reparou na qualidade dos números nem na qualidade dos empregos. E para um país que precisa,

como pão para a boca, de se modernizar não pode ter precarização e os baixos salários como comando social.

## O trabalho como mera mercadoria

Porque a precarização é um meio permissivo às desigualdades sociais dificulta a qualificação profissional, porque o emprego se precarizou enormemente neste período, que facilmente se transforma em desemprego. Para os trabalhadores portugueses as perspectivas que se abrem são de desemprego ou de mau emprego. Para o Governo o trabalho tem a dimensão de mera mercadoria a ser paga pelo que produz e abaixo do valor que produz sem mais qualquer compensação, segurança e estabilidade. Por isso, no «acordo económico e social» o que é em si prioritário é a alteração à Lei dos Despedimentos, do *lay-off*, o alargamento do período experimental, as reformas compulsivas.

Mesmo em relação aos horários de trabalho a par de uma tímida redução, dá à entidade patronal a possibilidade da gestão dos tempos. Com um decreto reduziu-se o horário de trabalho para as 44 horas. Com outro o Governo quer sujeitar os trabalhadores a horários de 10 horas diárias e 50 horas por semana. Mas também neste debate se provou que o alarido feito em torno da redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho constituiu uma mistificação e mera operação de propaganda. Há redução mas não é para todos, disse o ministro das Finanças. Beneficiários primeiros da redução serão os lucros. De fora ficarão grande parte dos trabalhadores e os consumidores. As famílias de fracos recursos com rendimentos de 80 ou 90 contos/mês e que já pouco ou nada podem pagar, hão-de constatar que o dito desagravamento, na melhor das hipóteses, será de 1700 e 300\$00. Mas a partir daqueles baixos níveis de rendimento familiar, todos os trabalhadores pagarão mais IRS em 1991, destacando-se de forma mais pesada o agravamento nos rendimentos familiares entre 175 e os 235 contos.

## Acentuar das dificuldades

A fim de procurar esbater os efeitos nocivos da sua política social e as medidas mais duras e negativas constantes do «Acordo Económico e Social», o Governo anunciou a transferência de 70 milhões de contos do OE para o Orçamento da Segurança Social e considera que o aumento das reformas e pensões e do salário mínimo nacional são uma espécie de milagre da multiplicação dos pães por si realizado.

No entanto, a ser cumprida pelo Governo a Lei n.º 28/84, os encargos com a pensão social, o regime fracamente contributivo, a acção social, entre outros, deveriam ser suportados pelo OE.

Quer isto dizer que se tivermos em conta só os 54,6 milhões de contos inscritos no OSS para a acção social mais a verba previsível para as pensões sociais, conclui-se que o Governo deu com uma mão e tirou com a outra.

Um outro dado sonogado e silenciado pelo Governo é o de que só em contribuições vão entrar 861 milhões de contos, enquanto as prestações da Segurança Social se quedarão nos 795 milhões de contos.

Se forem acrescidos os saldos verificados no OE de 90, demonstra-se que afinal os aumentos das reformas e pensões, ainda aquém dos 55% do salário mínimo nacional (o que contaria a recomendação da OIT ratificada pelo Estado português), não constituem nenhuma obra miraculosa do Governo, que era e é possível e viável ir mais longe na reparação da justiça a centenas de milhar de portugueses que nas estatísticas nacionais e comunitárias ainda se situam no número dos que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Não conseguiu o Governo explicar a aparente contradição entre o crescimento económico verificado e a acen-tuação das desigualdades sociais e o surgimento de novas bolsas de pobreza.

Ao ouvir as longas citações de Adam Smith, pronunciadas pelo ministro Beleza, recordamos uma expressão de um conhecido desiludido do neo-liberalismo: considera Altman que este limita-se a alimentar uma atmosfera conservadora sem ideias, um crescimento sem objectivos, uma Europa sem alma; que visa animar alguma embaraçosa regulamentação social, apoderar-se dos sectores controlados pelo Estado, para, por fim, pôr o tesouro público ao serviço das empresas privadas.

A expressão pode parecer excessiva se transportada e aplicada à nossa realidade.

Mas quando, na escalada privatizadora em curso, se sacralizam as indemnizações aos antigos monopolistas e se omite a ofensiva contra os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores nas empresas privatizadas, quando no quadro do acordo económico e social, o que vai cair na Assembleia da República como prioridade será um novo pacote laboral, trazendo à cabeça as alterações à Lei dos Despedimentos, quando a precarização do vínculo laboral constitui a estrela polar das relações de trabalho, quando no quadro da União Económica e Monetária as GOP privilegiam a integração financeira em detrimento da convergência e da coesão económica e social, o que fragiliza as teses expostas pelo ministro do Emprego e Segurança Social, surge à evidência que este Governo não pode nem quer valorizar o trabalho na sua dimensão humana, social e participativa, nem dar combate às desigualdades sociais que existem na sociedade.

Não pode nem quer porque tem uma opção política e de classe inequivocamente vertida nas duas propostas em apreço.

Não tem o Governo, por isso, condições para realizar a política de modernização e de progresso social que o País necessita. ■





### Custos... 1

Uma organização norte-americana de defesa dos consumidores (a «Public Citizen») calcula que a guerra do Golfo vai custar a cada família média dos EUA (agregado de quatro pessoas) pelo menos 2624 dólares, ou seja o equivalente a 360 contos.

Não é muito, considerando a fatura do país em causa e a filosofia do desperdício que, ali, encontrou a sua expressão máxima em toda a história da Humanidade. Os custos mais difíceis de suportar serão outros, como aliás os EUA sabem por experiência própria — os dos mortos que assombrarão a generalidade das famílias, médias ou não. Aí o consumidor já passou a consumido, sendo improvável que alguma «organização de defesa» consiga, nessa altura, alguma audiência para as suas aritméticas...

### Necessidades

Acerca da guerra do Golfo, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Douglas Hurd, afirmou que os objectivos britânicos na guerra «não iam além do mandato da ONU», mas afirmou que o seu país está disposto a manter uma presença prolongada no Golfo, em «caso de necessidade». E acrescentou: «O futuro do Médio Oriente tem de ser decidido pelas nações árabes e não pela Grã-Bretanha e Estados Unidos». Então para quê «uma presença prolongada no Golfo»?

### Pobrezas

O ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, deslocou-se a Aveiro para assinar dois protocolos no âmbito da luta contra a pobreza no Distrito, assinados entre o seu ministério e duas instituições de solidariedade social, informando que o montante dispendido na segurança social abrange cerca de 210 000 utentes e representa uma despesa *per capita* de 86 contos (um balúrdio!). E acrescentou que «nunca em Portugal se fez um esforço tão intenso e deliberado na luta contra a pobreza». Em relação ao Portugal de Abril, também nunca se fez tanto para alargar essa pobreza, o que faz deste Governo uma espécie de bombeiro pirómano...

### Expulsões

Enquanto quatro jornalistas da televisão francesa FR-3 são

# Pontos Cardeais

seus ataques ao governo americano, referindo o facto de o jornalista «ter sido casado com uma vietnamita, irmã de um guerrilheiro viet». Enquanto Arnet, logo no início do conflito, concretizou, juntamente com todos os jornalistas presentes em Bagdad no início dos bombardeamentos, a campanha de propaganda pretendida pelos dirigentes norte-americanos de que o ataque estava a ser «cirúrgico e fulgurante», ninguém se lembrou que o homem tinha sido casado com uma vietnamita nem se considerou que alguém estava em «zona militar reservada». Entretanto os EUA, à falta de conseguirem expulsar os iraquianos, tratam de pôr na rua os jornalistas...

### Combustíveis

Um tratado ratificado o ano passado entre a Austrália e a Indonésia entrou em vigor no domingo passado, entregando a uma empresa conjunta a exploração das reservas de petróleo e gás natural do mar de Timor, território sob administração portuguesa que a Indonésia ocupou violentamente, desencadeando o extermínio maciço do povo maubere. Dado a questão envolver petróleo, aguarda-se a reacção da força multinacional que actua no Golfo a mais este

atentado às «reservas mundiais estratégicas» do precioso combustível.

### E os preços baixaram mesmo!

Entre Outubro e Dezembro do ano passado os preços dos transportes públicos entre Ovar e Furadouro aumentaram 60 por cento. Numa população onde os rendimentos não são altos e as carreiras de autocarros são muito necessárias todos os dias (e onde, sobretudo nas horas de ponta, o serviço prestado pelas transportadoras deixa muito a desejar), estes aumentos não podiam deixar de levantar uma onda de protestos. Como é habitual onde o protesto é justo, os comunistas e os eleitos da CDU juntaram-se a outros populares e dinamizaram algumas acções para dar conta do descontentamento. Um abaixo-assinado foi entregue às autoridades locais e centrais. A movimentação nos órgãos autárquicos levou à convocação de uma reunião da Câmara Municipal de Ovar para discutir o assunto. Foram feitos contactos com as juntas de freguesia, com as empresas transportadoras... E os preços dos bilhetes baixaram mesmo.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

### Discurso oficial

Guerra? Que ninguém tema. Estamos bem, porque. Não, não há problema. A menos que...

Guerra? Que ninguém tema. Tudo óptimo, a fim de. Não vai haver problema. Isto, é claro, se...

Guerra? Que ninguém tema. Temos firmes esquemas. Não haverá nenhum problema... se não houver problemas.

### A imagem

Entre nuvens de moscas e de incensos o professor Cavaco, erguendo a vara, junta os ministros. Não é coisa rara mas tinham desta vez um rol extenso.

Não reinava no ar um clima tenso embora a guerra ceife a louca seara. Estava o governo ali somente para cuidar da sua imagem. Pois eu penso

que se Cavaco nisto bem se apura será uma terrível aventura e quem a vai pagar seremos nós.

Já viram o imenso dinheirão preciso pra gastar só no zarcão no rouge, no baton, no pó de arroz?...

### A saúde do país doente

Já ouvimos dizer: «Quem quer saúde, paga-a...» É a forma de estar de uma qualquer serpente. O que puder pagar, será um bom doente porém se não puder, esqueça a sorte aziaga... Assim os capitais, que só acham virtude nos negócios que dão uns juros de raiz logo entram na função, e por todo o país, sonham com hospitais e casas de saúde. Lá vão eles, lá vão, milhões após milhões. Recuam afinal. A coisa está tramada. Perspectivas vão mal. A saúde privada é um luxo que não compensa as ilusões. — Pelo menos — me diz aquele financeiro — até fazer deste país o hospital da CEE...

### À deriva

O que segue (atenção!, podia dizer mais...) não o digo eu, não: são coisas que respigo dos jornais.

A indústria não tem vida festiva. Vai à deriva, vai à deriva...

A agricultura é pouco lucrativa. Vai à deriva, vai à deriva...

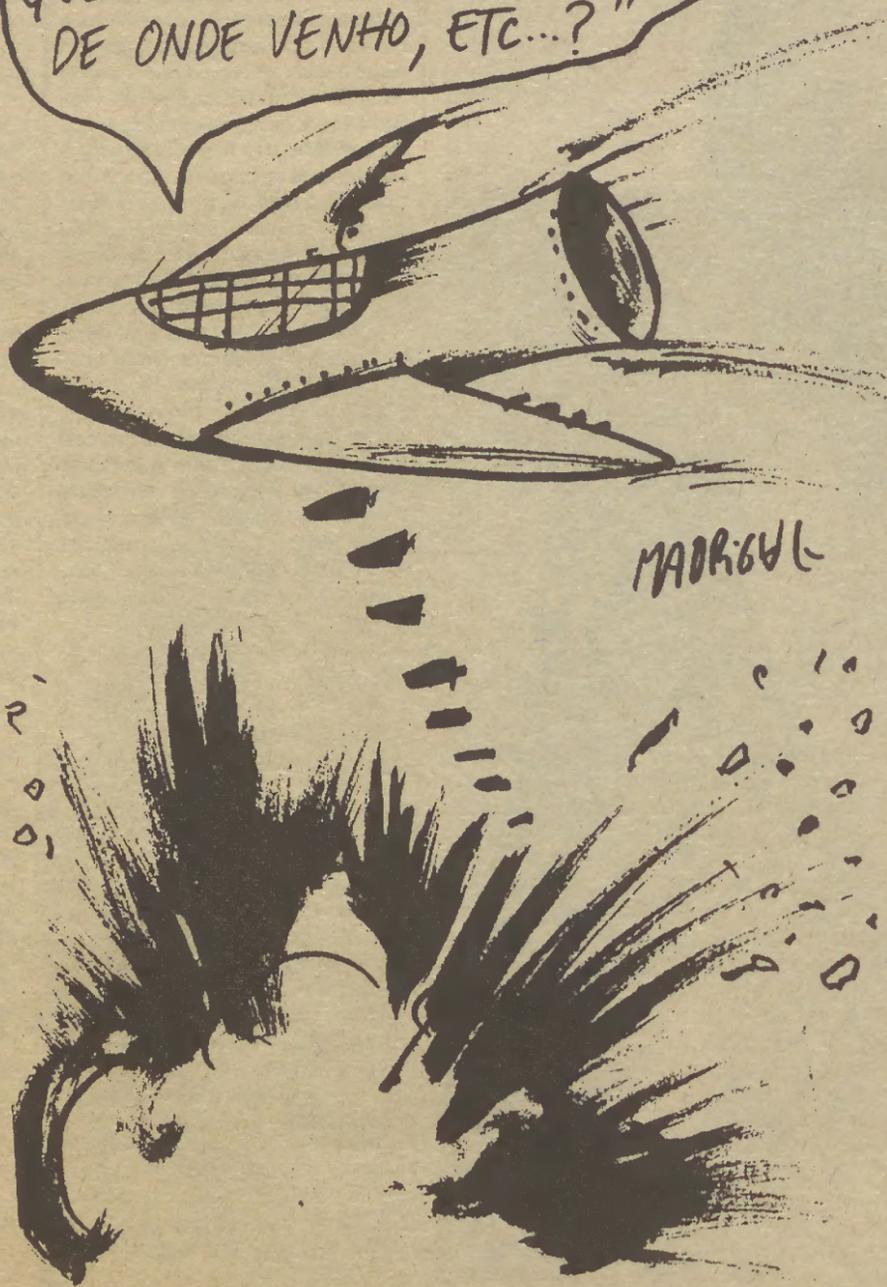
A economia é coisa aflitiva. Vai à deriva, vai à deriva...

A política monetária laxativa vai à deriva, vai à deriva...

... Estou a perceber nesta engrenagem porquê Cavaco quer cuidar da sua imagem.

Sem resultado. Enjoativa vai à deriva, vai à deriva...

-PERGUNTO-ME ALGUMAS VEZES:  
"QUEM SOU EU?, ONDE VOU?  
DE ONDE VENHO, ETC...?"



## A paz é possível. A paz é necessária

# Contra a guerra, pelo diálogo um forte movimento cívico em Portugal

**Sim à Paz, Não à Guerra** — em todas as regiões do nosso país o sentimento desenvolve-se através de iniciativas que se multiplicam, envolvendo cidadãos e organizações. O fim das hostilidades e a solução negociada para a grave situação que se vive no Golfo são exigências que se fazem ouvir. E que cada vez mais mobilizam forças e vontades. A Paz é possível. É necessária.

### Artistas

O gabinete de Imprensa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) divulgava há dias o documento enviado aos órgãos de soberania do Estado português, à delegação da ONU em Portugal e aos embaixadores credenciados em Lisboa dos EUA, Reino Unido, França e Iraque, em que um significativo leque de artistas portugueses pede o fim da guerra e a concretização de solução negociada para a guerra do Golfo. O «apelo humanitário» recolheu, em muitas outras, as assinaturas dos **escritores** — João de Melo, José Saramago, Luís Francisco Rebelo, Natália Correia, Orlando da Costa e Urbano Tavares Rodrigues; dos **encenadores** — Fernanda Lapa, Mário Jacques, Mário Feliciano e Mário Viagas; dos **actores** — Fernando Pereira, Margarida Carpinteiro, Mário Jacques, Paula Guedes, Raul Solnado, Rogério Paulo e Rui Mendes; dos **cenógrafos** — António Casimiro e Mário Alberto; dos **escritores** — Jorge Vieira, Noémia Cruz e Virgílio Domingues; dos **pintores** — Luís Ralha e Teresa Dias Coelho; e dos **músicos** — Carlos Alberto Moniz, Carlos Mendes, Carlos Paredes, Fausto, Lopes-Graça, Janita Salomé, Jorge Peixinho, Júlio Pereira, Maria Guinot, Paulo de Carvalho e Rosa Ventura.

### Bragança

Um abaixo-assinado, a ser enviado aos órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República e Governo) e também às Embaixadas dos Estados Unidos, Reino Unido, França e Iraque, está a recolher assinaturas no distrito de **Bragança**, Trás-os-Montes.

A iniciativa partiu de um grupo de personalidades de **Bragança** e **Mirandela** e recolheu adesões em vários concelhos do distrito.

Entre os subscritores contam-se eleitos em órgãos autárquicos, quadros técnicos, professores, dirigentes sindicais e partidários, dirigentes de associações e colectividades, entre as quais a Eng.ª Maria do Loreto, Arquitecto Albino Mendo, Dr. Vítor Bravo, Dr.ª Eduarda de Carvalho, os dirigentes sindicais dos professores Alcino Soares (também Presidente da Junta de Freguesia de Vales), Alice Susana, Alfrédina Assis, Manuela Baptista e Adelaide Pinto Soares, dirigentes sindicais (Vítor Neto, Álvaro Borges) e ainda responsáveis partidários (Serafim Brás, Alcides Pinto, José Prudêncio, Vítor Martins e Cassiano Ruano).

### Braga

Também recentemente e correspondendo ao apelo da União dos Sindicatos de **Braga**, cerca de duas centenas de pessoas, na sua maioria jovens, concentraram-se junto ao coreto da Avenida Central, exigindo o fim da guerra no Golfo e o retomar de negociações entre as partes envolvidas no conflito, sob a égide da ONU, para que seja alcançada a paz.

Lembrando as posições da Igreja segundo as quais a guerra não vai conduzir a uma solução adequada para os problemas internacionais e de que, além de muitas vítimas, cria situações de injustiça incontroláveis, Adão Mendes, coordenador da U.S.B. e da Comissão Executiva da CGTP-IN, referiu-se a algumas atitudes hostis de que foram alvo alguns activistas sindicais, na preparação desta iniciativa, condenando «os que advogam a guerra para alcançar a paz». «Mas que paz?... a da supremacia de uns sobre outros?... A da lógica instalada de que a guerra era inevitável como a CNN faz crer?...» — interrogou aquele dirigente sindical.

Ainda na sua intervenção, e enquanto decorria um abaixo-assinado pelos manifestantes a condenar as atrocidades da guerra e a exigirem o seu fim, Adão Mendes lançou um apelo à necessidade de realização de uma nova e grande iniciativa de condenação da guerra no Golfo. «Tudo faremos para envolver o maior número de personalidades e instituições para que a iniciativa vá mais longe», concluiu.

### Setúbal

Profundamente preocupados com o desencadear da guerra no Golfo e as suas graves consequências para a região e o Mundo inteiro, quadros técnicos e intelectuais do distrito de **Setúbal** juntam a sua voz a prestigiadas personalidades do país tais como Álvaro Salazar, Álvaro Siza Vieira, Armando Alves, Artur Ramos, Eugénio de Andrade, José Rodrigues, Júlio Resende, Natália Correia, Óscar Lopes, Rogério Paulo, Teresa Santa Clara Gomes, apelando humanitariamente para o urgente fim das hostilidades militares e para uma solução negociada que assegure uma Paz justa e duradoura no Médio Oriente.

O documento de Setúbal recolheu numerosas assinaturas, entre as quais as de professores, advogados, técnicos, actores, médicos e outro pessoal de Saúde, engenheiros, sociólogos, etc.

### Lisboa

A recente iniciativa da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) subordinada ao tema «o PCP na luta social. Não ao Pacote Laboral» aprovou uma moção sobre o Golfo que refere:

**Considerando:**

1. — Que nenhuma mistificação pode esconder a trágica evidência de que o Mundo está perante um dos maiores e mais perigosos conflitos depois da Segunda Guerra Mundial.

2. — As enormes destruições materiais e sacrifícios de vidas humanas produzidas pelos bombardeamentos maciços no Iraque em zonas urbanas e densamente povoadas e os graves reflexos económicos e ambientais do conflito.

3. — Os interesses vitais dos povos e da humanidade.

— Militantes do PCP, reunidos no dia 2 de Fevereiro nas instalações sociais da Junta de Freguesia de Alcântara para examinar a situação social e as acções a encetar contra o Pacote Laboral, decidem:

1.º — **Juntar a sua voz e vontade aos que, em Portu-**

### Mulheres comunistas do distrito de Beja

«Amamos a vida, amamos a terra onde nascemos ou vivemos. Cabe-nos intervir.»

Reunidas dia 3 de Fevereiro de 1991, mulheres comunistas do distrito de Beja alertam: queremos fazer chegar a mensagem que transporta o nosso sentir e as nossas preocupações sobre o momento que estamos a viver. Temos o sentimento da urgência do fim da Guerra e da procura de uma solução política negociada.

Preocupamo-nos com as repercussões da utilização de armas químicas e bacteriológicas nesta região e no mundo.

Numa Guerra não há vencedores nem vencidos, a morte, o sofrimento constituirão o saldo para a Humanidade.

Deles testemunharam tristemente os 50 milhões de mortos, os milhares de mutilados, os milhares de órfãos, da Segunda Guerra Mundial.

Contra este perigo nos pronunciamos, ao lado de

aceitação de que só através dela os conflitos se resolvem.

Cabe-nos dar resposta, através do nosso protesto, das mais variadas formas em defesa da Paz. Apelamos às mulheres do nosso distrito para que se juntem a nós para fazer chegar o eco da nossa indignação.

Exigimos a garantia da proibição de trânsito e estacionamento de armas nucleares na Base de Beja.

Somos contra a construção da Estação de Rastreamento de Satélites em Almodôvar.

Não queremos ver os soldados portugueses partir para a Guerra do Golfo.

Exprimimo-nos contra a guerra, pela alegria de viver, pela amizade, pelo futuro e pela paz.

### Dirigente do PCP fala da Guerra do Golfo

«A Guerra do Golfo é cada vez mais uma guerra desencadeada pelos Estados Unidos e está actualmente no centro de

região, desde a tendência agressiva da concentração de forças militares a reboque dos Estados Unidos até a necessidade de resolver em definitivo e com justiça palestina, no âmbito, designadamente, de uma Conferência Internacional, num meandro de outras vertentes tais como a problemática do islamismo e as contradições entre os estados árabes. Aos olhos da opinião pública, hoje, a guerra está e estará para durar, implicará muitos mais milhares de vidas de ambos os lados da contenda, e, a manter-se, acabará na destruição do Iraque como país, deixando cruelmente para trás a propagandada operação cirúrgica que via satélites e TV nos quiseram fazer acreditar, comentou.

No encontro foi reafirmada a solidariedade do Partido Comunista Português com o crescente movimento de opinião pública pela paz, contra a guerra, o qual, no distrito de Setúbal (que participou com milhares de presenças no desfile em Lisboa do dia 26 de Janeiro) se traduziu já numa vigília no **Samouco** (concelho de Alcochete), um Concerto pela Paz em **Sines** e um Encontro de Jovens Estudantes em **Setúbal**.

A reunião de professores comunistas, que teve lugar no Centro de Trabalho do Concelho de Almada do PCP, foi preparatória do Encontro Nacional de Professores Comunistas, a realizar em 23 e 24 de Fevereiro no Instituto Superior Técnico de Lisboa.

### Aveiro

A DORAV (Direcção Regional de Aveiro) do PCP divulgou no passado dia 9 uma breve nota sobre «o conflito no Golfo Pérsico», onde se salienta a dado passo:

«A gravidade dos desenvolvimentos ocorridos, com o constante avolumar das mortes e destruições, as novas ameaças de alargamento do conflito e a aproximação das grandes batalhas terrestres colocam como exigência aos comunistas e a todos os democratas a necessidade de um maior empenhamento nos esforços em prol da paz.

«Há que dizer não à guerra! Há que recusar o papel de assistentes passivos de um espectáculo noticioso manipulado e censurado! Isto porque, em cada hora que passa, bens e recursos são destruídos, vidas humanas são ceifadas, assim hipotecando o futuro da humanidade.

«Queremos o fim da guerra. Queremos acima de tudo que Portugal não seja envolvido num conflito para o qual alguns nos querem empurrar. E o nosso país, pouco a pouco, está sendo envolvido — que o digam as populações da zona da base aérea de Cortegaça/Maceda que podem constatar o aumento do movimento naquela base nos últimos tempos.»



gal e no Mundo, reclamam o fim da guerra:

2.º — **Insistir na exigência do não envolvimento de Portugal no conflito e na necessidade do Governo se empenhar numa solução de paz:**

3.º — **Incluir na sua luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, acções pelo fim da guerra:**

a) **A vigilância activa para que, a pretexto das consequências da guerra, o Governo e o patronato não intensifiquem a sua ofensiva contra os trabalhadores;**

b) **O esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores para todas as acções que visem o fim da guerra, e a instauração duma paz duradoura no Médio Oriente.**

4.º — **Protestar contra a forma como a Comunicação Social tem tratado mistificatoriamente o conflito do Golfo, valorizando a lógica de guerra e ocultando a brutal perda de vidas humanas e forte corrente de opinião mundial para pôr fim à guerra.**

milhares de mulheres representantes dos mais variados sectores em todo o Mundo.

Fazemos um apelo à unidade de todas as mulheres em torno da exigência, de que os gastos com a guerra sejam transferidos para a saúde, para a cultura, para melhores condições de vida, para a felicidade das gerações presentes e a segurança das gerações futuras.

Proclamamos que a comunicação social cumpra o seu importante papel de divulgação dos ideais da Paz. Cabe-nos exigir dos órgãos do poder a definição e aplicação de uma verdadeira política de educação, virada para o desenvolvimento do espírito, da convivência e coexistência pacífica, baseada no respeito pela identidade de cada povo.

Divulgar jogos de guerra pela televisão é banalizar a violência, é preparar as consciências para a inevitabilidade da guerra e para a

## Parlamento Europeu

# A Cimeira de Roma vista pelo PE

**Entendemos dever sublinhar que quaisquer avanços no domínio da União Económica e Monetária deverão ter como pressuposto a convergência real das economias e não apenas uma convergência nominal, relativa a alguns domínios da economia, como os preços, os equilíbrios orçamentais e as balanças de pagamentos** - afirmou recentemente o eurodeputado Joaquim Miranda, ao intervir no Parlamento Europeu na discussão conjunta sobre a reunião do Conselho Europeu de Roma e das Conferências Intergovernamentais para a União Política e a União Económica e Monetária.

Na sessão plenária de Janeiro o PE aprovou uma resolução sobre a Cimeira de Roma em que deplora a falta de credibilidade da Comunidade no seu conjunto aquando da crise do Golfo e «expressa a sua indignação pelo facto de as intenções manifestadas no Conselho Europeu não se terem concretizado numa unidade de acção». O texto salienta a «necessidade e a urgência» de uma política estrangeira e de segurança comum, dotada de um sistema comunitário de tomada de decisões, eficaz e responsável, que actue no espírito dos objectivos definidos em Paris na última Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

O que a resolução não lamenta nem condena é o recurso à força na crise do Golfo e a incapacidade comunitária para contribuir para uma resolu-

ção pacífica do conflito. Questões referidas, entre outras, na proposta de resolução apresentada pelo Grupo Coligação de Esquerda, que o plenário viria a rejeitar, a favor de um texto medianamente crítico que acaba por aprovar «as declarações do Conselho sobre os problemas do Médio Oriente» e exigir «a solidariedade de todos os Estados membros a fim de se obter oportunamente a convocação de uma Conferência Internacional sob a égide das Nações Unidas» e reclamar «a definição de uma política comum para toda a região mediterrânica dotada dos meios políticos e financeiros que permitam fazer face à situação actual».

Não se esclarece o que se entende por **oportuna-**mente, o que poderá remeter uma vez mais para as calendadas uma iniciativa global de paz, nem se apontam linhas

de orientação para a tal **política comum**. Tudo suficientemente vago para poder ser aprovado sem comprometer ninguém em acções concretas.

Por isso mesmo, na sua intervenção, Joaquim Miranda criticou o Conselho de Roma de não ter estado à altura dos acontecimentos, sublinhando as ambiguidades e contradições - que o PE viria a partilhar - que prefiguraram o total seguidismo, no tocante à crise do Golfo, e Conselho e da própria Comunidade relativamente aos Estados Unidos.

Como fez notar o nosso camarada, «a Comunidade perdeu, uma vez mais, uma oportunidade de se afirmar com propostas e iniciativas autónomas, as quais deveriam neste caso consubstanciar um posicionamento contrário ao da "lógica de guerra", desde o início da crise imposta pela administração norte-americana».

Também no respeitante às conferências intergovernamentais a falta de clareza e objectividade nas decisões tomadas pelo Conselho de Roma foi a nota dominante. Pelo que Joaquim Miranda voltou a chamar a atenção para a necessidade de uma efectiva concretização da coesão económica e social, o que exige «novas políticas e novas medidas - nos

domínios social, energético, ambiental, dos transportes e outros - e novos e reforçados meios financeiros».

Como fez notar, os avanços no domínio da União Política e da UEM reclamam «sensíveis e urgentes alterações ao nível institucional, que assegurem uma efectiva associação dos parlamentos nacionais à vida comunitária e o reforço dos poderes do PE - conjugados com uma real participação dos trabalhadores e suas organizações - de forma a garantir-se um verdadeiro controlo democrático das políticas e acções a desenvolver».

Ora não foi esse o sentido das conclusões do Conselho de Roma, onde uma vez mais se sublinham os avanços referentes ao mercado interno e à livre circulação de capitais, e se constata os atrasos no que respeita à livre circulação de pessoas e, no geral, à dimensão social.

A própria resolução aprovada no PE reconhece pois, apesar de registar o que considera ter sido a «importância conferida à dimensão social da construção europeia», salienta a «urgência das medidas previstas no programa de acção relativo à aplicação da Carta Social para a melhoria e o progresso das condições de vida e de trabalho de todos os cidadãos comunitários».

## Violação às resoluções da ONU

«O que pensa fazer a Comunidade para promover iniciativas autónomas para conseguir o fim do conflito armado?», foi a pergunta feita a semana passada pelo eurodeputado do PCP e vice-presidente do Grupo Coligação de Esquerda, Joaquim Miranda, na sessão plenária extraordinária do Parlamento Europeu em Bruxelas, para análise da situação no Golfo.

Joaquim Miranda, que criticou o alinhamento com os Estados Unidos manifestado até agora pelos Doze, alertou para o novo perigo que se perfila no horizonte: «Temos indícios da vontade dos Estados Unidos (veja-se as recentes declarações de responsáveis da administração Bush) de violar as resoluções da ONU, as mesmas resoluções que serviram de pretexto para o desencadear do conflito. Washington anuncia que as tropas americanas permanecerão na região após o fim da guerra». A verificar-se tal facto, «qual é a posição da Comunidade, e nomeadamente do Parlamento Europeu, face a esta intenção manifestada por Washington?» perguntou o deputado comunista. E a verdade é que a Comunidade ainda não respondeu à questão.

Ainda por esclarecer está também a decisão dos ministros dos Negócios Estrangeiros, a que fizemos referência na semana passada, de «congelar as relações com a OLP e o seu dirigente Yasser Arafat». A propósito, Joaquim Miranda salientou que «os membros do Parlamento Europeu devem ser informados sobre esta questão e se tão perigosa decisão for confirmada, é necessário que o Conselho explique as suas razões». Também o eurodeputado Sérgio Ribeiro manifestou a sua preocupação sobre esta matéria, pedindo por escrito esclarecimentos ao Conselho das Comunidades Europeias.

## Cooperação com Israel

A anunciada decisão da Comunidade de retomar e reforçar a cooperação com Israel provocou perplexidade em muitos dos eurodeputados. O nosso camarada Sérgio Ribeiro, juntamente com outros elementos do Grupo Coligação de Esquerda, decidiram apresentar uma pergunta à Comissão sobre esta matéria, seguida de debate oral, na sessão plenária do PE na próxima semana.

No texto apresentado, recorda-se que há um ano a Comissão decidiu, no seguimento de uma resolução aprovada no PE em 18 de Janeiro de 1990, «congelar parcialmente a cooperação científica com Israel» como forma de pressão para a reabertura de todas as universidades palestinianas encerradas desde 1988. Este facto torna ainda mais incompreensível a decisão da Comissão em retomar, sem aviso prévio ao Parlamento, a cooperação com Israel. Com a agravante, como fazem notar os deputados da Coligação de Esquerda, de as violações dos direitos do homem, e em particular os consagrados pela IV Convenção de Genebra, se terem acentuado desde o início do corrente ano e as universidades palestinianas, cuja reabertura foi várias vezes anunciada pelos ocupantes israelitas, permanecerem encerradas.

Face a esta situação, os deputados exigem esclarecimentos sobre as razões para a súbita decisão de reatar a cooperação com Israel, quando nenhuma das condições que levaram à sua suspensão foi até ao momento alterada.

## Investimentos em Portugal

Segundo informações vindas a público, o investimento a efectuar em Portugal, conjuntamente, pelas multinacionais FORD e VOLKSWAGEN, da ordem dos três mil milhões de dólares, estará em larga medida dependente de uma participação comunitária a atribuir ao nosso país, no quadro dos incentivos que o Governo português deverá conceder àquelas empresas para a concretização do empreendimento.

Dada a falta de esclarecimentos sobre o assunto, o deputado Joaquim Miranda questionou a Comissão das Comunidades sobre «os contactos e negociações já efectuados com o Governo português» relativamente a este assunto. O deputado interroga ainda sobre «a disponibilidade da Comissão para concretizar uma tal participação» e, a concretizar-se esta, se será realizada no «âmbito do Quadro Comunitário de apoio aprovado (aumentando o respectivo montante global ou eliminando projectos que actualmente o integram)».

## Despedimentos de árabes

Algumas empresas de serviços de limpeza em edifícios das instituições comunitárias têm vindo a efectuar despedimentos e discriminações diversas contra trabalhadores árabes, desde o início da guerra do Golfo. A situação foi já denunciada por sindicatos e órgãos de informação, sem que no entanto os organismos comunitários tenham tomado posição sobre o assunto. Em pergunta à Comissão, Joaquim Miranda pediu esclarecimentos, com a urgência possível, sobre tais factos, bem como sobre as «medidas adoptadas ou a adoptar com vista a pôr termo a tão flagrantes e condenáveis violações dos direitos de tais trabalhadores».

## Plano TVG para Portugal

O Plano Global Europeu para o TVG (transportes de grande velocidade), recentemente aprovado, não teve em conta as posições do Parlamento Europeu e as opiniões expressas publicamente sobre a matéria no referente a Portugal, fazendo depender exclusivamente via Madrid a ligação Portugal-França do TVG.

Na opinião do eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, «as vias TVG Madrid-Entroncamento-Lisboa/Porto não servem o desenvolvimento de um país periférico como Portugal, designadamente o seu interior, nem serão as mais rentáveis económica e socialmente em termos de mercadorias e passageiros». Por essa razão, aquele deputado pediu à Comissão para que informasse sobre os critérios e as razões que levaram a tal opção e se a CP-EP foi consultada.

# Agricultura e ambiente

A Comissão da Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu aprovou no final da semana passada o projecto de relatório a cargo de Joaquim Miranda relativo à introdução e manutenção de métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção do ambiente, bem como à preservação do espaço natural.

O relatório, cujo texto final será apresentado na próxima semana na sessão plenária do PE, tem como principais objectivos combater a poluição das águas e dos solos provocada por produtos utilizados na agricultura; impedir a degradação dos solos, devida quer à erosão quer ao abandono da actividade agrícola; contrariar a tendên-

cia para a acidificação do ar, provocada pelas descargas de produtos poluentes; corrigir as modificações da paisagem, que têm levado ao desaparecimento de espécies da flora e da fauna, fruto do despovoamento ou do repovoamento florestal inadequado, entre outras razões; intervir para evitar a diminuição do potencial e da diversidade

genética das espécies animais e vegetais.

Consciente dos problemas ambientais no sector da agricultura, o PE pretende, com esta iniciativa, contribuir para uma revisão da Política Agrícola Comum no sentido de uma melhor integração das preocupações relativas a uma agricultura compatível com o ambiente.

## Terra

# Discutindo documentos preparatórios CNA prepara Congresso

A CNA está a preparar o seu Congresso — V Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores Portugueses que se realiza na Aula Magna da Universidade de Lisboa, no dia 24 de Fevereiro de 1991. Entre os documentos preparatórios está em distribuição, pelas Associações e organizações da lavoura participantes, um projecto com uma dúzia de reclamações urgentes dos agricultores portugueses.

Travar a baixa dos preços dos produtos agro-pecuários e florestais que está a verificar-se, proteger, no máximo possível, o mercado nacional da importação de produtos estrangeiros, fazendo aplicar sempre que necessário os Mecanismos Complementares de Troca e outras medidas cautelares protetores da nossa produção e fixar o subsídio de

gasóleo num mínimo de 42\$50/litro com o pagamento em Maio do mesmo ano, são as três primeiras reclamações.

Estabelecer uma Linha de Crédito Agrícola com «plafonds» suficientes e uma taxa de juro de 10%, pagar os atrasados (prémios à produção, indemnização das intempéries, etc.), fazer o saneamento financeiro de cooperativas em

situação económica difícil, alargar as Indemnizações Compensatórias a todas as explorações agrícolas das regiões desfavorecidas (com mais ou menos de 1 hectare), independentemente do estatuto do agricultor e promover a defesa da Lei dos Baldios e apoio aos Conselhos Directivos, são outro conjunto de reclamações da CNA, que exige ainda:

Apoio técnico e financeiro dos serviços oficiais (elaboração de projectos, créditos, etc.) para um acesso fácil das explorações agrícolas familiares aos Regulamentos Comunitários, diferenciação das Ajudas para reestruturação e re-

conversão de culturas em função dos custos regionais das operações, e que se revalorize significativamente a reforma dos agricultores e familiares, e em especial a social e a de invalidez e se harmonize o seu regime de protecção na doença com o de outros trabalhadores, garantindo-lhes o apoio na doença a partir dos 3 dias e sem o limite máximo de um ano.

Finalmente exige-se o imediato restabelecimento do diálogo por parte do Ministério da Agricultura com a CNA, assegurando a sua presença no Conselho Nacional da Agricultura e no Conselho Económico e Social.

■ João Amaral

# A guerra deve parar!

Os dias decorridos desde que os Estados Unidos iniciaram as operações de guerra contra o Iraque permitem já testar as ideias-força que balizaram a situação.

É certo que na prática pouco ou nada se sabe do teatro das operações. Sobre a guerra, só é dito e mostrado o que as autoridades político-militares querem e deixam. Em vez de informação total e em directo, talvez se possa afirmar que nos tempos modernos nunca se soube tão pouco sobre uma guerra em curso. Nunca autoridades de guerra lograram orientar os fluxos informativos, como o está a fazer, de acordo exclusivamente com os seus interesses. Apesar deste quase «black-out» informativo que emerge da monumental encenação veiculada através da CNN, há o que não é possível esconder.

Desde logo e ao contrário do que foi propalado na manhã de 16 de Janeiro, tudo aponta para que, a manter-se, a guerra será mais longa e mais sangrenta. O tempo da guerra traz à superfície duas questões. Por um lado, evidencia as subidas de patamar nos objectivos dos Estados Unidos. Primeiro foi a defesa da Arábia Saudita. Depois a libertação do Kuwait. Agora é a própria sobrevivência do Iraque. Adivinha-se a seguir o controlo e policiamento da zona designadamente através da manutenção de corpos de Forças Armadas. James Baker chegou a dizê-lo nas Comissões de Relações Externas do Congresso, afirmando que a estabilidade «pressuporia, naturalmente, uma prolongada presença militar americana na região».

Analistas há que atribuem aos Estados Unidos um objectivo mais vasto. Fundando-se em declarações do próprio Presidente Bush que desde Agosto inseriu as operações no quadro de uma «nova ordem mundial», a guerra (e passo a citar) «representaria para a América a oportunidade de edificar um novo sistema de relações internacionais destinado a substituir o defunto equilíbrio bipolar da guerra fria». Um novo sistema dependente da «liderança americana», imposta pela violência de um castigo exemplar ao primeiro prevaricador que apareceu.

Nesta sucessiva subida de patamar, os fundamentos jurídicos e éticos da operação ficam a descoberto. Nem a defesa dos direitos humanos, de um povo como o do Kuwait, que antes da invasão vivia uma ditadura semifeudal; nem a garantia da aplicação das resoluções da ONU, que têm sido precisamente os Estados Unidos a desrespeitar com frequência (e de que é exemplo, na zona, o apoio a Israel e à ocupação dos territórios ou, fora da zona, o caso que tanto nos toca de Timor); nem a garantia de independência de um Estado, coisa que deveria merecer algum pudor referir num país que ainda há um ano invadiu o Panamá, numa operação que custou a vida a cerca de dois mil panamanianos, entre militares e civis.

Vistos à luz deste tempo de guerra, os 5 meses e meio decorridos desde 2 de Agosto foram o tempo de preparação da guerra, que os Estados Unidos erigiram em objectivo último, prosseguido com determinação. E sem folgas.

O embargo, com as «sanções mais duras e mais completas jamais impostas a um país» (como as qualificou Ignatio Ramonet, no Monde Diplomatique de Janeiro), foi deliberadamente abandonado, antes de ter tempo para produzir efeitos.

As frestas negociais que se abriam foram rapidamente fechadas, sem serem exploradas e desenvolvidas. A iniciativa francesa com que se concluiu o período de anteguerra obteve do Presidente Bush como resposta um rotundo não. Tratava-se de uma iniciativa de inegável significado. Foi o último esforço de um país europeu com uma larga história comum com países árabes. De um poderoso país europeu, membro da NATO, da UEO, da CEE. De um país que está na guerra. Alguém dirá aqui, na Assembleia da República, que se esperava que a iniciativa de um país como a França fosse tratada como o foi?

islâmico. Como era previsível, a rede de apoios e compromissos que as potências ocidentais encontravam na zona vai-se rasgando à medida que a opinião pública da região vai aumentando a sua pressão contra a guerra.

Refiro-me às posições assumidas na Tunísia agora já pelo Presidente Ben Ali; na Argélia, pelo próprio Presidente Chadli Benjedid; em Marrocos, onde o Rei Hassan II decreta o «dia de descanso» para o próprio dia da greve geral convocada pelas centrais sindicais; a juntar às posições já conhecidas da Líbia e Mauritânia, ao deslizamento da posição das autoridades iranianas, à pressão da opinião pública jordana e egípcia. Defrontando o Iraque no terreno militar, os Estados Unidos fazem emergir os sentimentos de orgulho e coesão de culturas milenárias tocadas pelo monoteísmo maometano. A guerra desenrola-se, para os Estados Unidos, sobre poços de petróleo; e para os árabes e islâmicos, sobre os lugares sagrados onde viveram e morreram os fundadores.

A prevenção tinha sido feita. Mesmo Franck Carlucci disse que «a guerra provavelmente criará mais problemas do que os que resolverá». Já foi escrito que os Estados Unidos

se colocaram com a guerra na posição de terem uma vitória militar incerta e longínqua mas uma derrota política certa e de curto prazo.

O que significa — e essa é a conclusão a tirar — que o bom senso aconselha a reflectir sobre o pós-guerra possível, porque é dessa reflexão que se pode tirar a melhor linha de rumo para o momento presente.

Já se perguntou: quem é que, sem ser os fabricantes e negociantes de armas, sabe o que é e que condições tem para alcançar uma vitória?

Vale a pena reproduzir o que foi escrito por um analista: «Alguém se dispõe a anunciar o que pretende fazer com as ruínas do Iraque, com o destino dos palestinianos, com as fronteiras de Israel, com o Intifada, com os emires do Kuwait, com o exército sírio, com o Líbano, com a sociedade feudal da Arábia Saudita, com o xiismo iraniano, com a presença de contingentes estacionados na zona?» E mais (volto a citar): «Esta guerra não será assim estupidamente inútil, tão inútil que pouco tempo depois de acabar, outra não terá de começar pelas mesmas razões, com os mesmos actores, mas agora em papéis diferentes, em que os amigos de hoje serão os iraquês de amanhã?»

Pergunto mais: para quê tantas e tantas vítimas, como de certeza já há em consequência dos bombardeamentos maciços, das mais de 20 000 operações aéreas já realizadas?

Há duas coisas seguras, quanto às consequências da guerra. O petróleo, que se pretende controlar, vai continuar no subsolo das nações árabes; e para quem lhe quiser aceder com segurança e justiça, tem de negociar; não vai ser a guerra a eliminar as causas profundas da instabilidade, pelo contrário.

Por outro lado, a recessão da economia americana pode ser conjuntamente atenuada, com as encomendas às fábricas militares, como aliás as subidas de cotação na bolsa dessas empresas já demonstraram.

Mas os problemas estruturais da economia americana, incluindo a dívida, não se resolverão com esta guerra.

Os Estados Unidos continuarão em perda, face a uma Europa centrada na poderosa Alemanha do marco, e face ao Japão exportador de mercadorias, capitais e inovação tecnológica.

## Nações árabes e mundo islâmico

A outra questão que o tempo de guerra evidenciou tem a ver com a reacção das nações árabes e do mundo





## A guerra deve parar!

Simultaneamente, e ao contrário do que dizem alguns endeusadores da União Política, a Europa pode sair prestigiada desta situação. É certo que a Inglaterra fez o que se esperava; que a França, como se esperava, não podia ficar atrás da Inglaterra; que a Itália se pôs em bicos de pés. Mas, os outros 29 países europeus deram sinais claros de ponderação. Bem justificada: os EUA põem o oceano Atlântico entre si e a guerra. Para os europeus, a Arábia entra portas a dentro.

É preciso dizer com clareza que a guerra deve parar! E deve parar, em nome dos interesses da comunidade internacional, em nome do interesse da própria resolução do conflito.

Os apelos e propostas negociais multiplicam-se. E não só na voz de centenas de milhar de manifestantes, que prenunciam uma nova postura ética. Os apelos e propostas vêm de países em concreto. Há uma proposta da União do Magrebe Árabe. Há a proposta do Irão. Há o apelo do Papa, que pede aos «responsáveis» que «abandonem o mais depressa possi-

vel uma solução que é indigna para a Humanidade».

Não se suspeitará, com certeza, que por causa deste apelo o Papa sofra de antiamericanismo ou de pouca firmeza na condenação do Iraque e da invasão e anexação do Kuwait.

Esses actos do Iraque, como outros que vem tomando, são condenáveis, absolutamente condenáveis, à luz do direito internacional, das regras básicas da convivência que devem pautar as relações entre os Estados.

Esse acto dilacerou e dividiu as nações árabes, e a Liba Árabe, de que hoje se fala de menos. Esse acto irresponsável desencadeou tempestades, deu espaços e pretextos, previsíveis, para a escalada a que se chegou.

Mas a condenação deste acto não pode ser desligada da condenação de todos os actos que no seio do mundo árabe constituem grosseiras violações do direito internacional e dos Direitos do Homem. O «linkage» é não só possível, é não só admissível, mas necessário e imprescindível; condição «sine qua non» da pacificação da situação.

Calcula-se que desde o começo da Intifada, os palestinianos sofreram 1250 mortos, tiveram 94 000 feridos,

têm 66 000 prisioneiros em campos de detenção. É um clamor que se ouve suficientemente bem e que reclama uma resposta urgente, que reclama justiça. Israel tem de cumprir as resoluções da ONU. E isso tem de ser feito agora no quadro da solução da crise. A quem refere que estabelecer a ligação seria ceder, é preciso responder que com esse argumento o que se visa é impedir a solução e prosseguir a guerra.

## «direito do mais forte»

Têm dito alguns que o direito internacional poderia sair robustecido desta crise por ela significar determinação em aplicar resoluções da ONU. A esses, é preciso observar que se a aplicação do direito internacional for conduzida com dois pesos e duas medidas; se depender dos interesses conjunturais de uma qualquer potência dominante; então o direito internacional sairá não robustecido mas enfraquecido. Assemelhar-se-á a um «direito do mais forte».

A ONU não pode ser sujeita a este vexame, sob pena de ser desacredi-

tada aos olhos dos povos e dos países mais fracos, não só pelo que não faz, mas também pelo que faz.

Se assim sucedesse, a própria estrutura da ONU seria questionada. E com fundamentos razoáveis, se nos lembrarmos que nos membros permanentes do Conselho de Segurança não há nenhum país que se situe abaixo do Trópico de Câncer, nenhum país da América Central e do Sul, das Caraíbas, de África, do Médio Oriente, da Oceania.

O fundamento de uma Nova Ordem Política à escala internacional tem de estar no reforço das regras de respeito e conveniência mútua sem discriminações, na instauração da justiça, na solução adequada dos contenciosos que permanecem ou emergem. É certo que as relações internacionais se pautam por interesses, mas há-de ser sinal de progresso da Humanidade fundamentá-las numa ética e numa racionalidade próprias da sociedade humana neste final do século XX.

A justiça desejável passa também, como tem sido tão sublinhado, pela instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional. O terrível fosso entre as sociedades industrializadas e o Terceiro Mundo, simbolicamente transportado para a divisão Norte/Sul é o maior desafio que se coloca às forças de progresso neste início do século XXI.

Mas essa justiça, essa nova ordem, pressupõe um mundo multipolar, fundado na consagração de sistemas regionais de cooperação e segurança. A paz imposta, a paz assegurada pela potência imperial, não é uma paz justa, é uma ditadura universal que provocará novos conflitos e será fonte de novas injustiças.

Portugal, junto do mundo árabe, tem estrita obrigação de desempenhar o relevante papel de ser ponte de culturas, protagonista da distensão e de cooperação.

A grave crise que a Humanidade enfrenta nesta zona do globo só pode ser vencida no quadro da negociação, da realização da esperada Conferência Internacional, da institucionalização de um sistema de segurança e cooperação no Mediterrâneo, da projecção deste sistema para todo o Médio Oriente.

Portugal pode e deve desempenhar um activo e relevante papel.

O que é preciso, o que é urgente, é que a guerra pare. ■

(Intervenção na Assembleia da República, no dia 29 de Janeiro passado)



Guerra no Golfo

# Diário da guerra

## Quarta-feira 6 de Janeiro

● Bagdad afirma que a força multinacional efectuou 263 saídas aéreas e lançamentos de mísseis sobre o Iraque desde ontem à noite, tendo as forças iraquianas abatido dois aviões e um míssil.

Uma ponte que liga as duas margens do Tigre, em Bagdad, é bombardeada e totalmente destruída.

Pela primeira vez caças norte-americanos interceptam aviões do Iraque a caminho do Irão. Os raids contra cidades do sudeste do Iraque são intensificados. Rádio Bagdad anuncia que 40 soldados aliados foram mortos e outros 38 feridos pelos bombardeamentos contra a Arábia Saudita.

● O rei Hussein da Jordânia apela ao cessar-fogo, ao diálogo americano-árabe e árabe-árabe e denuncia que os EUA querem destruir o Iraque.

● O Iraque anuncia a ruptura de relações diplomáticas com Washington, Londres, Paris, Roma, Cairo e Riad.

● O secretário de Estado norte-americano, James Baker, afirma que para uma paz duradoura na região, Iraque, Israel e Irão devem participar na elaboração de futuros acordos.

## Quinta-feira 7

● O exército libanês inicia a tomada de posições a sul do Líbano, tentando simultaneamente evitar o envolvimento nos recentes confrontos entre Israel e palestinos.

● Um congressista republicano afirma que seria preferível os Estados Unidos utilizarem armas nucleares para evitar a morte de milhares de soldados do seu país.

● O ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão afirma que a segurança regional só pode ser assegurada pelos Estados da região.

● Um norte-americano é morto a tiro quando trabalhava numa base aérea turco-americana.

● Sete pessoas morrem e outras 20 ficam feridas em consequência de um ataque do exército israelita a zonas da cidade libanesa de Sidon. Entretanto comandos israelitas desencadeiam a sua primeira incursão em território libanês desde o início da Guerra no Golfo, atacando um comando e uma base de treino da OLP.

● George Bush envia uma mensagem ao Irão onde afirma que os Estados Unidos vão permanecer na região do Golfo depois de solucionada a crise.

● As forças aliadas lançam durante a noite vários ataques contra cidades do sudoeste do Iraque provocando importantes estragos. A aviação aliada efectua, desde anteontem, 41 ataques contra objectivos militares iraquianos no Kuwait, segundo afirmações do ministro koweitiano da Defesa. O Estado Maior General das Forças Armadas Iraquianas afirma, por seu lado, que a força aérea multinacional efectuou 41 incursões, desde ontem à tarde, visando áreas residenciais e posições militares no Iraque.

● O Iraque não fará «marcha atrás» preservando «os seus direitos históricos» sobre o Kuwait e «derrotará os agressores», segundo afirma o diário das Forças Armadas iraquianas.

● Um navio belga antipoluição fretado pelos Emiratos Árabes Unidos para combater

a maré negra está a bombear cerca de mil toneladas de crude por dia nas águas do Golfo, transferindo-o para petroleiros da Arábia Saudita.

● Marrocos envia 70 toneladas de medicamentos para a Cruz Vermelha, destinadas ao povo iraquiano.

● O secretário de Estado norte-americano da Defesa, Dick Cheney, e o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, general Colin Powell, partem para a Arábia Saudita para se encontrarem com os principais responsáveis da operação militar «Tempestade do Deserto».

● O vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Alexander Belogonov, afirma em Teerão, durante um encontro com o seu homólogo iraniano, que o seu país e o Irão querem a retirada das tropas estrangeiras da região quando a guerra terminar.

## Sexta-feira 8

● Um comité português de solidariedade com os direitos do povo palestino condena a CEE por «embargar o canal de diálogo» com a OLP, considerando que nenhuma solução válida para o conflito no Médio Oriente pode ser encontrada sem a participação da Organização de Libertação da Palestina.

● A Amnistia Internacional manifesta preocupação perante o desrespeito de direitos fundamentais pelos intervenientes no conflito do Golfo, como os que impedem as detenções sem culpa formada nem processo, maus tratos a prisioneiros e negligência na protecção a refugiados.

● O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética desloca-se a Ancara para discutir com as autoridades turcas uma iniciativa de paz iraniana.

● O presidente do Parlamento Europeu, Enrique Barón, diz ser favorável ao início de negociações de paz, mesmo com as hostilidades em curso.

● As autoridades francesas afirmam que enviaram para os territórios árabes ocupados por Israel na Cisjordânia e em Gaza, cinco mil equipamentos de protecção contra a guerra química.

● O director de um hospital iraquiano diz que 47 civis morreram e 102 ficaram feridos quando bombardeiros da coligação «anti-Iraque» atacaram a ponte de Al-Nasir, no princípio da semana, numa altura em que era atravessada por 400 pessoas a pé.

● O presidente líbio, Muamar Kadhafi, em carta dirigida a Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, diz que o «fluxo militar e financeiro» enviado a Israel viola as resoluções da ONU e contraria os esforços para a paz no Médio Oriente.

● A Holanda decide oferecer a Israel oito rampas de lançamento Patriot.

● O Iraque pede à ONU que envie uma equipa de técnicos a Bagdad para confirmar que uma fábrica bombardeada pelos aliados produzia leite em pó para crianças e não armas químicas e biológicas como afirmam os EUA.

● A Casa Branca acusa o rei Hussein da Jordânia de ter alinhado com o Iraque e de estar a colocar a opinião pública árabe contra os EUA.

● O primeiro-ministro canadiano, Brian Mulroney, afirma que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU são, em parte, responsáveis pela guerra no

Golfo enquanto fornecedores de armas.

● Bagdad afirma que derubou três aviões aliados durante os últimos 192 raids.

● A guerra no Golfo «não é a guerra das Nações Unidas, mas é legal» afirma Perez de Cuellar em entrevista ao diário francês «Le Monde».

## Sábado 9

● Um míssil Scud cai em Israel. É o 11º primeiro ataque iraquiano desde o dia 17 de Janeiro, e segundo as autoridades israelitãs, este míssil provocou 26 feridos.

● Dick Cheney e Colin Powell terminam em Riad o encontro com Norman Schwarzkopf, comandante em chefe das forças americanas no Golfo.

● Chega a Teerão o enviado de Saddam com a resposta deste à iniciativa de Paz iraniana.

● O Irão envia através da Cruz Vermelha 16 toneladas de medicamentos para o Iraque.

● Gorbatchov pede a Saddam que dê «uma prova de realismo» e anuncia o envio de um «representante pessoal» a Bagdad: O presidente soviético alerta para o risco que se corre de as forças aliadas ultrapassarem o mandato que lhes foi conferido pela ONU.

● O rei Hussein da Jordânia lança novo apelo ao cessar-fogo no Golfo.

● Um porta-voz do exército norte-americano diz que o Iraque perdeu 750 tanques e 650 peças de artilharia desde o início da guerra.

● A artilharia da Arábia Saudita repele uma tentativa de incursão iraquiana e ocupação de um posto fronteiriço. A aviação do Kuwait faz dois raids contra o exército do Iraque.

● Rádio Bagdad diz que nas últimas 24 horas a aviação inimiga fez 345 raids sobre o seu território.

● O vice-primeiro ministro iraquiano, Saadoun Hammadi, chega a Amã para ser recebido pelo rei Hussein da Jordânia.

## Domingo 10

● Milhares de americanos participam em diversas manifestações nos EUA em apoio às suas tropas no Golfo.

● Cai o 31º míssil em Israel no 18º ataque iraquiano contra este país.

● O vice-primeiro-ministro iraquiano apela aos estados árabes que boicotem diplomaticamente e economicamente as forças hostis.

● O presidente iraniano, Rafsandjani, declara que a resposta de Saddam Hussein à sua proposta de paz «não esteve ao nível desejado».

● O papa João Paulo II faz um novo apelo ao diálogo entre as partes envolvidas neste conflito.

● As autoridades francesas dizem que a sua intervenção para se opor à expulsão da Arábia Saudita de quatro jornalistas do canal de televisão FR3 foi em vão.

● O vice-primeiro-ministro iraquiano, Saadoun Hammadi, reafirma em Amã que o seu país continua disposto a negociar sem condições prévias, mas sem a intervenção dos Estados Unidos, uma solução árabe para a crise no Golfo.

● Mais duas pontes são destruídas ou danificadas no rio Tigre, segundo testemunhas na capital iraquiana.

● O rei Hussein da Jordânia reafirma a sua oposição à ocupação iraquiana do Kuwait.

● Os parlamentos da Jordânia e do Iraque apelam num comunicado conjunto aos países árabes para que defendam a posição iraquiana de uma resolução árabe da crise no Golfo.

● A França decide enviar para o Golfo mais 670 fuzileiros acompanhados de diverso equipamento.

## Segunda-feira 11

● O vice-primeiro-ministro iraquiano, Saadoun Hammadi, chega à cidade de Benghazi, na Líbia, depois de ter estado na Jordânia no âmbito de uma digressão por países árabes.

● O rei Fahd da Arábia Saudita promete apoios financeiros a Londres para suportar «o fardo da guerra», segundo afirma o ministro dos Estrangeiros britânico.

● A Síria reafirma a sua oposição à ocupação iraquiana do Kuwait.

● Yasser Arafat, numa entrevista publicada no jornal francês «Le Figaro», afirma que os norte-americanos têm «como único objectivo» no Golfo pôr «as mãos no petróleo» para a confrontação económica «com os seus dois grandes rivais», Japão e Europa.

● O ministro da Defesa de Israel encontra-se em Washington com o seu homólogo norte-americano.

● O presidente iraquiano, Saddam Hussein, elogia o seu homólogo iraniano e sublinha a necessidade de uma boa relação entre Irão e Iraque.

## Terça-feira 12

● Dados iraquianos dão como resultado da guerra, até ao momento, 467 mortos civis e 101 militares enquanto os dados aliados contabilizam somente 79 militares iraquianos mortos. Segundo o Iraque morreram 53 militares aliados. Estes falam em 52 militares mortos mais cinco civis, quatro deles em Israel e outro na Arábia Saudita.

● O Iraque lança um novo míssil Scud sobre Israel.

● O enviado soviético, Evgueni Primakov chega ao Iraque para conversações com Saddam Hussein.

● O ministro da Defesa de Israel diz que o seu país entrará na guerra com acordo norte-americano.

● O ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão diz que o seu país não permanecerá neutral se Israel se envolver nesta guerra.

● O Iraque diz que as forças aliadas fizeram mais 96 raids sobre alvos civis, entre os quais uma maternidade.

● Navios aliados controlam as águas do Golfo depois de infligirem pesadas perdas a navios iraquianos.

● Os chefes das diplomacias de 15 países não-alinhados e a OLP encontram-se em Belgrado e discutem vias pacíficas para a crise.

● Os Emiratos Árabes Unidos dão 500 milhões de dólares à Grã-Bretanha, para ajuda no esforço de guerra.

● Milhares de jordanos concentram-se numa manifestação de apoio ao Iraque.

● O Instituto Internacional de Imprensa inicia uma investigação sobre a censura imposta aos órgãos de comunicação social por ambos os lados da guerra.

Internacional

# ÁFRICA DO SUL Fim das sanções será desestabilizador

O alerta lançado nestes dias por Nelson Mandela, contra o fim das sanções comunitárias ao governo de Pretória, tal como o comunicado final dos países da Linha da Frente, reunidos na capital do Zimbabwe, testemunham das contradições e dificuldades do processo de liquidação do «apartheid», de que há quem pretenda alterar apenas a fachada.

Em acerba crítica dirigida à CEE, pela declaração de princípio em que se suprimia a interdição de importar ferro, aço e ouro da África do Sul, face às recentes promessas do presidente De Klerk de abolir leis em vigor do «apartheid», Mandela considerou ter a «Comunidade cometido um grande erro ao não nos ter consultado».

O vice-presidente do Congresso Nacional Africano (ANC) afirmou que, caso as sanções económicas sejam levantadas, «a vida na África do Sul ficará tão instável que nenhum homem de negócios se arriscará a investir».

«Se a CEE anular as sanções, as acções de massas estarão na ordem do dia», declarou ainda.

## Contradições

O presidente sul-africano, Frederik De Klerk, anunciou no primeiro dia de Fevereiro o fim de três leis de segregação racial, que constituem base «legal» do «apartheid».

Trata-se concretamente das leis referentes à habitação separada, à posse da terra e à classificação da população.

Todas estas leis condicionam completamente a vida corrente de qualquer cidadão sul-africano à cor da pele. A lei da habitação separada atribui o local de residência em função da raça. O diploma referente à terra fixa a propriedade de 87% das terras para a minoria branca. A lei sobre a classificação determina — sempre em função da cor — a escola que se pode frequentar, o bairro de residência, e até o cemitério onde se é enterrado.

Entretanto, neste mesmo dia, 1 de Fevereiro, em que o presidente sul-africano prometia a abolição de tais leis, o ANC desencadeava uma jornada de acção e de greves contra o «apartheid».

Pura coincidência? Acontece que a 1 de Fevereiro, o Parlamento branco abre a sua primeira sessão do ano.

## A reunião de Harare

Os presidentes dos sete países da Linha da Frente — Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzânia e Moçambique —, reunidos em Harare, capital do Zimbabwe, aprovaram um comunicado final em que apelam à manutenção das sanções económicas contra a África do Sul, valorizando embora o plano do presidente De Klerk para eliminação das principais leis de segregação racial, num prazo de seis meses.

O presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, realçando a «coragem que (De Klerk) demonstrou face à enorme oposição e às significativas pressões dos seus próprios deputados», sublinha, por outro lado, que «a essência do problema do apartheid continua intacta e milhões de pessoas estão ainda privadas do seu direito de voto, devido à cor da sua pele».

No apelo à manutenção das sanções, pesam factores fundamentais, como a negação de facto de direitos políticos à maioria negra, a ausência de referências à libertação de todos os presos políticos e às condições de regresso dos cerca de 40 mil exilados, o silêncio sobre as exigências da população negra de formação de um Governo interino e de uma Assembleia Constituinte que elabore uma nova Constituição.

## Os obstáculos

Quando da Conferência Consultiva Nacional do ANC, em 14/16 de Dezembro de 1990, a primeira realizada na África do Sul nos últimos 30 anos, em que foi aprovada uma política de negociações e decidida a suspensão da luta armada, foram simultaneamente definidos vários obstáculos às negociações.

Entre esses obstáculos — o prosseguimento de processos políticos e as detenções de presos políticos, as leis repressivas ainda em vigor, a impossibilidade do regresso de todos os exilados, e a violência nas «town-ships».

De entre as componentes da enorme violência que tem varrido os povoados negros, em particular na província do Natal, e que fez cerca de 4000 mortos em três anos, não são lineares nem fáceis de discernir as suas raízes, que passam de forma muito particular pela oposição ao ANC do grupo de Buthelezi, com cunho tribal.

O acordo recentemente alcançado no encontro Mandela/Buthelezi poderá abrir caminho à superação desta dramática dinâmica de confronto e morte.

O que não deve fazer esquecer um dado muito significativo — a polícia sul-africana auxiliou o Inkada (de Buthelezi), ao ignorar a violência de alguns dos seus elementos durante os confrontos com militantes do ANC na província do Natal.

A conclusão é de uma Comissão Internacional de Juristas que passou duas semanas a investigar os incidentes de Agosto do ano passado.

É neste quadro complexo, em processo de mutação, que o ANC decide, na sua Conferência consultiva de Dezembro passado, declarar 1991 «o ano da acção popular pela transferência do poder para o povo».

# Escalada armamentista

O Ministério das Finanças alemão confirmou, nestes dias, que diversas empresas alemãs ajudaram o Iraque a modificar os mísseis: Scud, aumentando o seu alcance e poder explosivo, o que facultou, por exemplo, as agressões registadas a Israel. Por maior realce que de momento seja dado a factos como este, eles não passam de pormenores.

Na verdade, o milhão de homens armados que hoje se encontram, frente a frente, na fronteira do Kuwait, dispõem na prática de armas veiculadas pelos mesmos fornecedores. E o negócio do militarismo está outra vez em alta, com as grandes empresas de armamento a registarem significativas subidas de lucros.

Mais grave ainda é que em nome de supostas compensações, Bona, conforme foi anunciado pelo porta-voz do governo alemão, se disponha a fornecer a Israel dois submarinos, bem como uma bateria de oito lança-mísseis Patriot, com as respectivas munições, entre outro material bélico. E não se pode dizer que tal gesto se destine a colmatar uma qualquer falta de armamento em Israel. Simplesmente, e com outro cliente, o negócio (de mistura de motivações políticas) prossegue.

A Alemanha está longe de estar isolada nesta dinâmica suicida. Ao longo dos últimos seis anos, os Estados Unidos autorizaram exportações para

o Iraque, de toda uma panóplia de produtos utilizáveis no plano militar, como equipamentos destinados a centrais nuclea-

res, explosivos, lasers, produtos químicos. Hoje, reforçam ainda o já impressionante potencial bélico de Israel. Aliás, um dos elementos particularmente preocupantes no que se refere às perspectivas de um pós-guerra, é o desmesurado crescimento do potencial militar nas mãos de Tel-Aviv, cuja prática política corrente faz temer das utilizações que lhe dará (em si próprio, tal poten-

cial bélico é irracional e perigoso, gerador de tensões).

## Que limites para a escalada?

Especialistas do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) manifestaram publicamente as suas preocupações quanto à possibilidade de serem lançados na atmosfera perigosos produtos químicos e biológicos. Segundo Mostafa

Tolba, director executivo da UNEP em Nairobi, os produtos constitutivos das armas biológicas podem perdurar na atmosfera várias dezenas de anos (40-50) e serem arrastados pelos ventos até ao continente europeu.

Em causa, não apenas a ameaçadora utilização de armas químicas por Saddam Hussein, mas também eventuais fugas de produtos de fábricas de armamento químico, no caso de serem bombardeadas pelos EUA.

Assim, às dramáticas consequências humanas e aos perigos inerentes à guerra e à enorme concentração de armamento, soma-se a ameaça de utilização de outro tipo de armas (em que será de incluir, pelas suas consequências ecológicas, os derrames e incêndios de petróleo) — químicas, e mesmo nucleares. Hipóteses que nenhum dos beligerantes exclui, antes vai brandindo como uma ameaça.

A própria lógica da escalada da guerra conduz à indiscriminada utilização de armas cada vez mais mortíferas, colocando com premência crescente a questão — onde estão os limites?

Os tambores da paz que rossoam dia e noite frente à Casa Branca, são testemunho da única resposta possível e racional.



Manifestações de repúdio pela guerra e exigindo uma solução pacífica negociada, sucedem-se por todo o mundo. Na foto, uma manifestação realizada em Paris, em fins de Janeiro.

## O negócio das armas

Cerca de 80 por cento dos compradores de armas são países do Terceiro Mundo ou em «vias de desenvolvimento», que gastam, em média, 5,5 por cento do seu PNB com armas, contra um por cento com a saúde e três por cento com a educação.

Muitas das compras de armamentos são efectuadas com recurso a linhas de crédito dos próprios países fornecedores, ou utilizando a chamada «ajuda económica» concedida aos países em desenvolvimento. Calcula-se que 20 a 25 por cento do endividamento externo do «Terceiro Mundo» é motivado pela compra de armamento.

Nos últimos 10 anos, só os EUA e a Europa Ocidental venderam aos países do Terceiro Mundo armas num valor de 200 mil milhões de dólares.

Na década de 70 e 80, com o enriquecimento dos países produtores de petróleo, o Médio Oriente tornou-se o maior comprador mundial de armas.

Mais de 65 por cento dos armamentos vendidos no mercado mundial destinam-se a um grupo de países do Médio Oriente, constituído pelo Iraque, Egito, Arábia Saudita, Israel e Síria, a que se junta a Índia.

Uma «crise» afectou o «mercado» a partir de 1985, com as vendas a registarem quedas sucessivas em consequência do abrandamento da tensão e solução de uma série de conflitos regionais, no Afeganistão, na América Latina e a Guerra Irão-Iraque, e de tendência de redução das despesas militares dos países do Terceiro Mundo devido à redução dos meios de pagamento

originada pela queda dos preços de petróleo.

### Corrida armamentista no Terceiro Mundo

Apesar da «crise», o Médio Oriente manteve-se um mercado «vivo», se bem que em 85 e 86 as importações da região tenham registado uma quebra de 24 por cento.

Nesta região, nos últimos anos, pode falar-se numa corrida «qualitativa» aos armamentos, com os países a substituírem os modelos mais antigos por outros novos, caso do Egito, que em 1990 recebeu dos Estados Unidos tanques M-60 que teriam de ser retirados da Europa por força dos acordos de Viena, em substituição dos T-54 e T-55 soviéticos, mais antigos, que se comprometeram a destruir.

Na região do Médio Oriente, o Iraque tem sido, de longe, o melhor cliente dos fabricantes de armamentos de todo o mundo, mantendo os mesmos volumes de compra mesmo depois de terminado o conflito com o Irão, em 1988.

De acordo com fontes oficiais kuwaitianas, o regime iraquiano, desde o início da guerra com o Irão, em 1980, dispendeu 400 mil milhões de dólares em armamento, parte do qual com recurso a empréstimos estrangeiros.

A guerra irano-iraquiana, que até ao início das actuais hostilidades no Golfo, tinha constituído o maior conflito «convencional» desde o fim da Segunda Guerra Mundial, foi um «sorvedouro» de material militar.

Apesar da redução das exportações de armas nos últimos anos, a entrada no mercado de novas gerações de armas e a sua crescente concentração nas zonas de maior tensão e conflitualidade latente, criou o perigo de agravamentos subidos e incontroláveis das situações, de que o conflito com o Iraque é exemplo.

A compra de mais ou novos armamentos por um país produz nos seus vizinhos receios, que levam a uma reacção armamentista em cadeia.

Basta dizer que 60 por cento das importações de armas são feitas por países localizados nas chamadas «zonas quentes».

### De Importadores a Exportadores

Se em 1970, entre os países em desenvolvimento, apenas sete produziam armas, em 1988 este número já se situava em 26, sendo precisamente entre os países que recebiam ajuda militar, tecnológica e armamentos ocidentais que mais se desenvolveu a indústria militar.

Em 1989 os maiores produtores de armas do Terceiro Mundo, para além de Israel e Índia, que surgiam no topo da lista, eram o Brasil, Taiwan, Ar-

gentina, África do Sul, Coreia do Sul, Coreia do Norte e Egito.

A ARMCOR, consórcio estatal sul-africano de produção de armas, fabricava, em 1988, 95 por cento do armamento do país e as suas exportações para 32 países atingiram um valor global de 590 milhões de dólares.

A indústria militar israelita, em 1988, vendia armas para 61 países, num valor total de perto de 1,5 mil milhões de dólares, contando entre os seus clientes os próprios EUA, com um volume de compras de 400 milhões de dólares.

A tendência para o alargamento do número de países e empresas exportadoras de armamento ficou patenteado nas feiras de armamento realizadas, o ano passado, no Iraque e na Turquia, em que participaram, na primeira, 200 firmas de 28 países e, na segunda, 600 firmas de 23 países.

A tendência para o alargamento do número de países e empresas exportadoras de armamento ficou patenteado nas feiras de armamento realizadas, o ano passado, no Iraque e na Turquia, em que participaram, na primeira, 200 firmas de 28 países e, na segunda, 600 firmas de 23 países.

### Transferência de tecnologias

A par da venda de armas, tem assumido particular relevância, nos últimos anos, a venda, transferência e tráfico de tecnologias de ponta e meios de produção de armas.

A invasão do Kuwait veio chamar a atenção para a real dimensão e consequências desta «variante» do comércio de armas, frequentemente escamoteada e ignorada, que envolve uma teia de complicitades e convívios económicos

cas e políticas de vários países, nomeadamente ocidentais.

Esta foi, aliás, uma das formas utilizadas por uma série de estados para contornar o embargo de armas imposto pela ONU, em 1977, ao regime de Pretória. Segundo uma investigadora do Instituto de Paz de Estocolmo, EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Israel ajudaram a criar a indústria militar da África do Sul.

A RFA e Israel forneceram a este país a tecnologia para a produção de mísseis e a Áustria e a Holanda organizaram a produção de armas de infantaria.

A indústria militar iraquiana, em torno da qual as autoridades guardavam enorme sigilo, como o prova a sentença de morte aplicada a um jornalista inglês que investigava a utilização militar da energia nuclear neste país, desenvolveu-se, em grande parte, recorrendo ao «mercado negro» tecnológico, com complicitade de firmas de vários países ocidentais, inclusive dos EUA.

No desenvolvimento dos programas militares iraquianos, principalmente no campo do armamento químico, participaram mais de 200 firmas ocidentais, entre as quais 83 conhecidas sociedades alemãs e 17 francesas.

A maior parte dos materiais e tecnologias que equipam a rede de laboratórios militares espalhados pelo território iraquiano foram adquiridos na Europa e, mesmo, nos EUA, através de sociedades fantasmas ou empresas intermediárias contratadas por Bagdad.

«(...)Um órgão de imprensa se nos tornava indispensável para denunciar ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente. Esse órgão será o *Avante!*, que surge da sombra da clandestinidade, mas que iluminará o caminho que o proletariado português deverá seguir para alcançar o poder político e económico do país, para alcançar a sua emancipação.

A política reaccionária de Carmona e dos seus cúmplices, coloca todos os portugueses ante o dilema de escolher, entre a guerra sem quartel às instituições e princípios que as sustentam, ou morrer ignominiosamente sob o seu despótico domínio, com o labéu infamante dos cobardes.

Perante estas duas perspectivas, o PCP opta pela primeira, certo de que traduz bem fielmente os desejos do povo trabalhador e daquela parte do exército que não renega a classe social a que pertence.

O PCP, a partir deste momento, ergue a sua bandeira revolucionária, ao grito de rebelião das massas escravizadas, recolhendo no seu seio todos os lamentos do povo português, que pede justiça contra os tiranos insensíveis, responsáveis do caos em que o país se encontra (...).

(«Ao Proletariado de Portugal» - editorial do «Avante!», Ano I, Nº 1, 15 de Fevereiro de 1931)

«Há 40 anos, no dia 15 de Fevereiro de 1931, foi publicado o primeiro número do *Avante!*, órgão central do Partido Comunista Português.

Confiante na sua marcha gloriosa, os seus fundadores escreveram então que o *Avante!* surgia da sombra da clandestinidade «para iluminar o caminho que o proletariado português deverá seguir (...).

Tinham razão esses camaradas. Nos 40 anos da sua difícil mas gloriosa caminhada, o *Avante!*, transmitindo a linha do Partido Comunista Português, as suas palavras de ordem de combate e conselhos, não poucas vezes iluminou o caminho da luta que a classe operária, as massas trabalhadoras da cidade e do campo, a juventude trabalhadora e estudantil, as mulheres, os intelectuais progressistas seguiram por melhores condições de vida e de trabalho, pelo direito ao trabalho e ao estudo, por salário igual para trabalho igual, pela liberdade de pensamento e contra a censura, contra a repressão e pela anistia, pelas liberdades fundamentais, pela paz, pelo socialismo.

As cinco séries do *Avante!* durante os seus primeiros 10 anos de vida, mostrando que a sua publicação foi irregular durante esse período de tempo, patentes também a firme determinação dos comunistas em prosseguir sempre no combate a cada revés sofrido. Caindo hoje, o *Avante!* reaparecia logo depois (...).

A publicação da série actual teve início em Agosto de 1941. Quase 30 anos de publicação regular e ininterrupta, levando a voz do Partido às massas trabalhadoras (...), nas condições de mais estreita clandestinidade, sob uma crença ditadura fascista, num país em que não há liberdade de imprensa, (...) apresentam sem dúvida uma importante vitória política do Partido da classe operária sobre a ditadura fascista.

(...)Redigir nas condições de mais estreita clandestinidade já não é tarefa fácil; mas montar, abastecer e defender da repressão policial as tipografias clandestinas, imprimir e distribuir o *Avante!* e outra imprensa através de todo o país, quando todo o aparelho repressivo da ditadura espreita e actua dia e noite com o objectivo de destruir o aparelho de imprensa do Partido, é uma tarefa só possível de realizar graças à solidez do Partido, aos seus métodos de trabalho de organização, ao trabalho devotado e aos sacrifícios de milhares de militantes (...).

(«Viva o 40.º aniversário do «Avante!» - «Avante!», VI Série, Nº 426, Fevereiro de 1971)